



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXIV - Nº 028 -QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

* *Senadora* **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

* A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878/09, aprovado no dia 15-7-09, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14-7-09.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.084, de 30 de outubro de 2009.....	04332
1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 768 a 898, de 2009	04333
2 – ATA DA 32ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicação	
Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 471, de 2009. (OF. Nº 300/2009, de 24 do corrente)	04380
2.2.2 – Leitura de vetos presidenciais	
Veto Parcial nº 48, de 2009 (Mensagem nº 149/2009 – CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009 (oriundo da Medida Provisória nº 462, de 2009), que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, 11.945, de 4 de junho de 2009, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 11.326, de 24 de julho de 2006, 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 9.703, de 17 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 11.772, de 17 de setembro de 2008, a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto –Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências.....	04380
Veto Parcial nº 49, de 2009 (Mensagem nº 182/2009 – CN), aposto ao Projeto de Lei do	
Congresso Nacional nº 50, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 2.108.400.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.....	04457
Veto Total nº 50, de 2009 (Mensagem nº 183, de 2009 – CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999, que denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Uned, de Colatina.....	04465
2.2.3 – Comunicação da Presidência	
Constituição das Comissões Mistas incumbidas de relatar os Vetos nºs 48, 49 e 50, de 2009, lidos anteriormente.....	04467
2.2.4 – Pareceres	
Nº 15, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 35, de 2008, do Senado Federal (nº 686-Seses-TCU-Plenário, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos artigos 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006.....	04467
Nº 3, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 40, de 2008-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do §2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta do superávit primário do primeiro quadrimestre de 2008, concluindo pelo arquivamento da matéria.	04473
2.2.5 – Comunicações da Presidência	
Arquivamento da Mensagem nº 40, de 2008-CN, de acordo com a conclusão do Parecer nº 3, de 2009-CN.	04473
2.2.6 – Breves Comunicações	
DEPUTADO GERSON PERES – Postulação de que a emenda de S. Exa. ao Orçamento de 2009, aprovada no PPA, prossiga gerando os efeitos da execução de obra na Rodovia Transamazônica. Crí-	

tica ao Governador Sérgio Cabral por declaração de que os Deputados estariam roubando o Estado do Rio de Janeiro, referindo-se aos critérios de distribuição dos *royalties* do petróleo da camada pré-sal, matéria ora em tramitação na Câmara dos Deputados. 04474

DEPUTADO IVAN VALENTE – Repúdio a decisão judicial que condenou a Associação dos Professores do Estado de São Paulo – APEOESP a pagar indenização por ter patrocinado assembleia de professores, em manifestação contra um projeto de lei que ameaçava desempregar docentes admitidos em caráter temporário. 04474

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 Item 1

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38, de 2009, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 597.937.321,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 04475

2.3.2 – Pronunciamentos

DEPUTADO ZONTA – Apelo em favor da inclusão na pauta de votações da sessão em curso, dos Projetos nºs 52 e 79, relevantes para agricultores. Apelo aos Srs. Deputados e à Mesa da Câmara pela inclusão na pauta de votações daquela Casa projetos de interesse dos aposentados. 04478

2.3.3 – ORDEM DO DIA (continuação)

2.3.4 Item 1

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38, de 2009, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 597.937.321,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado**, após **Parecer nº 80, de 2009-CN**, tendo usado da palavra o Sr. José Carlos Aleluia. À sanção. 04478

2.3.5 – Item 2

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 52, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado**, após **Parecer nº 81, de 2009-CN**, tendo usado da palavra o Sr. José Carlos Aleluia. À sanção. 04489

2.3.6 – Pronunciamentos (continuação)

DEPUTADO RAUL JUNGSMANN, como Líder – Relato da viagem de S. Ex^a à Colômbia, à Venezuela e ao Equador. 04490

2.3.7 – ORDEM DO DIA (continuação)

2.3.8 – Item 3

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 60, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor global de R\$ 2.698.867,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para os fins que especifica, e dá outras providências. **Aprovado**, após **Parecer nº 82, de 2009-CN**, tendo usado da palavra o Sr. José Carlos Aleluia. À sanção. 04491

2.3.9 – Item 4

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 67, de 2009, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$38.168.091,00 (trinta e oito milhões, cento e sessenta e oito mil, noventa e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado**, após **Parecer nº 83, de 2009-CN**, tendo usado da palavra o Sr. José Carlos Aleluia. À sanção. 40637

2.3.10 – Item 5

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 79, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 482.710.706,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dez mil, setecentos e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado o Substitutivo**, após **Parecer nº 84, de 2009-CN**, tendo usado da palavra os Srs. Carlos Melles e José Carlos Aleluia. À sanção. 04669

2.3.11 – Comunicação da Presidência

Cancelamento da sessão ordinária da Câmara dos Deputados e convocação de sessão extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 25, após esta sessão conjunta, com a pauta prevista para a sessão ordinária. 04687

2.3.12 – ORDEM DO DIA (continuação)

2.3.13 Item 6

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 80, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$82.397.711,00 (oitenta e dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e onze reais), para os fins que especifica e dá outras providências. **Aprovado**, com voto contrário do Sr. Jilmar Tatto, após **Parecer nº 85, de 2009-CN**, tendo usado da palavra os Srs. José Carlos Aleluia, Gilmar Machado (Relator), Claudio Cajado, Otavio Leite e Silvio Torres. À sanção. 04695

2.3.14 Item 7

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 51, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União,

em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para os fins que especifica e dá outras providências. **Aprovado**, após **Parecer nº 86, de 2009-CNº** À sanção..... 04703

2.3.15 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, hoje, às 14 horas e 45 minutos..... 04708

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 24ª Sessão conjunta, em 21 de outubro de 2009 e publicada no **Diário do Congresso Nacional** do dia subsequente. 04708

Ata da 26ª Sessão conjunta, em 29 de outubro de 2009 e publicada no **Diário do Congresso Nacional** do dia subsequente. 04709

CONGRESSO NACIONAL

4 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

LEI Nº 12.084, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas d e h do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 467, de 2009, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades relacionados no Anexo desta Lei autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2010, contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2009, firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação prevista no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

§ 1º Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação e respectivos projetos de cooperação com organismos internacionais com prazo determinado a que se acham vinculados são os relacionados no Anexo desta Lei.

§ 2º A autorização de que trata o caput é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 3º A prorrogação não poderá ultrapassar a data limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º Fica o Hospital das Forças Armadas do Ministério da Defesa autorizado a prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de janeiro de 2010, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2009, firmados com fundamento na alínea d do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação prevista no inciso I do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

Art. 3º Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e da Defesa deverão adotar as providências necessárias à melhoria da composição do quadro de pessoal efetivo dos órgãos e entidades referidos no Anexo desta Lei, de modo a não sofrerem prejuízo no desempenho de suas atividades após o encerramento dos contratos prorrogados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 30 de outubro de 2009. 188º da Independência e 121º da República, – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO

ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETO	QUANTITATIVO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS AUTORIZADO PARA PRORROGAÇÃO
Ministério do Meio Ambiente	BRA 00A 00/002 BRA/01/022 BRA/99/025 BRA/99/009 BRA/00/022 BRA/00/021 BRA/00/020 UTFBRA/060 BRA/00/010 914/BRA/2047	197
Ministério da Educação	BRA01/024 BRA03/004 BRA04/049	42
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP		
Ministério da Ciência e Tecnologia	914BRA5065/UNESCO BRA05G31/PNUD	48
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	914BRA1065 914BRA1111 BRA03/032	76
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	BRA00/009 BRA 99/024 BRA 01/037 BRA 02/011	49
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	BRA00/009 BRA 01/037 BRA 99/024	25

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 768, DE 2009(*)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Bogotá, em 19 de julho de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Bogotá, em 19 de julho de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de outubro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 8-10-2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 769, DE 2009(*)**

Aprova o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social, celebrada em Santiago, em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social, cele-

brada em Santiago, em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de outubro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 8-10-2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 770, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE PIRANGUÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranguçu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 408, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Piranguçu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranguçu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 771, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 427, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 772, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO, SOCIAL E CULTURAL – ADESC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timon, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 769, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Esportivo, Social e Cultural – ADESC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timon, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 773, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E FOLCLÓRICA BUMBA-MEU-BOI ESTRELA DE BEQUIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bequimão, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 332, de 19 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural e Folclórica Bumba-Meu-Boi Estrela de Bequimão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bequimão, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 774, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ACOMJGEB – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA JUVENTUDE DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 736, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à ACOMJGEB – Associação Comunitária da Juventude de Governador Eugênio Barros – MA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 775, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CASA DO FAZENDEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balsas, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 333, de 22 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação Esportiva Casa do Fazendeiro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balsas, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 776, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à PARAÍBA TV/FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitimbu, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 323 de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitimbu, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 777, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurilândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 474, de 12 de setembro de 2006, que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurilândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 778, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SINAI DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 855, de 21 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Sinaí de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 779, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA IDÉIAS E AÇÕES DOS NATIVOS DE RIO DE CONTAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio de Contas, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 236, de 28 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio de Contas, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 780, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MARIA AMÉLIA MOURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 814, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Beneficente Maria Amélia Moura para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 781, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE HABITACIONAL E URBANISMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 717, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Sociedade Habitacional e Urbanismo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 782, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à CONTINENTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 626, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 783, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Rádio Vera Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 784, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à CLEVELAND FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 318, de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Cleveland FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 785, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TERRA MÃE – ACTMÃE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 639, de 20 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Terra Mãe – ACTMÃE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 786, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à CONTINENTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 204, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 787, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA CAMPO DO TENENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 165, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística Campo do Tenente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 788, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à ASTRAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Portelândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 237, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Astral Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Portelândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 789, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à TV E RÁDIO CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapaci, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 703, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à TV e Rádio Cidade FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapaci, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 790, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à COMUNIDADE DO BAIRRO SANTA TEREZINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 419, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Comunidade do Bairro Santa Terezinha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 791, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DOS MORADORES DE CANUDOS, AREIAS, MALHADA DE AREIA, E RIACHÃO DO PINTOR, MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES/BAHIA – ARMO-CAMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão das Neves, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 28, de 15 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Rural dos Moradores de Canudos, Areias, Malhada de Areia, e Riachão do Pintor, Município de Riachão das Neves/Bahia – ARMOCAMP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão das Neves, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 792, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA SANTA CLARENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 455, de 17 de agosto de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária e Alternativa Santaclarensense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radio-

difusão comunitária na cidade de Santa Clara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 793, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO CONSOLATA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 141, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Consolata FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 794, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL TURUÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turuçu, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 816, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Turuçu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, servi-

ção de radiodifusão comunitária na cidade de Turuçu, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 795, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERDES LAGOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 130, de 28 março de 2006, que outorga permissão à Rádio Verdes Lagos Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 796, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO CALHANDRA AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Rádio Calhandra AM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 797, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO AMIGOS DO PINHAL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Pinhal, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 693, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Amigos do Pinhal FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Pinhal, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 798, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TRÊS CACHOEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 263, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Três Cachoeiras para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 799, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA DE TUCUNDUVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 853, de 21 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Alternativa de Tucunduva para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 800, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TANAJURA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 598, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Tanajura de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 801, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL PLANETA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 2006, que outorga autorização ao Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 802, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irienópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irienópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 803, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ACAP – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE PARÁ DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.027, de 21 de dezembro de 2006, que outorga autorização à ACAP – Associação Comunitária dos Amigos de Pará de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 804, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à MEGA CANAL DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 529, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Mega Canal de Catanduva Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 805, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à PLUS RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 806, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE PORTO MURTINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 234, de 28 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murtinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 807, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 327, de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 808, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA OURO FINO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de julho de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Difusora Ouro Fino Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 809, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 473, de 23 de agosto de 2007, que outorga autorização à Prefeitura Municipal de São Vicente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 810, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE VIÇOSA para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 495, de 5 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Viçosa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 811, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO-DIFUSÃO LEOPOLDINENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 288, de 28 de junho de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Leopoldinense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 812, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à RADIOCLUBE DE QUEIMADOS para executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 845, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Radioclube de Queimados para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 813, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à CHICO MENDES ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE IPATINGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 619, de 8 de novembro de 2007, que outorga autorização à Chico Mendes Associação Cultural Comunitária de Ipatinga para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 814, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA RADIO-DIFUSÃO DE SERTÃO-

ZINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 486, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 815, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO SÍTIO OLHO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçado, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 426, de 8 de julho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Sítio Olho D'Água para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçado, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 816, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS – PARÁ – ACCBJT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 130, de 25 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Bom Jesus do Tocantins – Pará – ACCBJT para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 817, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BETEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 647, de 24 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Betel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 818, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Beberibe, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 183, de 28 de abril de 2008, que outorga permissão à Guerreiros do Sol Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Beberibe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 819, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PORTO REAL DO COLÉGIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 793, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 820, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO “HAMILTON DE BARROS LINS” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 757, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão “Hamilton de Barros Lins” para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 821, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ANEL DO BREJO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catingueira, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 453, de 28 de agosto de 2003, que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catingueira, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 822, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDREIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MONTE HOREBE – PARAÍBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Horebe, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Pedreira para o Desenvolvimento de Monte Horebe – Paraíba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Horebe, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 823, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO FM CIDADE LIVRE DE LAGOA DO SÃO FRANCISCO – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 791, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco – PI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 824, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE CARRASCO BONITO (ACRADI-CAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 420, de 2 de julho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADI-CAB) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 825, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO COMUNITÁRIA DE ITIRAPUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapuã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 618, de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapuã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 826, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CEARÁ MIRIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 823, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Ceará Mirim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 827, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO DE ROBERTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 80, de 7 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 828, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO A JUVENTUDE E AO ESPORTE DE SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS (AAJEST) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 118, de 20 de março de 2008, que outorga autorização à Associação de Apoio a Juventude e ao Esporte de Santa Terezinha do Tocantins (AAJEST) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 829, DE 2009**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMPRESA FLUMINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 790, de 25 de novembro de 2008, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de setembro de 2004, a permissão outorgada à Empresa Fluminense de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 830, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MANOEL RÉGIS DA SILVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresinha, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 786, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Manoel Régis da Silva para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresinha, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 831, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL TABIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabira, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 632, de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Ta-

bireNSE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 832, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à ALVORECER COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 395, de 3 de novembro de 2004, que outorga permissão à Alvorecer Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 833, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 254, de 24 de abril de 2006, que outorga

permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 834, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Assis do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 359, de 28 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São Francisco de Assis do Piauí – PI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Assis do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 835, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO CENTRO URBANO DE NOVA LACERDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 579, de 15 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária do Centro Urbano de Nova Lacerda para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 836, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à SAMPAIO & MARTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 169, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 837, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MOVIMENTO RÁDIO VALE DO RIO BUGRES FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 171, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 838, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE BONÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 133, de 11 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Bonópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 839, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PARAÍSO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mascote, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 4 de abril de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Paraíso FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mascote, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 840, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARZAGÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marzagão, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 420, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Marzagão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marzagão, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 841, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à FM INDUSTRIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 129, de 28 de março de 2006, que outorga permissão à FM Industrial Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 842, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MIRANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 718, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Mirante para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 843, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO BENEFICENTE CULTURAL RÁDIO CANAVIEIRAS – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 790, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras – FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 844, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA, CULTURAL E INFORMATIVA FREIROGERIENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 753, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Rogério, Estado Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 845, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SEM FRONTEIRAS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 497, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio sem Fronteiras FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 846, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CULTURA DE ARVOREZINHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 522, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 847, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à TRADICIONAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 540, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Tradicional FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 848, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO IBIRAPUITENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – AIRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuitã, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 649, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Ibirapuitense de Radiodifusão Comunitária – AIRC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuitã, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 849, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraiaras, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 249, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária do Município de Ibiraiaras para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraiaras, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL INTEGRAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 135, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Integração FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 851, DE 2009**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE COSTA RICA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 226, de 18 de abril de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de março de 2001, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Costa Rica Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 852, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CRISTAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristal do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 747, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cristal do Sul para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristal do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 853, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à PERSPECTIVA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346, de 28 de junho de 2007, que outorga permissão à Perspectiva Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 854, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DUNAS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chuí, Estado do Rio Grande Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chuí, Estado do Rio Grande Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 855, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA SANTA LUZ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 369, de 4 de julho de 2007, que outorga autorização à Rádio Comunitária Santa Luz FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 856, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JACUIENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuí, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 406, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Jacuiense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 857, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DUOBARENSE DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DUAS BARRAS – RJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 794, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária Duas Barras – RJ para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 858, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA RADIODIFUSÃO DE SERTÃOZINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medeiros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 606, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medeiros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 859, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO PIRACICABA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 609, de 5 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Piracicaba para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 860, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à SUPER DIFUSORA AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 226, de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Super Difusora AM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 861, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAPEVENCE DE RADIODIFUSÃO – ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 401, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Itapevence de Radiodifusão – ACIR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 862, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE UNIÃO DA VITÓRIA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 863, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ECOLÓGICA JARDIM GUAPIMIRIM – RÁDIO JG FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 159, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Ecológica Jardim Guapimirim – Rádio JG FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 864, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA EDWIGES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 26, de 7 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 865, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ACR ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 44, de 15 de janeiro de 2004, que outorga autorização à ACR Associação Comunitária de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 866, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE JARDIM ALEGRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim Alegre, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 870, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim Alegre, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 867, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 871, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Cruzeiro do Iguaçu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 868, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO JOÃO DA SERRA NEGRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 625, de 13 de novembro de 2007, que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 869, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAARAPÓ-ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 486, de 12 de agosto de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó-ARCO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 870, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à CENTRO CULTURAL DE JOSENÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Josenópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 479, de 22 de setembro de 2003, que outorga autorização à Centro Cultural de Josenópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusi-

dade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Josenópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 871, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E INFORMAÇÃO DE BRASIL NOVO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 544, de 27 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 872, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA FONTE E VIDA DO EMBU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 15 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Fonte e Vida do Embu para executar, por 10 (dez) anos, sem

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 873, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SETOR NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almas, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 148, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Setor Norte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almas, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 874, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Quixeramobim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 875, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA CONCORDIENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 277, de 5 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Concordeense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 876, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-CIDADANIA DE CROATÁ II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 211, de 28 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cidadania de Croatá II para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 877, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à CENTRO COMUNITÁRIO ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 608, de 18 de setembro de 2008, que outorga autorização à Centro Comunitário Esperança para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 878, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA PRATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 260, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Prata para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 879, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CONCEIÇÃO – ARCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 795, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição – ARCOM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 880, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE PADRE CÍCERO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 54, de 5 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Comunidade Padre Cícero para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 881, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVA BIRIGUI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 119, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Birigui para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 882, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA REMANSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 594, de 24 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Remanso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 883, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO FRANCISCO FERREIRA DE LIMA DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE, A INFÂNCIA, AO IDOSO E A NATUREZA – FUNPROMIN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 550, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza – FUNPROMIN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 884, DE 2009

Aprova o ato que renova a concessão outorgada À EMPRESA PAULISTA DE TELEVISÃO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de novembro de 2008, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 12 de fevereiro de 2006, a concessão outorgada à Empresa Paulista de Televisão S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 885, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ROSANENSE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 263, de 15 de maio de 2008, que outorga autorização à Associação Rosanense de Comunicação Social -ARCOS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 886, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DA CANOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Canoa, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 864, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Lagoa da Canoa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Canoa, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 887, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MAGUARI DE BATURITÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.801, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda.

para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 888, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS DE HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 640, de 24 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural dos Amigos de Horizonte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 889, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MAIS ESPERANÇA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 119, de 23 de março de 2006, que outorga

autorização à Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 890, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE “POETA BERNARDINO VALENÇA BORBA” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cortês, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 120, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Beneficente “Poeta Bernardino Valença Borba” para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cortês, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 891, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E COMUNICADORES DO CAPUAN – AMCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 863, de 24 de dezembro de 2007, que ou-

torga autorização à Associação dos Moradores e Comunicadores do Capuan – AMCC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 892, DE 2009(*)**

Aprova o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 28/05/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 893, DE 2009(*)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 28/05/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 894, DE 2009(*)**

Aprova o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 28/05/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 895, DE 2009(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 24/06/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 896, DE 2009(*)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de

19/08/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 897, DE 2009(*)**

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 19/08/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 898, DE 2009(*)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 04/09/2009.

Ata da 32ª Sessão Conjunta, em 25 de novembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Marco Maia.

(Inicia-se a Sessão às 12 horas e 33 minutos e Encerra-se às 14 horas e 28 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento das sras. E dos srs. Senadores:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/11/2009 07:41:30 até 25/11/2009 21:42:55

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PSC	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PV	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 74 Senadores

É o seguinte o registro de comparecimento das sras. E dos srs. Deputados:

53ª LEGISLATURA

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 032 - 25/11/2009

Início : 25/11/2009 12:33

Fim : 25/11/2009 14:28

Total de Presentes : 476

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Angela Portela	PT	PmdbPtc
002 - Edio Lopes	PMDB	
003 - Francisco Rodrigues	DEM	
004 - Luciano Castro	PR	
006 - Marcio Junqueira	DEM	PsbPCdoBPmnPrb
005 - Maria Helena	PSB	
008 - Urzeni Rocha	PSDB	
Presentes Roraima: 7		
AMAPÁ		
582 - Antonio Feijão	PTC	PmdbPtc
009 - Dalva Figueiredo	PT	PsbPCdoBPmnPrb
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPtc
016 - Janete Capiberibe	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
014 - Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPtc
015 - Lucenira Pimentel	PR	PmdbPtc
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT	
Presentes Amapá: 8		
PARÁ		
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPtc
018 - Bel Mesquita	PMDB	PmdbPtc
019 - Beto Faro	PT	PmdbPtc
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
026 - Gerson Peres	PP	PmdbPtc
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	
035 - Vic Pires Franco	DEM	PmdbPtc
023 - Wladimir Costa	PMDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	PmdbPtc
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 13		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PMDB	PmdbPtc
580 - Lupércio Ramos	PMDB	PmdbPtc
036 - Marcelo Serafim	PSB	PsbPCdoBPmnPrb

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
042 - Rebecca Garcia	PP	
039 - Silas Câmara	PSC	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Amazonas: 6		
RONDONIA		
047 - Anselmo de Jesus	PT	
048 - Eduardo Valverde	PT	
044 - Ernandes Amorim	PTB	
045 - Lindomar Garçon	PV	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPtc
046 - Mauro Nazif	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
049 - Moreira Mendes	PPS	
051 - Natan Donadon	PMDB	PmdbPtc
Presentes Rondonia: 8		
ACRE		
053 - Fernando Melo	PT	
054 - Flaviano Melo	PMDB	PmdbPtc
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PV	
058 - Ilderlei Cordeiro	PPS	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
059 - Sergio Petecão	PMN	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Acre: 8		
TOCANTINS		
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
061 - João Oliveira	DEM	
062 - Laurez Moreira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
063 - Lázaro Botelho	PP	
064 - Moises Avelino	PMDB	PmdbPtc
066 - Nilmar Ruiz	PR	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPtc
067 - Vicentinho Alves	PR	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
061 - Bene Camacho	PTB	
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
073 - Clóvis Fecury	DEM	
071 - Davi Alves Silva Júnior	PR	
072 - Domingos Dutra	PT	
076 - Flávio Dino	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
077 - Julião Amin	PDT	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	PmdbPtc
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	PmdbPtc
074 - Ribamar Alves	PSB	PsbPCdoBPmnPrb

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
083 - Roberto Rocha	PSDB	
085 - Sarney Filho	PV	
593 - Washington Luiz	PT	
Presentes Maranhão: 16		
CEARÁ		
087 - Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPtc
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Chico Lopes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
089 - Ciro Gomes	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
093 - Eugênio Rabelo	PP	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	PmdbPtc
094 - Flávio Bezerra	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
100 - Gorete Pereira	PR	
101 - José Aírton Cirilo	PT	
103 - José Guimarães	PT	
098 - Leo Alcântara	PR	
104 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PR	
105 - Mauro Benevides	PMDB	PmdbPtc
106 - Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPtc
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PR	
108 - Zé Gerardo	PMDB	PmdbPtc
Presentes Ceará: 19		
PIAUI		
109 - Átila Lira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
112 - Ciro Nogueira	PP	
569 - Elizeu Aguiar	PTB	
566 - José Maia Filho	DEM	
114 - Júlio Cesar	DEM	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPtc
115 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
118 - Paes Landim	PTB	
599 - Themístocles Sampaio	PMDB	PmdbPtc
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
542 - Betinho Rosado	DEM	
119 - Fábio Faria	PMN	PsbPCdoBPmnPrb
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	PmdbPtc
124 - João Maia	PR	
126 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Sandra Rosado	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
129 - Armando Abílio	PTB	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
133 - Luiz Couto	PT	
550 - Major Fábio	DEM	
130 - Manoel Junior	PMDB	PmdbPtc
132 - Rômulo Gouveia	PSDB	
134 - Vital do Rêgo Filho	PMDB	PmdbPtc
136 - Wellington Roberto	PR	
139 - Wilson Braga	PMDB	PmdbPtc
137 - Wilson Santiago	PMDB	PmdbPtc
Presentes Paraíba: 11		
PERNAMBUCO		
140 - Ana Arraes	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
142 - André de Paula	DEM	
144 - Armando Monteiro	PTB	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
151 - Bruno Rodrigues	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
587 - Charles Lucena	PTB	
154 - Edgar Moury	PMDB	PmdbPtc
156 - Eduardo da Fonte	PP	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
141 - Fernando Ferro	PT	
570 - Fernando Nascimento	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
145 - Inocêncio Oliveira	PR	
147 - José Chaves	PTB	
149 - José Mendonça Bezerra	DEM	
160 - Marcos Antonio	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
138 - Maurício Rands	PT	
148 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	PmdbPtc
155 - Raul Jungmann	PPS	
159 - Roberto Magalhães	DEM	
528 - Silvio Costa	PTB	
Presentes Pernambuco: 24		
ALAGOAS		
567 - Antonio Carlos Chamariz	PTB	
531 - Augusto Farias	PTB	
162 - Benedito de Lira	PP	
165 - Carlos Alberto Canuto	PSC	
169 - Francisco Tenorio	PMN	PsbPCdoBPmnPrb
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	
171 - Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPtc
Presentes Alagoas: 8		

	Partido	Bloco
SERGIPE		
173 - Albano Franco	PSDB	
175 - Eduardo Amorim	PSC	
177 - Iran Barbosa	PT	
174 - Jackson Barreto	PMDB	PmdbPtc
176 - Jerônimo Reis	DEM	
178 - José Carlos Machado	DEM	
179 - Mendonça Prado	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
186 - Claudio Cajado	DEM	
184 - Colbert Martins	PMDB	PmdbPtc
188 - Daniel Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
534 - Edigar Mão Branca	PV	
189 - Edson Duarte	PV	
592 - Emiliano José	PT	
190 - Fábio Souto	DEM	
191 - Félix Mendonça	DEM	
194 - Fernando de Fabinho	DEM	
185 - Geraldo Simões	PT	
597 - Jairo Carneiro	PP	
198 - João Almeida	PSDB	
187 - João Carlos Bacelar	PR	
201 - Jorge Khoury	DEM	
202 - José Carlos Aleluia	DEM	
197 - José Carlos Araújo	PDT	
203 - José Rocha	PR	
522 - Joseph Bandeira	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
196 - Lídice da Mata	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
204 - Luiz Alberto	PT	
182 - Luiz Bassuma	PV	
205 - Luiz Carreira	DEM	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPtc
554 - Márcio Marinho	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
200 - Marcos Medrado	PDT	
210 - Mário Negromonte	PP	
208 - Maurício Trindade	PR	
600 - Milton Barbosa	PSC	
214 - Paulo Magalhães	DEM	
212 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
215 - Severiano Alves	PMDB	PmdbPtc
216 - Tonha Magalhães	PR	
523 - Uldurico Pinto	PHS	
219 - Veloso	PMDB	PmdbPtc
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 37		

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PDT	
224 - Aelton Freitas	PR	
225 - Alexandre Silveira	PPS	
227 - Antônio Andrade	PMDB	PmdbPtc
229 - Antônio Roberto	PV	
223 - Aracely de Paula	PR	
232 - Bilac Pinto	PR	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
222 - Carlos Willian	PTC	PmdbPtc
235 - Ciro Pedrosa	PV	
231 - Edmar Moreira	PR	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
237 - Elismar Prado	PT	
238 - Fábio Ramalho	PV	
241 - George Hilton	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
242 - Humberto Souto	PPS	
240 - Jaime Martins	PR	
518 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - João Moraes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
251 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	PmdbPtc
271 - José Fernando Aparecido de Oliveira	PV	
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPtc
243 - Lincoln Portela	PR	
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
577 - Marcos Lima	PMDB	PmdbPtc
257 - Marcos Montes	DEM	
267 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	PmdbPtc
261 - Miguel Corrêa	PT	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair Cunha	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
598 - Paulo Delgado	PT	
266 - Paulo Piau	PMDB	PmdbPtc
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPtc
590 - Sílas Brasileiro	PMDB	PmdbPtc
264 - Virgílio Guimarães	PT	
270 - Vitor Penido	DEM	

	Partido	Bloco
Presentes Minas Gerais: 49		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Camilo Cola	PMDB	PmdbPtc
576 - Capitão Assunção	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - Jurandy Loureiro	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPtc
278 - Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB	
275 - Manato	PDT	
279 - Rita Camata	PSDB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	PmdbPtc
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 10		
RIO DE JANEIRO		
285 - Alexandre Santos	PMDB	PmdbPtc
283 - Andreia Zito	PSDB	
548 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
286 - Arnaldo Vianna	PDT	
288 - Arolde de Oliveira	DEM	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	PmdbPtc
287 - Brizola Neto	PDT	
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
289 - Chico D'Angelo	PT	
292 - Cida Diogo	PT	
297 - Deley	PSC	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	
544 - Dr. Paulo César	PR	
294 - Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
298 - Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPtc
300 - Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPtc
525 - Eduardo Lopes	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
301 - Felipe Bornier	PHS	
296 - Fernando Gabeira	PV	
304 - Fernando Lopes	PMDB	PmdbPtc
303 - Filipe Pereira	PSC	
305 - Geraldo Pudim	PR	
572 - Glauber Braga	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
306 - Hugo Leal	PSC	
307 - Índio da Costa	DEM	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
308 - Leandro Sampaio	PPS	
309 - Léo Vivas	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Itagiba	PSDB	
317 - Miro Teixeira	PDT	
315 - Neilton Mulim	PR	
318 - Nelson Bornier	PMDB	PmdbPtc
316 - Otavio Leite	PSDB	
319 - Pastor Manoel Ferreira	PR	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
581 - Paulo Rattes	PMDB	PmdbPtc
322 - Rodrigo Maia	DEM	
320 - Rogerio Lisboa	DEM	
321 - Silvio Lopes	PSDB	PmdbPtc
327 - Simão Sessim	PP	
323 - Solange Almeida	PMDB	
324 - Solange Amaral	DEM	
325 - Suely	PR	
328 - Vinicius Carvalho	PTdoB	
Presentes Rio de Janeiro: 45		
SÃO PAULO		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
330 - Aline Corrêa	PP	PsbPCdoBPmnPrb
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PsbPCdoBPmnPrb
335 - Antonio Palocci	PT	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	
340 - Beto Mansur	PP	
526 - Bispo Gê Tenuta	DEM	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
344 - Celso Russomanno	PP	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
346 - Dimas Ramalho	PPS	
345 - Dr. Nechar	PP	
347 - Dr. Talmir	PV	
348 - Dr. Ubiali	PSB	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
351 - Edson Aparecido	PSDB	
589 - Eleuses Paiva	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
354 - Fernando Chucre	PSDB	
355 - Francisco Rossi	PMDB	
357 - Guilherme Campos	DEM	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
360 - Jilmar Tatto	PT	
362 - João Dado	PDT	
517 - Jorginho Maluly	DEM	
364 - José Aníbal	PSDB	
588 - José C Stangarlini	PSDB	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
365 - José Genoíno	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
367 - José Mentor	PT	
378 - José Paulo Tóffano	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
539 - Luciana Costa	PR	
377 - Marcelo Ortiz	PV	
368 - Márcio França	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
380 - Michel Temer	PMDB	PmdbPtc
374 - Milton Monti	PR	
584 - Milton Vieira	DEM	
381 - Nelson Marquenezelli	PTB	
585 - Paes de Lira	PTC	PmdbPtc
372 - Paulo Pereira da Silva	PDT	
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Regis de Oliveira	PSC	
383 - Renato Amary	PSDB	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
568 - Roberto Alves	PTB	
386 - Roberto Santiago	PV	
388 - Silvio Torres	PSDB	
393 - Valdemar Costa Neto	PR	
391 - Vanderlei Macris	PSDB	
396 - Vicentinho	PT	
394 - Walter Ihoshi	DEM	
395 - William Woo	PPS	
Presentes São Paulo: 64		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPtc
401 - Eliene Lima	PP	
402 - Homero Pereira	PR	
403 - Pedro Henry	PP	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
404 - Valtenir Pereira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
406 - Wellington Fagundes	PR	
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Augusto Carvalho	PPS	
409 - Jofran Frejat	PR	
410 - Laerte Bessa	PSC	
411 - Magela	PT	
533 - Osório Adriano	DEM	
412 - Rodovalho	DEM	
416 - Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPtc
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		

	Partido	Bloco
GOIÁS		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	PmdbPtc
417 - Íris de Araújo	PMDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	PmdbPtc
420 - Leandro Vilela	PMDB	
421 - Leonardo Vilela	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPtc
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPtc
430 - Pedro Wilson	PT	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PR	
414 - Tatiko	PTB	
Presentes Goiás: 15		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
433 - Dagoberto	PDT	
435 - Geraldo Resende	PMDB	PmdbPtc
595 - Marçal Filho	PMDB	PmdbPtc
437 - Nelson Trad	PMDB	PmdbPtc
438 - Vander Loubet	PT	
439 - Waldemir Moka	PMDB	PmdbPtc
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
524 - Aírton Roveda	PR	
442 - Alceni Guerra	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PR	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	DEM	
466 - Giacobbo	PR	
450 - Gustavo Fruet	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPtc
454 - Luiz Carlos Haulý	PSDB	
460 - Luiz Carlos Setim	DEM	
538 - Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPtc
462 - Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
PARANÁ		
458 - Nelson Meurer	PP	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPtc
464 - Ratinho Junior	PSC	
465 - Ricardo Barros	PP	
468 - Rodrigo Rocha Loures	PMDB	PmdbPtc
591 - Wilson Picler	PDT	
Presentes Paraná: 27		
SANTA CATARINA		
535 - Acélio Casagrande	PMDB	PmdbPtc
471 - Angela Amin	PP	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPtc
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPtc
478 - Fernando Coruja	PPS	
479 - Gervásio Silva	PSDB	
473 - João Matos	PMDB	PmdbPtc
474 - João Pizzolatti	PP	
574 - Jorge Boeira	PT	
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPtc
482 - Paulo Bornhausen	DEM	
483 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPtc
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 15		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	
490 - Beto Albuquerque	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
491 - Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPtc
495 - Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPtc
583 - Emilia Fernandes	PT	
493 - Enio Bacci	PDT	
571 - Fernando Marroni	PT	
596 - Geraldinho	PSOL	
489 - Germano Bonow	DEM	
498 - Henrique Fontana	PT	
492 - Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPtc
501 - José Otávio Germano	PP	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	
494 - Manuela DÁvila	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
496 - Marco Maia	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPtc
507 - Nelson Proença	PPS	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
513 - Paulo Pimenta	PT	
502 - Paulo Roberto Pereira	PTB	
503 - Pepe Vargas	PT	
505 - Pompeo de Mattos		PDT
509 - Professor Ruy Pauletti		PSDB
511 - Renato Molling		PP
512 - Sérgio Moraes		PTB
516 - Vilson Covatti		PP
Presentes Rio Grande do Sul: 28		

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Há número regimental. Declaro, portanto, aberta a sessão.

Nós não temos ainda *quorum* para votação, mas vamos fazer a leitura de expedientes e, ao mesmo tempo, abrir também para as intervenções dos Parlamentares inscritos.

Faremos, primeiro, leitura da indicação de membros para Comissão Mista.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 300/2009

Brasília, 24 de novembro de 2009

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Humberto Souto – PPS/MG e Cezar Silvestri – PPS/PR, como titular

e suplente, respectivamente, em substituição aos Deputados Fernando Coruja e Arnaldo Jardim, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 471/2009, que “Altere as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vamos considerar como lidos os **Vetos de nºs 48 a 50, de 2009.**

São os seguintes os vetos:

VETO PARCIAL Nº 48, DE 2009

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009
(oriundo da Medida Provisória nº 462/2009)**

(Mensagem nº 149/2009-CN – nº 861/2009, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009 (MP nº 462/09), que “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, 11.945, de 4 de junho de 2009, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 11.326, de 24 de julho de 2006, 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 9.703, de 17 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 11.772, de 17 de setembro de 2008, a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Controladoria-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 6º do art. 1º

“§ 6º Fica autorizado o parcelamento pelo Poder Executivo, em até 120 (cento e vinte) parcelas iguais e sucessivas, corrigidas na forma da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de todos os débitos dos Municípios oriundos de recebimento de recursos da União,

referentes a convênios, cujas prestações de contas não foram realizadas até 31 de dezembro de 2008, passando os Municípios à condição de adimplentes, após o requerimento de parcelamento dos referidos débitos ter sido protocolado.”

Razões do veto

“O dispositivo, tal como está redigido, privilegia os entes que não prestaram contas dos recursos recebidos em detrimento dos que o fizeram e ainda detêm saldo a devolver à União. Da mesma forma, desconsidera o objetivo precípuo das transferências de recursos federais que é assegurar a promoção de políticas públicas de forma descentralizada. O dispositivo, assim, fomenta não só a omissão no dever de prestar contas como estimula o potencial desatendimento das necessidades das populações. Também de anotar que o parcelamento em questão poderia ser entendido com operação de crédito entre entes federados, o que é expressamente vedado pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, deve-se ressaltar que o prazo de 120 meses para parcelamento ultrapassa dois mandatos eletivos, o que dificultaria o eventual resgate de valores do administrador municipal omissor, contrariando a moralidade administrativa e o interesse público.”

Os Ministérios das Cidades e dos Transportes manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§§ 2º e 3º do art. 7º-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, incluído pelo art. 4º do projeto de lei de conversão

“§ 2º Considera-se juridicamente interessado o Estado ou o Município nos casos nos quais haja necessidade de cumprimento da legislação estadual ou municipal nas áreas definidas no § 1º.

§ 3º O convênio de que trata o *caput* poderá ser celebrado diretamente:

I - com o Estado e com o Município quando, no respectivo porto ou terminal alfandegado, existir carreira própria de guarda portuária, que, nesta hipótese, ficará responsável pela autuação das infrações;

II - com entidades públicas que tenham por finalidade a fiscalização das infrações portuárias que, nesta hipótese, ficarão responsáveis pela autuação das infrações.”

Razões dos vetos

“A manutenção dos parágrafos pode levar à interpretação equivocada de que Estados e Municípios poderiam legislar sobre trânsito, matéria de competência privativa

da União, conforme o art. 22, XI, da Constituição. Ademais, dado o constante no **caput** do próprio art. 7º-A, o conteúdo dos parágrafos é despiciendo para a eficácia da norma proposta.”

Ouvidos, também, os Ministérios da Fazenda e da Previdência Social manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

· **Art. 8º**

“Art. 8º O art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 18:

‘Art. 1º
.....’

§ 18. O parcelamento de que trata este artigo será atualizado mensalmente pela média aritmética dos valores respectivos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para Títulos Federais referentes a cada mês.’ (NR)”

Razões do veto

“A medida não é conveniente à Administração Pública. Não faz sentido oferecer mais uma desoneração fiscal ao contribuinte quando já há previsão, na própria Lei nº 11.941, de 2009, de vários benefícios para quem aderir ao parcelamento. O dispositivo, ademais, cria, sem qualquer precedente, um índice de atualização monetária incidente sobre os débitos parcelados equivalente à média da TJLP e da SELIC. De anotar que dispositivo de teor semelhante já foi objeto de veto na conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008.”

· **Art. 12**

“Art. 12. Fica acrescido ao art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o seguinte § 12:

‘Art. 25.
.....’

§ 12. Não integram a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento nem o produto animal destinado à reprodução ou à criação pecuária ou granjeira e à utilização como cobaias para fins de pesquisas

científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e, no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País.’ (NR)”

Razões do veto

“Proposição semelhante já foi objeto de veto na conversão da Medida Provisória nº 447, de 2008, lá ficando consignado que o dispositivo em questão compromete a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência, em desconformidade com o previsto no **caput** do art. 201 da Constituição Federal. Além disso, não há previsão da correspondente fonte de custeio para compensar a redução da base-de-cálculo da contribuição, em desobediência ao que preconiza o art. 14 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Art. 18

“Art. 18. A despesa do empregador com a contratação de planos de saúde ou seguro de saúde, total ou parcial, para os seus empregados, no que se refere à contribuição do empregador:

I - não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do empregado para quaisquer efeitos;

II - não constituirá base de incidência da contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III - não se configurará como rendimento tributável do trabalhador.”

Razões do veto

“O dispositivo não atende o interesse público porque permite a contratação de planos de saúde exclusivos sem universalidade e a custos indeterminados, com custeio parcial, através de renúncia fiscal, de toda a coletividade. Outrossim, da forma como está redigido, pela generalidade do dispositivo, resta dificultada a fiscalização pelos órgãos arrecadatários e de controle.”

Art. 20

“Art. 20. O CRDPM terá por finalidade proceder ao encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:

I - valores referentes à compensação financeira entre os regimes de previdência de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos, indevidamente, a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais, previstos na alínea *h* do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e suspensa a sua execução pela Resolução do Senado Federal nº 26, de 2005;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário;

IV - valores apurados em razão da redução do saldo devedor, de readequação dos percentuais de retenção ou de valores das parcelas de amortização nas prestações vincendas;

V - outros valores não previstos nos incisos I a IV.

Parágrafo único. Para proceder ao encontro de contas referido no **caput** deste artigo, o Poder Executivo apresentará demonstrativos discriminativos com os valores de seus créditos e débitos previdenciários perante cada município, que poderão ser impugnados no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da sua publicação, prorrogáveis por igual período.”

Razões do veto

“Dispositivos semelhantes já foram objeto de veto quando da conversão da Medida Provisória nº 457, de 2009, lá ficando consignado que os dispositivos permitiam, genericamente, a compensação de créditos e débitos previdenciários sem levar em consideração a personalidade jurídica dos órgãos de previdência criados por alguns municípios, o que descaracterizaria o instituto jurídico da compensação, que não admite a falta de identidade entre os devedores recíprocos.

A norma proposta, tanto quanto no caso da Medida Provisória nº 457, de 2009, além de encerrar normas com termos vagos e generalistas, o que contraria o interesse público e a segurança jurídica, desconsidera regramentos específicos já editados para atender tanto as compensações entre os diversos regimes de previdência social quanto os

débitos de natureza tributária dos municípios referentes às contribuições destinadas à seguridade social.”

- **Art. 19**

“Art. 19. Fica criado o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária dos Municípios - CRDPM, órgão colegiado, em cuja composição fica assegurada a participação de entidade nacional de representação da maioria dos Municípios brasileiros.”

Razões do veto

“Em consequência do veto ao art. 20.”

O Ministério da Fazenda opinou ainda pelo veto aos dispositivos abaixo transcritos:

- **Art. 9º**

“Art. 9º O art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 8º As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2, 3, exceto os produtos vivos desse capítulo, e 4, 8 a 12, 15, 16 e 23, e nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, exceto os códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.01, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10, 2209.00.00 e 3824.9029-EX 01, todos da NCM, destinadas à alimentação humana, animal ou à fabricação de biodiesel, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidas em cada período de apuração crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

§ 3º

IV - 50% (cinquenta por cento) daquela prevista no art. 2º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para as matérias-primas de origem vegetal destinadas à fabricação do biodiesel.

..... ’ (NR)”

Razões do veto

“O dispositivo pretende instituir a possibilidade da apuração de um crédito não-cumulativo presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social quando da aquisição de produtos de origem vegetal ou animal para produção de biodiesel.

A concepção da criação do crédito presumido sempre esteve ligada a insumos de elaboração de produtos alimentícios. O que se pretende com a inserção do art. 8º é estender a sistemática de apuração de crédito presumido para o biodiesel.

Ao criar a apuração, pelas agroindústrias, de crédito presumido para a produção do biodiesel não compensável e não ressarcível, a exportação de produtos finais agropecuários fica prejudicada. Isso se dá pois, sob o ponto de vista fiscal, torna-se economicamente mais interessante exportar o insumo em estado bruto (operação desonerada), industrializar no exterior (em países de tributação mais favorecida), e importar o produto final (importação tributada, mas que gera direito a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação).

Cumprе destacar que o dispositivo não atende aos requisitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em especial ao disposto no caput do seu art. 14.

De anotar, por fim, que texto do mesmo teor já foi objeto de veto na conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008.”

Art. 40

“Art. 40. A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 2º-A. Poderão ser pagos ou parcelados, nas condições previstas neste artigo e nesta Lei, os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, e os oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos

Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota zero ou como não tributados - NT.

§ 1º Os débitos de que trata o **caput** deste artigo poderão ser pagos ou parcelados em até 12 (doze) prestações mensais com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 90% (noventa por cento) das multas isoladas, de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) do valor do encargo legal.

§ 2º As pessoas jurídicas que optarem pelo pagamento ou parcelamento nos termos deste artigo poderão liquidar os valores correspondentes aos débitos, inclusive multas e juros, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios.

§ 3º Fica assegurado aos contribuintes que realizam a apuração do Imposto de Renda pelo lucro real anual, o direito à apuração de balanço especial a ser levantado para a adesão ao parcelamento de que trata este artigo.

§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente.

§ 5º A opção pela extinção do crédito tributário na forma deste artigo não exclui a possibilidade de adesão ao parcelamento previsto nesta Lei.

§ 6º Será observado o prazo decadencial previsto no art. 173 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, nas compensações realizadas com o incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota zero ou como não tributados - NT.'

'Art. 2º-B. Será reconhecido o direito de crédito de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, e alterações posteriores, para exportações realizadas até o ano de 1990, para os litígios, administrativos ou judiciais, instaurados até a data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os créditos atualizados serão calculados pela alíquota de 15% (quinze por cento), aplicada sobre o valor FOB das mercadorias exportadas, excluídos os valores relativos a **drawback**.'

‘Art. 4º’

Parágrafo único. Não será computada na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a parcela equivalente à redução do valor das multas, juros e encargo legal em decorrência do disposto nos arts. 1º a 3º desta Lei.’ (NR)

‘Art. 6º O sujeito passivo que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas dos arts. 1º a 3º desta Lei, desistir da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do caput do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, até 30 (trinta) dias após a data de ciência do deferimento do requerimento do parcelamento.

.....’ (NR)

‘Art. 9º As reduções previstas nos arts. 1º a 3º desta Lei não são cumulativas com outras previstas em lei e serão aplicadas somente em relação aos saldos devedores dos débitos.

Parágrafo único. Na hipótese de anterior concessão de redução de multa, de mora e de ofício, de juros de mora ou de encargos legais em percentuais diversos dos estabelecidos nos arts. 1º a 3º desta Lei, prevalecerão os percentuais nela referidos, aplicados sobre os respectivos valores originais.’ (NR)

‘Art. 11. Os parcelamentos requeridos na forma e condições de que tratam os arts. 1º a 3º desta Lei:

.....’ (NR)

‘Art. 13. Aplicam-se, subsidiariamente, aos parcelamentos previstos nos arts. 1º a 3º desta Lei as disposições do § 1º do art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, não se lhes aplicando o disposto no art. 14 da mesma Lei.’ (NR)”

Razões do veto

“A introdução do art. 2º-A no âmbito da Lei nº 11.941, de 2009, pode levar a possíveis divergências de interpretação, ensejando a continuidade de discussões em torno da forma de aproveitamento do crédito-prêmio. Tal fato contraria o interesse público, uma vez que o objetivo das regras constantes do artigo em questão é justamente estancar as discussões acerca desse benefício fiscal.

Observe-se que os §§ 2º e 4º do artigo proposto introduzem hipóteses de aproveitamento de prejuízos fiscais do IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL na quitação de débito do parcelamento sem, contudo, estabelecer um limite temporal para esse aproveitamento. Saliente-se que o fisco somente tem conhecimento dos prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas referentes a períodos de apuração terminados em 31/12/2008, por constarem de declarações já entregues. Sem o conhecimento dos valores dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas cujo aproveitamento é autorizado pelos parágrafos em questão, não é possível sequer estimar o efeito do dispositivo no Orçamento da União.

O § 3º, por sua vez, traz insegurança jurídica por não definir o conteúdo do chamado ‘balanço especial’ ou mesmo sua finalidade específica, podendo ensejar, inclusive, o entendimento de que seria possível a geração de prejuízos específicos para a quitação de débitos do parcelamento.

Outro dispositivo a ser mencionado é o § 6º do novo artigo proposto, que dispõe sobre a aplicação indiscriminada do prazo decadencial previsto no art. 173 do Código Tributário Nacional - CTN às compensações realizadas com a utilização dos créditos nele mencionados. O dispositivo desconsidera as hipóteses de dívida confessada, quando seriam aplicáveis, tão-somente, as regras relativas à prescrição, regulada no art. 174 do CTN. A regra, assim, padece de vício de constitucionalidade, uma vez que traria inovação, por via transversa, ao instituto da decadência, que é matéria reservada à lei complementar, a teor do disposto no art. 146, III, ‘b’, da Constituição. Além disso, a redação do dispositivo pode gerar dúvidas de interpretação. Ao tratar de prazo decadencial, ele não deveria se referir a compensações efetuadas, mas sim aos valores dos tributos que deixaram de ser recolhidos em função das compensações. Ademais, a redação utilizada poderia levar ao entendimento equivocado de que se estabelece um novo prazo para o exercício do direito de compensação.

Quanto ao conteúdo do art. 2º-B, de observar que o reconhecimento indiscriminado do direito ao crédito até 1990, a partir da data da edição da lei de conversão, não leva em consideração a autoridade das decisões judiciais já expedidas, tanto quanto o instituto jurídico da decadência. Com relação à alíquota de 15% (quinze por cento) prevista no parágrafo único do dispositivo, cabe ressaltar que essa seria a alíquota máxima a que poderia chegar o benefício, segundo a legislação original. Assim, o artigo adota critério mais vantajoso do que o estabelecido originalmente, podendo ensejar discussões sobre o percentual aplicado no passado, visto que o dispositivo tem efeitos retroativos.

Por fim, de anotar que os demais dispositivos do art. 40 do projeto de lei de conversão que modificam a Lei nº 11.941, de 2009, restam prejudicados tendo em vista o contido no veto aos arts. 2º-A e 2º-B.”

Os Ministérios da Previdência da Social, da Fazenda e do Trabalho e Emprego manifestaram-se ainda pelo veto ao dispositivo abaixo:

Art. 15

“Art. 15. Aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, validando-se inclusive para fins de não incidência da contribuição previdenciária, aos pagamentos efetuados, em espécie, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, no período de 1º de janeiro de 2000 a 31 de julho de 2009, para os gastos de transporte do trabalhador, limitados ao valor da tarifa integral de seu deslocamento.

Parágrafo único. Fica expressamente proibida a previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho de pagamento de Vale-Transporte em desacordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.”

Razões do veto

“O dispositivo promove perdão legal, com imprevisíveis efeitos retroativos, de prática que jamais foi autorizada pela legislação, sendo corrente na doutrina e na jurisprudência que o vale-transporte é benefício que não integra o salário-de-contribuição somente quando pago na forma da Lei nº 7.418, de 1985. Outrossim, o dispositivo contraria os princípios constitucionais da contributividade (art. 195, *caput*) e da contraprestação (art. 195, § 5º).”

O Ministério dos Transportes opinou pelo veto ao dispositivo abaixo:

Art. 7º

“Art. 7º O art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 19. Para apoiar a transferência definitiva do domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, fica o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2012, recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção e sinalização das rodovias transferidas e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários.

§ 1º As obras de que trata o *caput* poderão ser executadas independentemente de solicitação ou de celebração de convênios com as unidades da Federação que tiveram rodovias transferidas na forma da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.

§ 2º (Revogado).’ (NR)”

Razões do veto

“A autorização ao DNIT para uso de recursos federais para apoio à transferência definitiva da malha federal para os Estados até 31 de dezembro de 2010 já consta da vigente Lei nº 11.314, de 2009. O texto hoje vigente melhor atende ao interesse público, visto que é mais abrangente que o proposto no projeto lei de conversão. Com efeito, o texto atual outorga ao DNIT a tutela do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.”

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestou-se pelo veto ao dispositivo abaixo:

Art. 14

“Art. 14. O art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 17.

I -.....

c) 77% (setenta e sete por cento) do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação própria ou afretada, de registro brasileiro na navegação de longo curso não inscrita no REB, de que trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; e

d) 44% (quarenta e quatro por cento) do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação própria ou afretada, de registro brasileiro, na navegação de longo curso inscrita no REB, de que trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;

II -

a) 14% (catorze por cento) do AFRMM que tenha gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação não estiver inscrita no REB;

b) 47% (quarenta e sete por cento) do AFRMM que tenha gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação estiver inscrita no REB;

§ 8º No fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, a navegação interior será priorizada na liberação dos recursos a conta das ações “Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação” e “Incentivo às Empresas Brasileiras”, integrantes da unidade orçamentária “Fundo da Marinha Mercante - FMM”, do Ministério dos Transportes, no orçamento geral da União - OGU, em conformidade com o disposto nesta Lei.” (NR)”

Razões do veto

“Apesar de aumentar os recursos disponíveis para o Fundo da Marinha Mercante, a alteração legal reduz os recursos destinados às empresas de navegação para fazer reparos e atender a crescente demanda do setor em meio a financiamentos planejados com a expectativa desses recursos. Consequentemente, o benefício ao Fundo não seria significativo se comparado ao impacto negativo da mudança para as empresas de navegação no atual momento.”

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se ainda pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 1º do art. 3º da Lei nº da Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, alterado pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

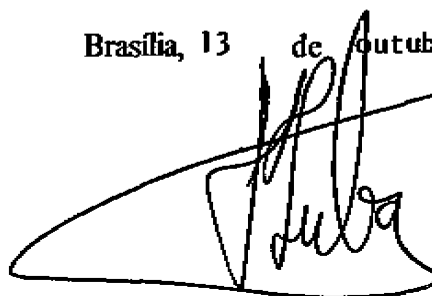
“§ 1º O CPFGCN contará com representantes do Ministério da Fazenda, cujo representante o presidirá, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério dos Transportes e da Casa Civil da Presidência da República.”

Razões do veto

“A composição inicial do Comitê de Participação do FGCN previa apenas a participação de órgãos centrais da Administração Pública Federal, de forma a manter a discussão no âmbito do Comitê equidistante dos interesses setoriais. Esse entendimento não impede, logicamente, a participação dos diversos órgãos na discussão de questões de seu interesse.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 13 de outubro de 2009.



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2009 (oriundo da Medida Provisória nº 462/2009)

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, 11.945, de 4 de junho de 2009, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 11.326, de 24 de julho de 2006, 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 9.703, de 17 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 11.772, de 17 de setembro de 2008, a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A União prestará apoio financeiro, no exercício de 2009, aos entes federados que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, mediante entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título daquele Fundo nos exercícios de 2008 e 2009, antes da incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e condições previstos nesta Lei e limita-

dos à dotação orçamentária específica para essa finalidade, a ser fixada por meio de decreto do Poder Executivo.

§ 1º O valor referido no caput será calculado observando-se a variação negativa acumulada até o mês imediatamente anterior ao mês da entrega do apoio financeiro a cada ente federado, deduzidos os valores já entregues.

§ 2º O valor correspondente à variação negativa acumulada nos meses de janeiro a março de 2009 será entregue em parcela única até o dia 25 de maio de 2009.

§ 3º O valor correspondente à variação negativa acumulada nos meses de abril e maio de 2009 será entregue em parcela única até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de junho, no caso de haver disponibilidade orçamentária, ou até o 5º (quinto) dia útil após a aprovação dos respectivos créditos orçamentários.

§ 4º As entregas dos valores correspondentes às variações negativas registradas a partir do mês de junho de 2009 ocorrerão, mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, no caso de haver disponibilidade orçamentária, ou até o 5º (quinto) dia útil após a aprovação dos respectivos créditos orçamentários, na forma fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

§ 5º O valor referente a cada ente será calculado pelo Banco do Brasil S.A. com base nas condições dispostas neste artigo e creditado em conta bancária específica criada para essa finalidade.

§ 6º Fica autorizado o parcelamento pelo Poder Executivo, em até 120 (cento e vinte) parcelas iguais e sucessivas, corrigidas na forma da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de todos os débitos dos Municípios oriundos de recebimento de

recursos da União, referentes a convênios, cujas prestações de contas não foram realizadas até 31 de dezembro de 2008, passando os Municípios à condição de adimplentes, após o requerimento de parcelamento dos referidos débitos ter sido protocolado.

Art. 2º Os arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 9º, 10 e 11 da Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica a União autorizada a participar, no limite global de até R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), em Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN, para a formação de seu patrimônio.

.....

§ 2º O patrimônio do FGCN será formado pelos recursos oriundos da integralização de cotas pela União e pelos demais cotistas, bem como pelos rendimentos obtidos com sua administração.

§ 3º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser realizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda:

- I - em moeda corrente;
- II - em títulos públicos;
- III - por meio de suas participações minoritárias; ou
- IV - por meio de ações de sociedades de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário.

.....”(NR)

“Art. 3º Fica criado o Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval - CPFGCN, órgão colegiado com composição e competência estabelecidas em ato do Poder Executivo.

§ 1º O CPFGCN contará com representantes do Ministério da Fazenda, cujo representante o presidirá, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério dos Transportes e da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º O estatuto e o regulamento do FGCN deverão ser examinados previamente pelo CPFGCN antes de sua aprovação na assembleia de cotistas.”(NR)

“Art. 4º O FGCN terá por finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro.

.....

§ 2º O provimento de recursos de que trata o caput será concedido para garantir os riscos nele especificados das operações relacionadas:

I - à construção ou à produção, em estaleiro brasileiro, de embarcação destinada à empresa brasileira de navegação que opere na navegação de cabotagem ou longo curso;

II - à construção ou à produção, em estaleiro brasileiro, de embarcação destinada à navegação interior de cargas ou de passageiros de elevado interesse social;

III - à construção ou à produção, em estaleiro brasileiro, de embarcação de apoio marítimo, de

apoio portuário ou destinada à pesca industrial, no âmbito do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, instituído pela Lei n° 10.849, de 23 de março de 2004, bem como de embarcação de pequeno porte destinada à pesca artesanal profissional ou às atividades do micro e pequeno empresário do setor pesqueiro e de transporte aquaviário interior de passageiros;

IV - à construção ou à produção, e à modernização, em estaleiro brasileiro, de embarcação destinada ao controle, à proteção ou à segurança da navegação;

V - à construção ou à produção, em estaleiro brasileiro, de embarcação especializada do tipo navio ou plataforma flutuante semi-submersível, destinada às operações de exploração, perfuração e completação petrolíferas e as relacionadas ao desenvolvimento da exploração e produção de petróleo e gás natural oriundas de reservas localizadas no mar territorial brasileiro.

§ 3° A garantia de que trata o caput restringe-se às embarcações construídas ou produzidas no mercado naval brasileiro, restrita ao período de construção da embarcação até a assinatura do respectivo termo de entrega e aceitação, excetuando-se as embarcações destinadas às atividades de micro e pequeno empresário do setor pesqueiro e de transporte aquaviário interior de passageiros.

§ 4º A garantia de que trata o caput terá vigência até a aceitação da embarcação pelo contratante da construção ou até 24 (vinte e quatro) meses após a entrega da embarcação pelo construtor, o que ocorrer antes.

§ 5º Para as embarcações destinadas às atividades do micro e pequeno empresário do setor pesqueiro e de transporte aquaviário interior de passageiros, a garantia de que trata o caput contemplará o tempo de financiamento da embarcação.

§ 6º A garantia de risco de performance de que trata o caput só será devida em situações decorrentes de responsabilidade do construtor naval.

§ 7º A garantia de risco de crédito de que trata o caput será devida quando se caracterizar situação de inadimplemento contratual do beneficiário ou vencimento antecipado do contrato de financiamento, conforme previsto no regulamento do FGCN.

§ 8º O detalhamento dos riscos a serem suportados pelo FGCN, de que trata o caput, como a forma de pagamento de garantia prestada por aquele Fundo ao risco de crédito no caso de vencimento antecipado do financiamento, bem como os limites de exposição do FGCN superiores às cotas integralizadas, serão definidos conforme previsto em estatuto e regulamento.”(NR)

“Art. 5º Será devido ao FGCN comissão pecuniária a ser cobrada do estaleiro pela instituição financeira concedente do financiamento ou pela empresa brasileira de navegação, com a finalidade de remu-

nerar o risco assumido por aquele Fundo em cada operação garantida.”(NR)

“Art. 6º Constituem fontes de recursos do FGCN:

.....”(NR)

“Art. 7º

§ 1º Cada operação de financiamento poderá ter, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do seu saldo devedor garantido com o provimento de recursos do FGCN, a depender do risco da operação, salvo hipóteses específicas definidas em estatuto e regulamento daquele Fundo, nos quais este limite poderá ser elevado.

§ 2º Cada embarcação construída com garantias do FGCN poderá contar com, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da operação para a cobertura do risco de performance do estaleiro garantido.

§ 3º Para embarcações destinadas às atividades do micro e pequeno empresário do setor pesqueiro e de transporte aquaviário interno de passageiros, cada operação de financiamento poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do seu saldo devedor garantido com recursos do FGCN.

§ 4º O limite de exposição do FGCN com relação a cada entidade garantida será de 25% (vinte e cinco por cento) do seu patrimônio.”(NR)

“Art. 9º Nas operações garantidas pelo FGCN, exceto para as embarcações destinadas às atividades de micro e pequeno empresário do setor pesqueiro e de transporte aquaviário interno de passageiro,

poderá ser exigida, cumulativamente ou não, a constituição das seguintes contra-garantias por aquele Fundo, sem prejuízo de outras:

.....

V - seguro garantia com cobertura mínima de 10% (dez por cento) do valor do crédito concedido, para os objetivos tratados nos incisos I a IV do § 2º do art. 4º desta Lei;

VI - seguro garantia com cobertura mínima de 3% (três por cento) do valor do crédito concedido, para os objetivos tratados no inciso V do § 2º do art. 4º desta Lei.

Parágrafo único. Caso o penhor da totalidade das ações de emissão do estaleiro construtor já tiver sido dado em garantia, poderá ser aceita a promessa de penhor da totalidade das ações de emissão do estaleiro, conforme estatuto e regulamento.”(NR)

“Art. 10. Nos casos de garantias concedidas pelo FGCN nas operações de financiamento aos estaleiros brasileiros para a construção de embarcações, nos termos desta Lei, a empresa contratante da construção deverá intervir no contrato de financiamento celebrado entre a instituição financeira e o estaleiro construtor, obrigando-se a liquidar a dívida perante a instituição financeira ou assumi-la em até 5 (cinco) dias após a assinatura do termo de entrega e aceitação da embarcação financiada.”(NR)

“Art. 11. Será admitida a extensão do prazo da garantia do FGCN no caso de haver renegociação do

contrato de construção que implique dilatação do prazo originalmente pactuado.

Parágrafo único. (Revogado).”(NR)

Art. 3º A Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 2º-A, 2º-B e 11-A:

“Art. 2º-A Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

I - estaleiro brasileiro: a pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede no País, que tenha por objeto a indústria de construção e reparo navais;

II - contratante da construção: pessoa jurídica que contrata a construção de embarcação em estaleiro brasileiro, podendo ser empresa brasileira de navegação nos termos definidos na Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004;

III - risco de crédito: incerteza relacionada ao recebimento tempestivo de valor contratado, a ser pago pelo beneficiário do financiamento, causada pelo não cumprimento pelo estaleiro brasileiro do cronograma de construção aprovado pelas partes;

IV - risco de performance: incertezas relacionadas ao fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas em contrato para construção pelo construtor e a inadequação da qualidade da construção, em conjunto ou isoladamente, com a possibilidade de prejuízo decorrente de inadimplemento.”

“Art. 2º-B É facultada a constituição de patrimônio de afetação, para a cobertura de cada projeto beneficiado pelo FGCN, o qual não se comunicará

com o restante do patrimônio daquele Fundo, ficando vinculado exclusivamente à garantia da respectiva cobertura, não podendo ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do Fundo.

Parágrafo único. A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em cartório de registro de títulos e documentos.”

“Art. 11-A. Os rendimentos auferidos pela carteira do FGCN não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pela pessoa jurídica, na forma da legislação vigente, quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução do Fundo.”

Art. 4º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A A autoridade portuária ou a entidade concessionária de porto organizado poderá celebrar convênios com os órgãos previstos no art. 7º, com a interveniência dos Municípios e Estados, juridicamente interessados, para o fim específico de facilitar a autuação por descumprimento da legislação de trânsito.

§ 1º O convênio valerá para toda a área física do porto organizado, inclusive, nas áreas dos terminais alfandegados, nas estações de transbordo, nas instalações portuárias públicas de pequeno porte

e nos respectivos estacionamentos ou vias de trânsito internas.

§ 2º Considera-se juridicamente interessado o Estado ou o Município nos casos nos quais haja necessidade de cumprimento da legislação estadual ou municipal nas áreas definidas no § 1º.

§ 3º O convênio de que trata o caput poderá ser celebrado diretamente:

I - com o Estado e com o Município quando, no respectivo porto ou terminal alfandegado, existir carreira própria de guarda portuária, que, nesta hipótese, ficará responsável pela autuação das infrações;

II - com entidades públicas que tenham por finalidade a fiscalização das infrações portuárias que, nesta hipótese, ficarão responsáveis pela autuação das infrações."

Art. 5º A Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 1º

.....

§ 9º Os recursos provenientes de empréstimos em moeda estrangeira concedidos pelo Banco Central do Brasil, na forma deste artigo, poderão ser repassados, no País, com cláusula de reajuste vinculado à variação cambial."(NR)

"Art. 1º-A Os créditos do Banco Central do Brasil decorrentes de operações de redesconto ou de empréstimo não serão alcançados pela decretação de

intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da instituição financeira.

Parágrafo único. Os ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto ou em garantia de operações de empréstimo não integrarão a massa, nem terão seu pagamento obstado pela suspensão da fluência do prazo das obrigações da instituição sob intervenção."

Art. 6º O art. 8º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 8º

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no caput serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família.

§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a:

I - medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle;

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro.

§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD.

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará:

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos;

II - os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e

III - os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados.

§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do inciso I do § 2º serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e, em caso de não aprovação, os recursos

financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal.

§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a 3% (três por cento) da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado.”(NR)

Art. 7º O art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Para apoiar a transferência definitiva do domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, fica o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2012, recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção e sinalização das rodovias transferidas e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários.

§ 1º As obras de que trata o caput poderão ser executadas independentemente de solicitação ou de celebração de convênios com as unidades da Federação que tiveram rodovias transferidas na forma da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.

§ 2º (Revogado).”(NR)

Art. 8º O art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 18:

"Art. 1º

.....

§ 18. O parcelamento de que trata este artigo será atualizado mensalmente pela média aritmética dos valores respectivos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para Títulos Federais referentes a cada mês." (NR)

Art. 9º O art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2, 3, exceto os produtos vivos desse capítulo, e 4, 8 a 12, 15, 16 e 23, e nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, exceto os códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.01, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10, 2209.00.00 e 3824.9029-EX 01, todos da NCM, destinadas à alimentação humana, animal ou à fabricação de biodiesel, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidas em cada período de apuração crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezem-

bro de 2003, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

.....
§ 3º

.....
IV - 50% (cinquenta por cento) daquela prevista no art. 2º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para as matérias-primas de origem vegetal destinadas à fabricação do biodiesel.

.....”(NR)

Art. 10. O art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a inclusão do seguinte § 7º:

“Art. 18.

.....
§ 7º Além das hipóteses previstas nos incisos I e II do caput e no § 2º deste artigo, o espaço aéreo sobre bens públicos, o espaço físico em águas públicas, as áreas de álveo de lagos, rios e quaisquer correntes d’água, de vazantes e de outros bens do domínio da União, contíguos a imóveis da União afetados ao regime de aforamento ou ocupação, poderão ser objeto de cessão de uso.”(NR)

Art. 11. O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 21:

“Art. 20.

.....
§ 21. As movimentações autorizadas nos incisos V e VI do caput serão estendidas aos contratos de participação de grupo de consórcio para aquisição

de imóvel residencial, cujo bem já tenha sido adquirido pelo consorciado, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS.”(NR)

Art. 12. Fica acrescido ao art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o seguinte § 12:

“Art. 25.

.....

§ 12. Não integram a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento nem o produto animal destinado à reprodução ou à criação pecuária ou granjeira e à utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e, no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País.”(NR)

Art. 13. Excepcionalmente, a declaração de utilidade pública para implementação dos investimentos e ações integrantes do Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI, previstos na lei orçamentária e créditos adicionais, poderá ser realizada até 31 de dezembro de 2010, sem a observância do prazo de 1 (um) ano previsto no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 14. O art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.

I -

.....

c) 77 % (setenta e sete por cento) do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação própria ou afretada, de registro brasileiro na navegação de longo curso não inscrita no REB, de que trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;
e

d) 44% (quarenta e quatro por cento) do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação própria ou afretada, de registro brasileiro, na navegação de longo curso inscrita no REB, de que trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;

II -

a) 14% (catorze por cento) do AFRMM que tenha gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação não estiver inscrita no REB;

b) 47% (quarenta e sete por cento) do AFRMM que tenha gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação estiver inscrita no REB;

.....

§ 8º No fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, a navegação interior será priorizada na liberação dos recursos a conta das ações "Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação" e "Incentivo às Empresas Brasileiras", integrantes da unidade orçamentária "Fundo da Marinha Mercante - FMM", do Ministério dos Transportes, no orçamento geral da União - OGU, em conformidade com o disposto nesta Lei." (NR)

Art. 15. Aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, validando-se inclusive para fins de não incidência da contribuição previdenciária, aos pagamentos efetuados, em espécie, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, no período de 1º de janeiro de 2000 a 31 de julho de 2009, para os gastos de transporte do trabalhador, limitados ao valor da tarifa integral de seu deslocamento.

Parágrafo único. Fica expressamente proibida a previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho de pagamento de Vale-Transporte em desacordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.

Art. 16. Os arts. 1º e 2º e os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É instituído o número único de Registro de Identidade Civil, pelo qual cada cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, será identificado em suas relações com a sociedade e com os organismos governamentais e privados.

..... "(NR)

"Art. 2º É instituído o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de Registro de Identidade Civil, acompanhado dos dados de identificação de cada cidadão." (NR)

"Art. 3º

§ 1º Fica a União autorizada a firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para a im-

plementação do número único de registro de identificação civil.

§ 2º Os Estados e o Distrito Federal, signatários do convênio, participarão do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil e ficarão responsáveis pela operacionalização e atualização, nos respectivos territórios, do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, em regime de compartilhamento com o órgão central, a quem caberá disciplinar a forma de compartilhamento a que se refere este parágrafo.

§ 3º (Revogado).” (NR)

Art. 17. O art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

§ 1º

.....

III - aplicam-se também às aquisições no mercado interno ou importações de empresas denominadas fabricantes-intermediários, para industrialização de produto intermediário a ser diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final destinado à exportação.

§ 2º Apenas a pessoa jurídica habilitada pela Secretaria de Comércio Exterior poderá efetuar aquisições ou importações com suspensão na forma deste artigo.

.....” (NR)

Art. 18. A despesa do empregador com a contratação de planos de saúde ou seguro de saúde, total ou parcial, para os seus empregados, no que se refere à contribuição do empregador:

I - não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do empregado para quaisquer efeitos;

II - não constituirá base de incidência da contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III - não se configurará como rendimento tributável do trabalhador,

Art. 19. Fica criado o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária dos Municípios - CRDPM, órgão colegiado, em cuja composição fica assegurada a participação de entidade nacional de representação da maioria dos Municípios brasileiros,

Art. 20. O CRDPM terá por finalidade proceder ao encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:

I - valores referentes à compensação financeira entre os regimes de previdência de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos, indevidamente, a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais, previstos na alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e suspensa a sua execução pela Resolução do Senado Federal nº 26, de 2005;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que de-

clarou inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário;

IV - valores apurados em razão da redução do saldo devedor, de readequação dos percentuais de retenção ou de valores das parcelas de amortização nas prestações vincendas;

V - outros valores não previstos nos incisos I a IV.

Parágrafo único. Para proceder ao encontro de contas referido no caput deste artigo, o Poder Executivo apresentará demonstrativos discriminativos com os valores de seus créditos e débitos previdenciários perante cada município, que poderão ser impugnados no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da sua publicação, prorrogáveis por igual período.

Art. 21. Os arts. 1°, 2°, 3°, 5°, 7°, 8°, 9°, 15, 18, 31, 45, 53 e 57 da Lei n° 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1°

.....

III - para a liquidação, até 2009, de operações inadimplidas:

.....

IV -

a) a exigência do pagamento integral da parcela com vencimento em 2009, com incidência do bônus contratual se paga até a data de seu vencimento, ou, em caso de pagamento ainda em 2009, após o vencimento, com ajuste nos termos das alíneas a e b do inciso III do caput deste artigo;

.....

§ 2º Nas operações repactuadas segundo as condições estabelecidas pelo art. 4º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, os descontos previstos para liquidação antecipada até 2009 devem ser substituídos pelos descontos de que trata o inciso I do caput deste artigo.

..... "(NR)

"Art. 2º

.....

III -

.....

b) o saldo devedor remanescente será reescalado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com o primeiro vencimento pactuado para até 30 de dezembro de 2009 e os demais para 31 de outubro de cada ano, até 2025;

..... "(NR)

"Art. 3º

.....

§ 2º Fica autorizado, para os mutuários de operações de que trata o caput deste artigo e que possuam parcelas de juros inadimplidas de anos anteriores a 2009, inclusive para aqueles com saldos devedores inscritos ou passíveis de inscrição na Dívida Ativa da União:

I - o pagamento das parcelas de juros com vencimento em 2009 efetuado até a data do respectivo vencimento, considerados os prazos adicionais concedidos pelo CMN, com direito às condições e aos bônus contratuais de adimplência;

..... " (NR)

"Art. 5º

.....

II -

.....

c)

1. exigência do pagamento da parcela com vencimento em 2009, considerando os prazos estipulados pelo CMN, tomada sem encargos adicionais de inadimplimento para os pagamentos efetuados até a data do vencimento contratual;

2. distribuição do saldo devedor vencido, ajustado nos termos da alínea a deste inciso, entre as parcelas vincendas a partir de 2010;

..... " (NR)

"Art. 7º

I - !.....

.....

b) para a liquidação das operações até 30 de dezembro de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de dezembro de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

II -

.....

b) para a liquidação das operações até 30 de dezembro de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de dezembro de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

III -

.....

b) para a liquidação das operações até 30 de dezembro de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de dezembro de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

IV -

.....

b) para a liquidação das operações até 30 de dezembro de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea a deste inciso;

c) para a renegociação das operações até 30 de dezembro de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado nos termos da alínea a deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do caput deste artigo;

.....

§ 5º Fica o gestor financeiro do FNE, quando a garantia exigir o registro do instrumento contratual em cartório, autorizado a transferir os recursos desse Fundo para contratação da nova operação de crédito que irá liquidar o saldo devedor das operações do Programa com a Desenhahia ou com o Banco do Brasil S.A., de que trata o inciso V deste artigo, com base no respectivo protocolo do pedido de assentamento.” (NR)

“Art. 8º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União ou que venham a ser incluídas até 30 de novembro de 2009:

.....

II – permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 31 de março de 2010, mantendo-as na Dívida Ativa da União, observadas as seguintes condições:

.....

§ 3º Ficam suspensas até 31 de março de 2010 as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de crédito rural de que trata este artigo.

.....

§ 5º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de março de 2010.

.....

§ 7º As dívidas oriundas de operações de crédito rural ao amparo do Programa de Cooperação Ni-po-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase II, inscritas na Dívida Ativa da União até 30 de novembro de 2009, que forem liquidadas até 30 de dezembro de 2009 ou renegociadas até 31 de março de 2010, farão jus a um desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos nos quadros constantes dos Anexos IX e X desta Lei.

§ 8º As condições estabelecidas neste artigo serão estendidas às dívidas originárias de operações do Prodecir - Fase II, do Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação - PROFIR e do Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS, contratadas com o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo, cujos ativos foram transferidos para o Tesouro Nacional.

§ 9º Para as operações do Prodecir - Fase II de que tratam os §§ 7º e 8º deste artigo, e mediante solicitação do mutuário, fica o Ministério da Fazenda autorizado a definir descontos adicionais a serem aplicados para liquidação ou renegociação dessas operações, com base na revisão de garantias efetuada conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da seguinte forma:

I - no caso de liquidação, mediante avaliação do valor atual das garantias e dos bens financiados;

..... "(NR)

"Art. 45. Fica autorizada a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14 de janeiro de 2001 e lastreadas em recursos do FNO, FNE ou FCO, mediante solicitação do mutuário e formalização de aditivo ao instrumento de crédito, pelos encargos prefixados praticados para esses financiamentos, conforme o porte do mutuário, procedendo-se ao recálculo do saldo das parcelas não liquidadas com a aplicação dos seguintes encargos:

..... "(NR)

"Art. 53. Fica o gestor do Funcafé autorizado a financiar a liquidação de dívidas de café vinculadas à Cédula de Produto Rural - CPR, física ou financeira, com vencimento contratual previsto até 31 de dezembro de 2007, inclusive aquelas com vencimento até 2007 substituídas para vencimento em 2008 ou 2009, emitidas por produtores rurais ou suas cooperativas, observadas as seguintes condições:

.....

II - encargos financeiros:

a) até 30 de setembro de 2009: taxa efetiva de juros de 7,5% a.a. (sete inteiros e cinco décimos por cento ao ano); e

b) a partir de 1º de outubro de 2009: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

..... "(NR)

"Art. 57.

.....
§ 4º Os recursos serão liberados para as operações de que trata este artigo:

I - mediante a assinatura de assunção da dívida pelo mutuário, com o aval da cooperativa, nos casos de renegociação da operação;

II - mediante listagem das operações entregue pela cooperativa, com as respectivas informações de cada uma das operações, nos casos de liquidação da operação no ato da renegociação em 2009.

..... "(NR)

Art. 22. Os títulos dos Anexos III, V e VII da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO III

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - Etapas 1 e 2: desconto para liquidação da operação até 30 de dezembro de 2009."

"ANEXO V

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - Etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30 de dezembro de 2009."

"ANEXO VII

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - Etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30 de dezembro de 2009."

Art. 23. O art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 3º

.....

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de

enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos.

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN." (NR)

Art. 24. A Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, observado o disposto nesta Lei, subvenções econômicas a produtores rurais e suas cooperativas, sob a forma de:

....." (NR)

"Art. 5º-A Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções econômicas na forma de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios a agricultores familiares, suas associações e cooperativas nas operações de crédito rural contratadas, ou que vierem a ser contratadas, com as instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF."

Art. 25. O Capítulo XVI da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO XVI
DA GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA**

'Art. 59. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO será regido pelas disposições desta Lei e assegurará ao produtor rural, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional:

I - a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações;

..... ' (NR)

'Art. 60.

.....

II - por recursos do Orçamento da União e outros recursos que vierem a ser alocados ao programa;

..... ' (NR)

.....

'Art. 65.

Parágrafo único. Não serão cobertas as perdas relativas à exploração rural conduzida sem a observância da legislação e das normas do Proagro.' (NR)

'Art. 65-A. Será operado, no âmbito do Proagro, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar - PROAGRO Mais, que assegurará ao agricultor familiar, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional:

I - a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio ou

de parcelas de investimento, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações;

II - a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio ou em investimento rural, quando ocorrerem perdas em virtude dos eventos citados no inciso I;

III - a garantia de renda mínima da produção agropecuária vinculada ao custeio rural.'

'Art. 65-B. A comprovação das perdas será efetuada pela instituição financeira, mediante laudo de avaliação expedido por profissional habilitado.'

'Art. 65-C. Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Desenvolvimento Agrário - MDA, em articulação com o Banco Central do Brasil, deverão estabelecer conjuntamente as diretrizes para o credenciamento e para a supervisão dos encarregados dos serviços de comprovação de perdas imputáveis ao Proagro.

Parágrafo único. O MDA credenciará e supervisionará os encarregados da comprovação de perdas imputáveis ao Proagro, devendo definir e divulgar instrumentos operacionais e a normatização técnica para o disposto neste artigo, observadas as diretrizes definidas na forma do caput.'

.....

'Art. 66-A. O Proagro será administrado pelo Banco Central do Brasil, conforme normas, critérios e condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.' "

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a doar aos Programas conduzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Defesa Civil e Ministério da Educação para atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar, até 70.000 (setenta mil) toneladas de feijão dos estoques públicos.

§ 1º As doações serão efetivadas mediante termo firmado pelo Poder Executivo, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, e correrão à conta de dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos.

§ 2º Caberá à CONAB promover o transporte do que trata este artigo até o local de destino, por meios próprios ou de terceiros, correndo as despesas decorrentes à conta de dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos.

Art. 27. O item 4.2 - Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, passa a vigorar acrescido do seguinte porto:

"4.2. Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Plano Nacional de Viação.

Nº de Ordem	Denominação	UF	Localização
217	Porto-Sul	BA	Ilhéus

..... " (NR)

Art. 28. A Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguaçu, criada pelo Decreto de 11 de agosto de 2000, localizada nos Municípios de Maragogipe e Cachoeira, Estado da Bahia, passa a ter o seguinte Memorial Descritivo, baseado na Carta SD-24-X-A-IV, na escala 1:100.000, publicada pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE: parte do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas $38^{\circ}51'0.41''\text{W}$ e $12^{\circ}51'1.82''\text{S}$, localizado na margem direita do rio Paraguaçu, próximo à comunidade de São Roque; deste, segue por uma reta, com azimuth $17^{\circ}30'41''$ e distância aproximada de 1.461,67 metros, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas $38^{\circ}50'46.11''\text{W}$ e $12^{\circ}50'16.29''\text{S}$, localizado sobre a linha divisória dos Municípios de Maragogipe, Saubara e Cachoeira; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Saubara e Cachoeira, por uma distância aproximada de 2.105,80 metros, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas $38^{\circ}50'6.29''\text{W}$ e $12^{\circ}49'22.84''\text{S}$; deste, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido montante do rio Paraguaçu, por uma distância aproximada de 13.040,05 metros, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas $38^{\circ}52'9.79''\text{W}$ e $12^{\circ}45'45.29''\text{S}$; deste, segue por uma reta, com azimuth $17^{\circ}23'32''$ e distância aproximada de 2.252,37 metros, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas $38^{\circ}51'48.24''\text{W}$ e $12^{\circ}44'33.09''\text{S}$, localizado na nascente de um igarapé sem denominação; deste, segue por uma reta, com azimuth $01^{\circ}21'17''$ e distância aproximada de 1.985,52 metros, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas $38^{\circ}51'44.94''\text{W}$ e $12^{\circ}43'28.71''\text{S}$, localizado na confluência do riacho Catu com um igarapé sem denominação; deste, segue por uma reta, com azimuth $331^{\circ}24'54''$ e distância aproximada de 845,61 metros, até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas $38^{\circ}51'59.05''\text{W}$ e $12^{\circ}43'6.43''\text{S}$, localizado no limite da zona terrestre do mangue; deste, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido montante do rio Paraguaçu, contornando a Baía do Iguape, por uma distância aproximada de 67.028,41 metros, até

o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'18.20"W e 12°41'2.35"S, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com a margem esquerda do rio Paraguaçu; deste, segue por uma reta, com azimute 310°51'47" e distância aproximada de 565,114 metros, até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'32.38"W e 12°40'50.31"S, localizado na confluência do rio Subaúma com a margem direita do rio Paraguaçu; deste, segue pela margem direita do rio Paraguaçu, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 1.981,84 metros, até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'32.26"W e 12°41'54.15"S, localizado na margem esquerda da desembocadura do rio Sinunga com o rio Paraguaçu; deste, contornando o limite da zona terrestre de mangue, no sentido montante do rio Sinunga, por uma distância aproximada de 1.633,67 metros, até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 38°57'14.77"W e 12°42'1.58"S, localizado na margem esquerda do rio Sinunga; deste, segue contornando o limite da zona terrestre de mangue, no sentido jusante do rio Sinunga, por uma distância aproximada de 1.364,64 metros, até o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'31.52"W e 12°41'57.46"S, localizado na margem direita da desembocadura do rio Sinunga com o rio Paraguaçu; deste, segue pela margem direita do rio Paraguaçu, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 69.251,46 metros, até o Ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de 163.510,22 metros e uma área aproximada de 10.074,42 hectares.

§ 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas

benfeitorias que vierem a ser identificados na área incorporada à unidade de conservação, para os fins previstos no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 2º A Administração da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape fica a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

Art. 29. O § 1º do art. 18 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.

§ 1º A liberação dos recursos de que trata o caput será efetuada no âmbito do PMCMV e ficará condicionada a que, nas operações realizadas com esses recursos:

I - seja exigida a participação dos beneficiários sob a forma de prestações mensais;

II - haja a quitação da operação, em casos de morte e invalidez permanente do mutuário, sem cobrança de contribuição do beneficiário; e

III - haja o custeio de danos físicos ao imóvel, sem cobrança de contribuição do beneficiário.

..... ”(NR)

Art. 30. O art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 2º

.....

§ 3º Nas operações em que sejam utilizados recursos advindos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, os agentes financeiros poderão dispensar a con-

tratação de seguro de que trata o caput, nas hipóteses em que os riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e de danos físicos ao imóvel estejam garantidos pelos respectivos Fundos.”(NR)

Art. 31. O art. 27 do Decreto-Lei n° 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar acrescido dos §§ 5° a 7°, com a seguinte redação:

“Art. 27.

.....

§ 5° As infrações mencionadas nos incisos II e III do art. 23 deste Decreto-Lei, quando referentes a mercadorias de valor inferior a US\$ 500.00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), e no inciso IX do art. 105 do Decreto-Lei n° 37, de 18 de novembro de 1966, serão apuradas em procedimento simplificado, no qual:

I - as mercadorias serão relacionadas pela unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o local de depósito, devendo a relação ser afixada em edital na referida unidade por 20 (vinte) dias; e

II - decorrido o prazo a que se refere o inciso I:

a) sem manifestação por parte de qualquer interessado, serão declaradas abandonadas e estarão disponíveis para destinação, dispensada a formalidade a que se refere o caput, observado o disposto nos arts. 28 a 30 deste Decreto-Lei; ou

b) com manifestação contrária de interessado, será adotado o procedimento previsto no caput e nos §§ 1º a 4º deste artigo.

§ 6º O Ministro de Estado da Fazenda poderá complementar a disciplina do disposto no § 5º, bem como aumentar em até 2 (duas) vezes o limite nele estabelecido.

§ 7º O disposto nos §§ 5º e 6º não se aplica na hipótese de mercadorias de importação proibida.” (NR)

Art. 32. Fica suspenso o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidente sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de:

I - animais vivos classificados na posição 01.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, quando efetuada por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, vendidos para pessoas jurídicas que produzam mercadorias classificadas nas posições 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29, 05.06.90.00, 05.10.00.10, 15.02.00.1, 41.01.20.10, 41.04.11.24 e 41.04.41.30 da NCM;

II - produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29, 05.06.90.00, 05.10.00.10, 15.02.00.1, 41.01.20.10, 41.04.11.24 e 41.04.41.30, da NCM, quando efetuada por pessoa jurídica que industrialize bens e produtos classificados nas posições 01.02, 02.01 e 02.02 da NCM.

Parágrafo único. A suspensão de que trata este artigo:

I - não alcança a receita bruta auferida nas vendas a consumidor final;

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 33. As pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29, 05.06.90.00, 05.10.00.10, 15.02.00.1, 41.01.20.10, 41.04.11.24 e 41.04.41.30 da NCM, destinadas a exportação, poderão descontar da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidas em cada período de apuração crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens classificados na posição 01.02 da NCM, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às aquisições de pessoa jurídica que exercer atividade agropecuária ou cooperativa de produção agropecuária.

§ 2º O direito ao crédito presumido de que tratam o caput e o § 1º deste artigo só se aplica aos bens adquiridos ou recebidos, no mesmo período de apuração, de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º O montante do crédito a que se referem o caput e o § 1º deste artigo será determinado mediante aplicação, sobre o valor das mencionadas aquisições, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 4º É vedado às pessoas jurídicas de que trata o § 1º deste artigo o aproveitamento:

I – do crédito presumido de que trata o caput deste artigo;

II – de crédito em relação às receitas de vendas efetuadas com suspensão às pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo.

§ 5º O crédito apurado na forma do caput deste artigo deverá ser utilizado para desconto do valor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a recolher, decorrente das demais operações no mercado interno.

§ 6º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre-calendário, não conseguir utilizar o crédito na forma prevista no § 5º deste artigo poderá:

I – efetuar sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria;

II – solicitar seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 7º O disposto no § 6º deste artigo aplica-se somente à parcela dos créditos presumidos determinada com base no resultado da aplicação, sobre o valor da aquisição de bens classificados na posição 01.02 da NCM, da relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

Art. 34. A pessoa jurídica, tributada com base no lucro real, que adquirir para industrialização ou revenda as mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29, 05.06.90.00, 05.10.00.10, 15.02.00.1, 41.01.20.10, 41.04.11.24 e 41.04.41.30 da NCM poderá descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondente a 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 1º É vedada a apuração do crédito de que trata o caput deste artigo nas aquisições realizadas pelas pessoas jurídicas mencionadas no inciso II do caput do art. 32 desta Lei.

§ 2º O direito ao crédito presumido somente se aplica às mercadorias de que trata o caput deste artigo, adquiridas com suspensão das contribuições, no mesmo período de apuração, de pessoa jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 35. As pessoas jurídicas submetidas ao regime de apuração não cumulativa deverão apurar e registrar, de forma segregada, os créditos de que tratam o art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os arts. 15 e 17 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e os créditos presumidos previstos nas Leis da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins,

discriminando-os em função da natureza, origem e vinculação desses créditos, observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. Aplicam-se ao caput deste artigo, no que couber, as disposições previstas nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 36. O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, relativo aos bens classificados nos códigos 01.02, 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29 da NCM, existentes na data de publicação desta Lei, poderá:

I - ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria;

II - ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 1º O pedido de ressarcimento ou de compensação dos créditos presumidos de que trata o caput deste artigo somente poderá ser efetuado:

I - relativamente aos créditos apurados nos anos-calendário de 2004 a 2007, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de publicação desta Lei;

II - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2008 e no período compreendido entre janeiro de 2009 e o mês de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2010.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos presumidos que tenham sido apurados em relação a custos, des-

pesas e encargos vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 37. A partir do primeiro dia do mês subsequente ao de publicação desta Lei, não mais se aplica o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, às mercadorias ou produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29 e 15.02.00.1 da NCM.

Art. 38. O art. 96 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

“Art. 96.

.....

§ 11. Os Municípios que não conseguirem optar pelo parcelamento no prazo estipulado pelo § 6º terão um novo prazo para adesão que se encerrará no dia 30 de novembro de 2009.”(NR)

Art. 39. Ficam convalidadas as transferências de recursos efetivadas aos Municípios, Estados e Distrito Federal, com base nos resultados apresentados na gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, a título de apoio financeiro à gestão do Programa entre 1º de abril de 2006 e 14 de maio de 2009, inclusive.

Art. 40. A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º-A Poderão ser pagos ou parcelados, nas condições previstas neste artigo e nesta Lei, os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do

Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, e os oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota zero ou como não tributados - NT.

§ 1º Os débitos de que trata o caput deste artigo poderão ser pagos ou parcelados em até 12 (doze) prestações mensais com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 90% (noventa por cento) das multas isoladas, de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) do valor do encargo legal.

§ 2º As pessoas jurídicas que optarem pelo pagamento ou parcelamento nos termos deste artigo poderão liquidar os valores correspondentes aos débitos, inclusive multas e juros, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios.

§ 3º Fica assegurado aos contribuintes que realizam a apuração do Imposto de Renda pelo lucro real anual, o direito à apuração de balanço especial a ser levantado para a adesão ao parcelamento de que trata este artigo.

§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa das alíquotas de 25% (vinte

e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente.

§ 5º A opção pela extinção do crédito tributário na forma deste artigo não exclui a possibilidade de adesão ao parcelamento previsto nesta Lei.

§ 6º Será observado o prazo decadencial previsto no art. 173 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, nas compensações realizadas com o incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota zero ou como não tributados - NT."

"Art. 2º-B Será reconhecido o direito de crédito de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, e alterações posteriores, para exportações realizadas até o ano de 1990, para os litígios, administrativos ou judiciais, instaurados até a data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os créditos atualizados serão calculados pela alíquota de 15% (quinze por cento), aplicada sobre o valor FOB das mercadorias exportadas, excluídos os valores relativos a drawback."

"Art. 4º

Parágrafo único. Não será computada na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda, da Con-

tribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS a parcela equivalente à redução do valor das multas, juros e encargo legal em decorrência do disposto nos arts. 1º a 3º desta Lei.” (NR)

“Art. 6º O sujeito passivo que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas dos arts. 1º a 3º desta Lei, desistir da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do caput do art. 269 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, até 30 (trinta) dias após a data de ciência do deferimento do requerimento do parcelamento.

.....” (NR)

“Art. 9º As reduções previstas nos arts. 1º a 3º desta Lei não são cumulativas com outras previstas em lei e serão aplicadas somente em relação aos saldos devedores dos débitos.

Parágrafo único. Na hipótese de anterior concessão de redução de multa, de mora e de ofício, de juros de mora ou de encargos legais em percentuais diversos dos estabelecidos nos arts. 1º a 3º desta Lei, prevalecerão os percentuais nela referidos,

aplicados sobre os respectivos valores originais," (NR)

"Art. 11. Os parcelamentos requeridos na forma e condições de que tratam os arts. 1º a 3º desta Lei:

..... " (NR)

"Art. 13. Aplicam-se, subsidiariamente, aos parcelamentos previstos nos arts. 1º a 3º desta Lei as disposições do § 1º do art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, não se lhes aplicando o disposto no art. 14 da mesma Lei." (NR)

Art. 41. A Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A Aos depósitos efetuados antes de 1º de dezembro de 1998 será aplicada a sistemática prevista nesta Lei de acordo com um cronograma fixado por ato do Ministério da Fazenda, sendo obrigatória a sua transferência à conta única do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. A inobservância da transferência obrigatória de que trata o caput deste artigo sujeita os recursos depositados à remuneração à taxa Selic e sujeita os administradores da Caixa Econômica Federal às penalidades impostas pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964."

Art. 42. Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

.....

§ 12.

.....

XVIII - produtos classificados na posição 87.13 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

XIX - artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10 da NCM;

XX - artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM;

XXI - almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94 da NCM.

§ 13. O Poder Executivo poderá regulamentar:

.....
II - a utilização do benefício da alíquota 0 (zero) de que tratam os incisos I a VII e XVIII a XXI do § 12 deste artigo.

..... "(NR)

"Art. 28.

.....
XV - artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10 da NCM;

XVI - artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM;

XVII - almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94 da NCM.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X, XIII e XIV a XVII do caput deste artigo."(NR)

Art. 43. O art. 9º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

.....

IX - participar minoritariamente do capital de empresas que tenham por objeto construir e operar a EF 232, de que trata o item 3.2.2 - Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, com as alterações introduzidas por esta Lei.

.....

§ 3º A autorização será deliberada por assembleia geral de acionistas especialmente convocada para esse fim."(NR)

Art. 44. A Floresta Nacional de Roraima, criada pelo Decreto nº 97.545, de 1º de março de 1989, passa a ter uma área de 167.268,74 ha (cento e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito hectares e setenta e quatro centiares), tendo por base cartográfica as cartas topográficas do IBGE: NA-20-X-A-III, NA-20-X-A-IV, NA-20-X-A-V, NA-20-X-A-VI e a base Raster consolidada pela Agência Nacional de Águas em formato ECW na escala 1:1.000.000, com o seguinte Memorial Descritivo: partindo do Ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 3º06'21,68"N e 62º00'48,54"WGr, segue por uma linha reta, com azimute 131º32'04" e distância aproximada de 1.199,42 metros, até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 03º05'55,562"N e 62º00'19,483"WGr (coincidente com o Marco MP-29 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute 134º45'13,1" e distância aproximada 2.385,80 metros, até o Ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 03º05'00,811"N e 61º59'24,650"WGr (coincidente com o Marco MP-30 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha re-

ta, com azimute $134^{\circ}44'56,6''$ e distância aproximada de 2.139,59 metros, até o Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas $03^{\circ}04'11,713''N$ e $61^{\circ}58'35,474''WGr$ (coincidente com o Marco MP-31 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute $143^{\circ}55'00,8''$ e distância aproximada de 215,73 metros, até o Ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas $03^{\circ}04'06,031''N$ e $61^{\circ}58'31,364''WGr$ (coincidente com o Marco MZ-237 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute $143^{\circ}55'29,1''$ e distância aproximada de 1.767,00 metros, até o Ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas $03^{\circ}03'19,492''N$ e $61^{\circ}57'57,703''WGr$ (coincidente com o Marco MP-32 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimute $143^{\circ}55'41,6''$ e distância aproximada de 2.064,00 metros, até o Ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas $03^{\circ}02'25,128''N$ e $61^{\circ}57'18,390''WGr$ (coincidente com o Marco MP-33 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute $143^{\circ}55'26,4''$ e distância aproximada de 2.024,79 metros, até o Ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas $03^{\circ}01'31,799''N$ e $61^{\circ}56'39,820''WGr$ (coincidente com o Marco MP-34 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute $143^{\circ}54'50,3''$ e distância aproximada de 1.907,26 metros, até o Ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas $03^{\circ}00'41,573''N$ e $61^{\circ}56'03,481''WGr$ (coincidente com o Marco MP-35 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute $143^{\circ}55'11,0''$ e distância aproximada de 2.065,27 metros, até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas $02^{\circ}59'47,181''N$ e $61^{\circ}55'24,138''WGr$ (coincidente com o Marco MP-36 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute $143^{\circ}56'00,8''$ e distância aproximada de 1.394,66 metros, até o Ponto 11 de coordenadas geográficas

cas 02°59'10,444"N e 61°54'57,580"WGr (coincidente com o Marco MZ-299 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimuth 143°54'35,5" e distância aproximada de 57,12 metros, até o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 02°59'08,940"N e 61°54'56,491"WGr (coincidente com o Marco SAT-1068 da Terra Indígena YANOMAMI), localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé Pira-andira; daí, segue por este igarapé no sentido montante, por uma distância aproximada de 15.723,54 metros, até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 02°52'26,019"N e 61°54'23,663"WGr (coincidente com o Marco SAT-1067 da Terra Indígena YANOMAMI), localizado no mesmo igarapé; deste, segue por uma linha reta, com azimuth 145°58'12,5" e distância aproximada de 67,81 metros, até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 02°52'24,188"N e 61°54'22,435"WGr (coincidente com o Marco MP-36 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 145°58'04,7" e distância aproximada de 1.336,23 metros, até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 02°51'48,105"N e 61°53'58,250"WGr (coincidente com o Marco MP-37 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 145°58'43,8" e distância aproximada de 2.159,34 metros, até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 02°50'49,788"N e 61°53'19,179"WGr (coincidente com o Marco MP-38 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 145°58'01,2" e distância aproximada de 2.210,51 metros, até o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 02°49'50,097"N e 61°52'39,170"WGr (coincidente com o Marco MP-39 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 145°57'35,5" e distância aproximada de 1.912,46 metros, até o

Ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 02°48'58,459"N e 61°52'04,550"WGr (coincidente com o Marco MP-40 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 173°57'54,0" e distância aproximada de 2.177,86 metros, até o Ponto 19 de coordenadas geográficas 02°47'47,927"N e 61°51'57,203"WGr (coincidente com o Marco MP-41 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 173°58'23,7" e distância aproximada de 2.127,96 metros, até o Ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 02°46'39,010"N e 61°51'50,034"WGr (coincidente com o Marco MP-42 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 173°57'52,2" e distância aproximada de 1.768,72 metros, até o Ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 2°45'41,73"N e 61°51'44,07"W (coincidente com o Marco MA-43 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 173°58'01,3" e distância aproximada de 140,84 metros, até o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 02°45'37,168"N e 61°51'43,591"WGr (coincidente com o marco SAT-1062 da Terra Indígena YANOMAMI), localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste, segue pelo referido igarapé no sentido jusante por uma distância aproximada de 7.721,63 metros, até o Ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 02°41'52,292"N e 61°50'09,402"WGr (coincidente com o marco SAT-1064 da Terra Indígena YANOMAMI), localizado na confluência com o rio Mucajaí; deste, segue por uma linha reta, com azimuth 145°07'10,1" e distância aproximada de 250,68 metros, até o Ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 02°41'45,591"N e 61°50'04,766"WGr (coincidente com o Marco MP-43 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth 145°07'35,8" e distância aproximada de 1.851,69 metros, até o

Ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 02°40'56,090"N e 61°49'30,531"WGr (coincidente com o Marco MP-44 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimute 145°32'43,9" e distância aproximada de 2.133,49 metros, até o Ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 02°39'58,768"N e 61°48'51,502"WGr (coincidente com o Marco MP-45 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimute 146°27'28,0" e distância aproximada de 2.045,08 metros, até o Ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 02°39'03,229"N e 61°48'14,965"WGr (coincidente com o Marco MP-46 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimute 146°24'30,7" e distância aproximada de 2.212,82 metros, até o Ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 02°38'03,169"N e 61°47'35,382"WGr (coincidente com o Marco MP-47 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimute 146°24'06,8" e distância aproximada de 144,65 metros, até o Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 02°37'59,243"N e 61°47'32,794"WGr (coincidente com o Marco MP-48 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimute 192°19'05,5" e distância aproximada de 438,98 metros, até o Ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 02°37'45,280"N e 61°47'35,840"WGr (coincidente com o Marco MP-49 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimute 192°20'33,3" e distância aproximada de 1.665,19 metros, até o Ponto 31 de coordenadas geográficas 02°36'52,322"N e 61°47'41,5"WGr (coincidente com o Marco MP-50 da Terra Indígena YANOMAMI); deste segue por uma linha reta, com azimute 192°22'04,0" e distância aproximada de 2.186,33 metros, até o Ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 02°35'42,797"N e 61°48'02,643"WGr (coincidente com o Marco MP-

51 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth $192^{\circ}21'01,7''$ e distância aproximada de 2.001,42 metros, até o Ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas $02^{\circ}34'39,147''\text{N}$ e $61^{\circ}48'16,564''\text{WGr}$ (coincidente com o Marco MP-52 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth $192^{\circ}19'06,0''$ e distância aproximada de 1.782,03 metros, até o Ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas $02^{\circ}33'42,468''\text{N}$ e $61^{\circ}48'28,926''\text{WGr}$ (coincidente com o Marco MP-53 da Terra Indígena YANOMAMI); deste, segue por uma linha reta, com azimuth $192^{\circ}18'39,1''$ e distância aproximada de 66,78 metros, até o Ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas $02^{\circ}33'40,344''\text{N}$ e $61^{\circ}48'29,389''\text{WGr}$ (coincidente com o Marco SAT-1063 da Terra Indígena YANOMAMI), localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste, segue pelo referido igarapé no sentido jusante, por uma distância aproximada de 8.820,253 metros, até o Ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}30'25,27''\text{N}$ e $61^{\circ}45'23,79''\text{W}$, localizado na confluência do referido igarapé com a margem direita do rio Apiaú; deste segue pela margem direita do rio Apiaú no sentido jusante, por uma distância aproximada de 25.268,383 metros, até o Ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}34'46,96''\text{N}$ e $61^{\circ}39'52,34''\text{W}$, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o referido rio; deste segue pelo referido igarapé sem denominação no sentido montante, por uma distância aproximada de 4.925,489 metros, até o Ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}35'45,18''\text{N}$ e $61^{\circ}42'03,4''\text{W}$, localizado na confluência deste igarapé com outro igarapé sem denominação; deste segue pelo referido igarapé no sentido montante, por uma distância aproximada de 5.022,671 metros, até o Ponto 39 de coordenadas geo-

gráficas aproximadas $2^{\circ}38'23,24''N$ e $61^{\circ}41'49,77''W$, localizado no limite do Projeto de Assentamento - (PA) Vila Nova; deste segue pelo limite do referido PA por uma reta, com azimuth $307^{\circ}21'15''$ e por uma distância aproximada de 4.060,978 metros, até o Ponto 40 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}39'43,58''N$ e $61^{\circ}43'34,2''W$; deste segue ainda pelo limite do referido PA por uma reta, com azimuth $334^{\circ}26'50''$ e por uma distância aproximada de 4.023,540 metros, até o Ponto 41 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}41'41,83''N$ e $61^{\circ}44'30,28''W$, localizado a aproximadamente 2.000 metros da margem direita do rio Mucajaí; deste segue por uma reta, com azimuth $334^{\circ}38'58''$ por uma distância aproximada de 2.211,826 metros, até o Ponto 42 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}42'46,95''N$ e $61^{\circ}45'0,88''W$, localizado na margem direita do rio Mucajaí; deste segue pela margem direita do referido rio no sentido jusante por uma distância aproximada de 48.862,183 metros, até o Ponto 43 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}55'38,94''N$ e $61^{\circ}33'26,25''W$, localizado na margem direita do rio Mucajaí; deste segue por uma reta, atravessando o rio Mucajaí para a sua margem esquerda, com azimuth $12^{\circ}53'39''$ e distância aproximada de 161,671 metros, até o Ponto 44 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}55'44,08''N$ e $61^{\circ}33'25,09''W$, localizado na confluência de um furo que contorna a Ilha do Paredão; deste segue pelo furo contornando a Ilha do Paredão, por uma distância aproximada de 12.772,196 metros, até o Ponto 45 de coordenadas geográficas aproximadas $2^{\circ}56'40,74''N$ e $61^{\circ}35'47,18''W$, localizado na margem esquerda do rio Mucajaí; deste segue pela margem esquerda do rio Mucajaí no sentido montante, por uma distância aproximada de 4.167,822 metros, até o Ponto 46 de coordenadas geo-

gráficas aproximadas 2°56'12,84"N e 61°37'49,83"W, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com a margem esquerda do rio Mucajaí; deste segue pelo igarapé sem denominação no sentido montante, por uma distância aproximada de 24.290,032 metros, até o Ponto 47 de coordenadas geográficas aproximadas 3°03'58,28"N e 61°43'52,28"W, localizado na nascente do mesmo igarapé; deste segue por uma linha reta, com azimute 30°45'4" e distância aproximada de 7.999,051 metros, até o Ponto 48 de coordenadas geográficas aproximadas 3°07'41,96"N e 61°41'39,53"W, localizado na nascente de um igarapé sem denominação afluente da margem direita do Igarapé Grande; deste segue pelo referido igarapé no sentido jusante, por uma distância aproximada de 4.244,032 metros, até o Ponto 49 de coordenadas geográficas aproximadas 3°08'58,05"N e 61°40'09,08"W, localizado na confluência deste igarapé com o Igarapé Grande; deste segue pelo Igarapé Grande no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.703,545 metros, até o Ponto 50 de coordenadas geográficas aproximadas 3°09'39,9"N e 61°46'21,89"W, localizado na sua nascente; deste segue por uma linha reta, com azimute 321°11'52" e distância aproximada de 2.087,022 metros, até o Ponto 51 de coordenadas geográficas aproximadas 3°10'32,91"N e 61°47'04,19"W, localizado na nascente de um igarapé sem denominação; deste segue pelo referido igarapé no sentido jusante, por uma distância aproximada de 2.085,905 metros, até o Ponto 52 de coordenadas geográficas aproximadas 3°10'29,33"N e 61°48'07,14"W, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação, afluente da margem direita do rio Pira-andira; deste segue pelo referido igarapé no sentido jusante, por uma distância aproximada de 1.660,669 metros, até o Ponto 53 de coordenadas geográficas

ficas aproximadas 3°11'17,65"N e 61°48'18,62"W, localizado na confluência deste igarapé com o Igarapé Pira-andira; deste segue pelo referido igarapé no sentido jusante, por uma distância aproximada de 12.732,811, até o Ponto 54 de coordenadas geográficas aproximadas 3°15'16,83"N e 61°47'23,34"W, localizado na confluência deste igarapé com o Furo do Arame - (deste ponto até o ponto 59, este limite coincide com o limite da Estação Ecológica Federal de Maracá); deste segue pela margem do Furo do Arame, por uma distância aproximada de 3.614,348 metros, até o Ponto 55 de coordenadas geográficas aproximadas 3°15'32,08"N e 61°48'58,88"W, localizado no Furo do Arame; segue por este furo por uma distância aproximada de 2.387,384 metros, até o Ponto 56 de coordenadas geográficas aproximadas 3°15'15,12"N e 61°49'48,93"W, localizado no encontro deste furo com o Furo do Maricá; deste segue pelo Furo do Maricá, por uma distância aproximada de 8.165,818 metros, até o Ponto 57 de coordenadas geográficas aproximadas 3°15'35,88"N e 61°53'40,24"W, localizado no encontro deste furo com o Furo do Arame; deste segue pelo Furo do Arame, por uma distância aproximada de 7.462,850 metros, até o Ponto 58 de coordenadas geográficas aproximadas 3°13'37,96"N e 61°55'56,51"W, localizado na confluência do Furo do Arame com o Igarapé do Arame; deste segue pelo Igarapé do Arame no sentido montante, por uma distância aproximada de 5.838,465 metros, até o Ponto 59 de coordenadas geográficas aproximadas 3°12'15,75"N e 61°57'20,27"W, localizado na confluência do Igarapé do Arame com o Igarapé Cigarra; deste continua pelo Igarapé do Arame no sentido montante, por uma distância aproximada de 14.184,698 metros, até o Ponto 01, início deste memorial descritivo perfazendo um pe-

rímetro aproximado de 288.294 metros (duzentos e oitenta e oito mil e duzentos e noventa e quatro metros).

Art. 45. O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 4º

.....

XIX - regular e fiscalizar, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existentes.

.....

§ 8º No exercício das competências referidas no inciso XIX deste artigo, a ANA zelarà pela prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, em observância aos princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, modicidade tarifária e utilização racional dos recursos hídricos.”(NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47. O disposto nos arts. 31 a 37 desta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de publicação desta Lei.

Art. 48. O disposto no art. 42 desta Lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 49. Ficam revogados:

I - o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008;

II - o § 3º do art. 3º e o art. 6º da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997;

III - a Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2009
(oriundo da Medida Provisória nº 462, de 2009)

EMENTA: “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, 11.945, de 4 de junho de 2009, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 11.326, de 24 de julho de 2006, 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 9.703, de 17 de novembro de 1998, 10.865, 30 de abril de 2004, 9.984, de 17 de julho de

2000, e 11.772, de 17 de setembro de 2008, a Medida Provisória nº 2.197- 43, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências”.

TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL:

Em 15/5/2009, foi publicada no DOU – Seção I, a Medida Provisória nº 462, de 15 de maio de 2009, e retificada a publicação no DOU – Seção I de 18/5/2009.

Em 18/5/2009, é designada a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória e estabelecido o calendário para sua tramitação (DSF de 19/5/2009).

Em 22/5/2009, no prazo regimental, foram oferecidas quarenta e seis emendas à Medida Provisória (DSF de 23/5/2009).

Em 28/5/2009, esgotou-se o prazo regimental, sem a instalação da Comissão Mista.

Em 1/6/2009, a Medida Provisória é encaminhada à Câmara dos Deputados mediante o Ofício CN nº 194, de mesma data.

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Em 27/5/2009, é designado Relator, Dep. Sandro Mabel, para proferir parecer, em substituição à Comissão Mista, a esta Medida Provisória e às 46 emendas apresentadas.

Em 12/8/2009, é proferido, em Plenário, Parecer pelo Relator, Dep. Sandro Mabel, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 14, 16, 28, 34, 37 e 46, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009, apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 13, 15, 17 a 20, 26, 27, 19 a 33, 35, 36, e 38 a 45.

Em 18/8/2009, em Plenário, é reformulado o Parecer pelo Relator, Dep. Sandro Mabel (PR-GO), concluindo pela aprovação desta Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com alterações. Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a

Medida Provisória nº 462, de 2009, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, incluídas as alterações e ressalvados os destaques. Aprovada a Emenda nº 4. Suprimido o art. 4º do Projeto de Lei de Conversão. Mantido o texto do art. 1º-A proposto à Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, inserido pelo art. 6º do Projeto de Lei de Conversão.

Em 19/8/2009, em Plenário, são suprimidos os artigos 9º, 14, e o § 8º do artigo 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, constante do artigo 17 do Projeto de Lei de Conversão. Mantidos os artigos 10, 18 e 21 do Projeto de Lei de Conversão. Rejeitada a Emenda nº 39. Aprovada a Emenda de redação nº 1. Aprovada a redação final assinada pelo Relator, Dep. Sandro Mabel (PR-GO).

Em 26/8/2009, remessa ao Senado Federal por meio do Ofício PS-GSE nº 891, de mesma data.

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

É publicado no DOU – Seção I, de 3/7/2009, Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, datado de 2 de julho de 2009, prorrogando a vigência da Medida Provisória pelo prazo de 60 dias, a partir de 14 de julho de 2009.

Em 27/8/2009, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009, aprovado pela Câmara dos Deputados e que o prazo de 45 dias encontra-se esgotado, passando a proposição a sobrestar imediatamente a pauta no Senado Federal. (DSF de 28/8/2009).

Em 3/9/2009, em Plenário, é proferido pelo Senador Romero Jucá, relator revisor, o Parecer nº 1.436, de 2009-PLEN, concluindo pela admissibilidade e, quanto ao mérito, pela aprovação do projeto de lei de conversão com apresentação das Emendas nºs 47 a 69-PLEN e adendo à Emenda de nº 61-PLEN. Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária. Aprovado o projeto de lei de conversão e as Emendas nºs 47 a 69-PLEN, do Relator, e o adendo à Emenda nº 61-PLEN. Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas. Leitura do Parecer nº 1.437, de 2009-CDIR (Relator: Senador Mão Santa), apresentando a redação final das Emendas do Senado ao projeto. Aprovada a redação final. À Câmara dos Deputados.

Em 8/9/2009, remessa à Câmara dos Deputados por meio do Ofício CN nº 533, de mesma data.

Em 16/9/2009, nova remessa dos autógrafos à Câmara dos Deputados, tendo em vista erro na redação da Emenda nº 15, por meio do Ofício CN nº 543, de mesma data.

TRAMITAÇÃO DAS EMENDAS DO SENADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Em 22/9/2009, é proferido Parecer em Plenário pelo Relator, Dep. Sandro Mabel, pela Comissão Mista, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 9, 11 a 14, e 16 a 23, com emendas de redação às de nºs 14 e 23, e pela rejeição das de nºs 10 e 15. Aprovadas as Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 9, 11 a 14, e 16 a 23, com parecer favorável, ressalvados os destaques. Rejeitadas as Emendas do Senado Federal nºs 10 e 15, com parecer contrário, ressalvados os destaques. Mantido o § 9º do artigo 8º da Lei nº 11.775, de 2008, alterado pela Emenda do Senado Federal nº 1. Aprovada a Emenda do Senado Federal nº 6. Aprovada a Emenda do Senado Federal nº 13. Suprimida a expressão "... e apurados até a data da publicação da Lei nº 11.941, de 2009, ou que vier a ser fixada em ato do Ministro de Estado da Fazenda.", constante do § 2º do novo artigo acrescentado ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009 pela Emenda do Senado Federal nº 14. Suprimida, também, a expressão "lançamentos tributários decorrentes de", constante do § 6º do artigo incluído pela Emenda do Senado Federal nº 14. Aprovada a Emenda do Senado Federal nº 15. Aprovada a Emenda do Senado Federal nº 19. Mantido o § 8º da Emenda do Senado Federal nº 20. Aprovadas as Emendas do Senado Federal nºs 21 e 22. Suprimidos os artigos 19-A e 20, constantes da Emenda do Senado Federal nº 22. Aprovadas as Emendas de Redação de nºs 1, 2 e 3. Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Sandro Mabel.

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CD nº 47, de 25/9/2009.

VETO PARCIAL Nº 48, de 2009

Parte sancionada: Mensagem nº 149, de 2009-CN

Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

D.O.U. - Seção I, de 14/10/2009

Partes vetadas:

- § 6º do art. 1º;
- § 1º do art. 3º da Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- § 2º do art. 7º-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto;
- *caput* do § 3º do art. 7º-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto;
- inciso I do § 3º do art. 7º-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto;
- inciso II do § 3º do art. 7º-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto;
- *caput* art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 1º do art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- revogação do § 2º do art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 18 do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 8º do projeto;
- *caput* do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 9º do projeto;
- inciso IV do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 9º do projeto;
- § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 12 do projeto;
- alínea “c” do inciso I do art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 14 do projeto;
- alínea “d” do inciso I do art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 14 do projeto;
- alínea “a” do inciso II do art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 14 do projeto;
- alínea “b” do inciso II do art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 14 do projeto;
- § 8º do art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 14 do projeto.
- *caput* do art. 15;
- parágrafo único do art. 15;
- *caput* do art. 18;
- inciso I do art. 18;
- inciso II do art. 18;

- inciso III do art. 18;
- art. 19;
- *caput* do art. 20;
- inciso I do art. 20;
- inciso II do art. 20;
- inciso III do art. 20;
- inciso IV do art. 20;
- inciso V do art. 20;
- parágrafo único do art. 20;
- *caput* do art. 2º-A da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- § 1º do art. 2º-A da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- § 2º do art. 2º-A da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- § 3º do art. 2º-A da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- § 4º do art. 2º-A da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- § 5º do art. 2º-A da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- § 6º do art. 2º-A da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- *caput* do art. 2º-B da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- parágrafo único do art. 2º-B da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- parágrafo único do art. 4º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- art. 6º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- *caput* do art. 9º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- parágrafo único do art. 9º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto;
- art. 11 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto; e
- art. 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 40 do projeto.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

(À Comissão Mista)

VETO PARCIAL Nº 49, DE 2009

aposto ao

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 50, de 2009

(Mensagem nº 182/2009-CN – nº 865/2009, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 50, de 2009 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 2.108.400.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelo veto aos seguintes anexos não numerados:

DEMONSTRATIVOS DE SUPERÁVITS FINANCEIROS

“DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)

Unidade: 52131 – Comando da Marinha	
Fonte 42: Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	
	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	982.209.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	982.209.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	982.209.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	0

(A) Portaria STN nº 191, de 1ª de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.”

“DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO**(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)**

Fonte 00: Recursos Ordinários		R\$ 1,00
(A)	Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	29.511.253.000
(B)	Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	2.356.866.241
(C)	Créditos Extraordinários	1.414.927.730
	Abertos	1.414.927.730
	Em tramitação	0
	Valor deste crédito	0
(D)	Créditos Suplementares e Especiais	8.471.283.194
	Abertos	2.079.688.383
	Em tramitação	5.315.403.811
	Valor deste crédito	1.076.191.000
(E)	Outras modificações orçamentárias efetivadas	3.956.072.175
(F)	Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	13.312.103.660

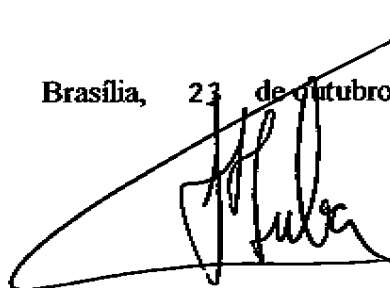
(A) Portaria STN nº 191, de 1ª de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.”

Razão dos vetos

“Os anexos em questão são explicações decorrentes do disposto no § 10 do art. 57 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009. Integravam a Exposição de Motivos não o Projeto de Lei. A proposta de fazer com que as tabelas sejam publicadas como anexo da Lei fere a boa técnica legislativa, contrariando o interesse público.”

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 23 de outubro de 2009.



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:**(*) PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2009**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 2.108.400.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 2.108.400.000,00 (dois bilhões, cento e oito milhões e quatrocentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 2.058.400.000,00 (dois bilhões, cinquenta e oito milhões e quatrocentos mil reais), sendo:

a) R\$ 1.076.191.000,00 (um bilhão, setenta e seis milhões, cento e noventa e um mil reais) de Recursos Ordinários; e

b) R\$ 982.209.000,00 (novecentos e oitenta e dois milhões, duzentos e nove mil reais) de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural; e

II - ingresso de Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 3º Fica autorizada, em atendimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação da operação de crédito externa de que trata o art. 2º, inciso II, desta Lei, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, inciso V, da Constituição.

Art. 4º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo II desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F D	G R P D	M O D	I D	F U T E	VALOR
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL								2.108.400.000
PROJETOS								
05 152	0626 123G	IMPLANTACAO DE ESTALEIRO E BASE NAVAL PARA CONSTRUCAO E MANUTENCAO DE SUBMARINOS CONVENTIONAIS E NUCLEARES						700.000.000
05 152	0626 123G 0001	IMPLANTACAO DE ESTALEIRO E BASE NAVAL PARA CONSTRUCAO E MANUTENCAO DE SUBMARINOS CONVENTIONAIS E NUCLEARES - NACIONAL						700.000.000
		INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	F	4	2	90	0 300	700.000.000
05 152	0626 123H	CONSTRUCAO DE SUBMARINO DE PROPULSAO NUCLEAR						184.800.000
05 152	0626 123H 0001	CONSTRUCAO DE SUBMARINO DE PROPULSAO NUCLEAR - NACIONAL						184.800.000
		SUBMARINO CONSTRUÍDO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	F	4	2	90	0 342	184.800.000
05 152	0626 123I	CONSTRUCAO DE SUBMARINOS CONVENTIONAIS						1.223.600.000
05 152	0626 123I 0001	CONSTRUCAO DE SUBMARINOS CONVENTIONAIS - NACIONAL						1.223.600.000
		SUBMARINO CONSTRUÍDO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	F	4	2	90	0 349	50.000.000
			F	4	2	90	0 300	376.191.000
			F	4	2	90	0 342	797.409.000
TOTAL - FISCAL								2.108.400.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.108.400.000

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo II - Programas de Governo - Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Objetivo de Governo *Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana*Objetivo Setorial *Reaparelhar e manter adestradas as Forças Armadas para efetivo emprego*

Programa	0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval</i>		
Público-alvo	<i>Nação brasileira</i>		

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projetos

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico				
							2008	2009	2010	2011	
123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infra-estrutura implantada	09/2009 12/2014	MD	4.998.000.000	Nacional	RS	-	700.000.000	870.800.000	940.800.000
		(% de Execução Física)			100		Meta	-	2	10	10
123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	Submarino Construído	09/2009 12/2024	MD	5.409.600.000	Nacional	RS	-	184.800.000	294.000.000	218.400.000
		(% de Execução Física)			100		Meta	-	1	1	1
123I	Construção de Submarinos Convencionais	Submarino Construído	09/2009 12/2024	MD	8.327.200.000	Nacional	RS	-	1.223.600.000	1.148.000.000	1.005.200.000
		(% de Execução Física)			100		Meta	-	1	2	9

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008).

<u>Unidade: 52131 – Comando da Marinha</u>	
<u>Fonte 42: Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás</u>	
<u>Natural</u>	<u>-R\$ 1,00-</u>
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	982.209.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	982.209.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	982.209.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	0

(A) Portaria STN nº 191, de 1ª de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)

<u>Fonte 00: Recursos Ordinários</u>		<u>R\$ 1,00</u>
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008		29.511.253.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos		2.356.866.241
(C) Créditos Extraordinários		1.414.927.730
Abertos		1.414.927.730
Em tramitação		0
Valor deste crédito		0
(D) Créditos Suplementares e Especiais		8.471.283.194
Abertos		2.079.688.383
Em tramitação		5.315.403.811
Valor deste crédito		1.076.191.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas		3.956.072.175
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)		13.312.103.660

(A) Portaria STN nº 191, de 1ª de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.

(*) EM DESTAQUE, AS PARTES VETADAS

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2009

EMENTA: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 2.108.400.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL:

Leitura: 1º/9/2009 – DSF de 2/9/2009.

Em 1º/9/2009, estabelecidos os prazos para a tramitação da matéria; encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. DSF de 2/9/2009.

Em 15/9/2009, encerrou-se o prazo regimental, foram apresentadas duas emendas ao projeto. DSF de 16/9/2009.

Em 16/9/2009, designado relator o Deputado Francisco Rodrigues, conforme Ofício Pres. nº 315/2009/CMO, de mesma data.

Em 29/9/2009, aprovado, por unanimidade, na CMO, o Parecer nº 74, de 2009-CN, do Deputado Francisco Rodrigues, favorável ao Projeto de Lei nº 50/2009-CN, e declaradas inadmitidas as emendas.

Em 30/9/2009, em Plenário, é lido e aprovado o Requerimento nº 20, de 2009-CN, do Vice-Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, solicitando urgência para o projeto. Aprovado o projeto. À sanção.

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 177, de 5/10/2009.

VETO PARCIAL Nº 49, DE 2009
aposto ao
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 50, de 2009
(Mensagem nº 182/2009-CN)
(nº 865/2009, na origem)

Parte sancionada:

Lei nº 12.059, de 23/10/2009
D.O.U. – Seção I, de 26/10/2009

Partes vetadas:

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)

Unidade: 52131 - Comando da Marinha

Fonte 42: Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural R\$ 1,00

(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	982.209.000
 (B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	 0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	982.209.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	982.209.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	0

(A) Portaria STN nº 191, de 1º de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	29.511.253.000
 (B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	 2.356.866.241
(C) Créditos Extraordinários	1.414.927.730
Abertos	1.414.927.730
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	8.471.283.194
Abertos	2.079.688.383
Em tramitação	5.315.403.811
Valor deste crédito	1.076.191.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	3.956.072.175
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	13.312.103.660

(A) Portaria STN nº 191, de 1º de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:
SENADORES **DEPUTADOS**

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

VETO TOTAL

Nº 50, DE 2009

aposto ao

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999
(nº 2.665/2000, na Câmara dos Deputados)

(Mensagem nº 183/2009-CN – nº 893/2009, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 2.665, de 2000 (nº 218/99 no Senado Federal), que “Denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned, de Colatina”.

Ouvido, o Ministério da Educação manifestou-se pelo veto ao projeto de lei conforme razão abaixo:

Razão do veto

“Durante a tramitação do Projeto de Lei, a estrutura da educação profissional e tecnológica federal foi alterada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse contexto, a Unidade de Ensino Descentralizado de Colatina, vinculada ao extinto Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, passou a ser um dos campi do Instituto Federal do Espírito Santo, restando prejudicada a propositura de nova denominação.”

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 29 de outubro de 2009.



PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2009
(nº 2.665/2000, na Câmara dos Deputados)

Denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned, de Colatina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned (Unidade de Ensino Descentralizado) de Colatina, passa a denominar-se Escola Técnica Federal Senador João Calmon.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 1999**(nº 2.665/2000, na Câmara dos Deputados)****EMENTA:** “Denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Uned, de Colatina”.**AUTOR:** Senadora Luzia Toledo**TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:****LEITURA:** 9/4/1999 – DSF de 10/4/1999**COMISSÃO:**

Educação

RELATOR:

Sen. Paulo Hartung

(Parecer nº 80/2000-CE)

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício SF nº 491, de 22/3/2000

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:**LEITURA:** 22/3/2000 – DCD de 1/4/2000**COMISSÕES:**

Educação e Cultura

RELATORES:

Dep. Joel de Holanda

Constituição e Justiça e de Cidadania

Dep. Gonzaga Patriota

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO

Mensagem CD nº 49, de 8/10/2009

VETO TOTAL Nº 50, de 2009**aposto ao****Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999****(Mensagem nº 183, de 2009-CN)****Veto publicado no D.O.U (Seção I), de 30/10/2009****LEITURA:****COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:****SENADORES****DEPUTADOS****PRAZO DE TRAMITAÇÃO:***(À Comissão Mista)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Portanto, inicia a contagem dos prazos a partir deste momento. São dados como lidos, portanto, os Vetos Parciais de nºs 48 a 50.

Aliás, o Veto nº 50, de 2009, é um veto total, o veto nº 50, de 2009, (Mensagem nº 183/2009), acostado ao Projeto de lei do Senado nº 218, de 1999, que denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, UnED de Colatina.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Ainda de acordo com o disposto no § 2º, art. 104, do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000 – CN, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos

– **Veto Parcial nº 48:** os Senadores Romero Jucá, João Tenório, Inácio Arruda e José Nery e os Deputados Eduardo Cunha, Eduardo Valverde, Duarte Nogueira e Sandro Mabel.

– **Veto Parcial nº 49:** Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Rosalba Ciarlini, Marcelo Crivella e Marina Silva, e os Deputados Geraldo Resende, Geraldo Magela, Narcio Rodrigues e Francisco Rodrigues.

– **Veto Total nº 50:** Senadores Renan Calheiros, Lucia Vânia, Aloizio Mercadante e Mão Santa, e os Deputados Professor Sétimo, Emiliano José, Zenaldo Coutinho e Gonzaga Patriota.

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 15 de dezembro de 2009.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 4 de fevereiro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 15, DE 2009-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, sobre o Aviso nº 35, de 2008 SF (nº 686-Seses-TCU-Plenário, na origem), Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos artigos 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006.

Autor: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador João Vicente Claudino

1 - RELATÓRIO

1.1 - Histórico

Fui designado, pelo nobre Presidente desta Comissão, para examinar e emitir parecer sobre o Acórdão nº 1173/2008-TCU-Plenário, referente à representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental - SEMAG, órgão do TCU, sobre a observância dos pressupostos constitucionais

pertinentes à edição de medidas provisórias, versando crédito extraordinário, no período compreendido entre 1999 a 2006.

O trabalho centrou-se na observância aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência, abrangendo também os demais aspectos relacionados a restrições orçamentárias previstas na Lei nº 11.178/2005 (LDO/2006).

1.2 – Análise

O crédito extraordinário é investido de aptidão constitucional para suportar as despesas que necessitam de processo sumaríssimo de aprovação, devido aos pressupostos de urgência, relevância e imprevisibilidade que fundamentam a sua abertura.

Por serem imprevisíveis, as despesas correspondentes não poderiam integrar o planejamento dos gastos públicos. Como a própria denominação já evidencia, são despesas resultantes de fatos que não permitem um planejamento prévio e, por conseguinte, instam a adoção de procedimentos urgentes para viabilizar a intervenção do poder público.

A equipe de auditoria verificou que o Executivo tem veiculado créditos extraordinários, abertos necessariamente por medidas provisórias, desprovidos dos pressupostos constitucionais que incluem, além da relevância e urgência, a imprevisibilidade em fatos tão graves como os decorrentes de situações de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Segundo a representação (fls.3) *“com efeito, muitas das MPs editadas, investigadas no presente trabalho, não veiculam matérias relacionadas a despesas imprevisíveis, ainda que sua urgência possa ser discutida; tampouco ações que se originem de ocorrências tão graves quanto situações de guerra, comoção interna ou calamidade pública, o que,*

em última instância, tem implicado uma verdadeira legislação provisória pelo Executivo”.

Com efeito, entre 1999 e 2006 foram editadas 102 medidas provisórias, perfazendo um montante de R\$ 65 bilhões, descontadas as despesas financeiras concernentes ao refinanciamento da dívida. Além dos valores expressivos, o que resulta mais evidente nas considerações do Tribunal de Contas da União são, em resumo:

a) A flexibilidade da interpretação do que são efetivamente despesas relevantes e urgentes. Ainda que a urgência possa ser discutida, muitas despesas são previsíveis, a exemplo de ações pertinentes à recuperação de trechos rodoviários e à conservação preventiva e rotineira de rodovias;

b) A previsibilidade é mais afrontada quando o Executivo abre crédito extraordinário para despesas já incluídas na lei orçamentária, a exemplo de programações contempladas na MP 290/2006. Isso contraria regra anualmente inserida nas leis de diretrizes orçamentárias, proibindo a criação de novas ações iguais às já aprovadas (LDO/2006, Lei nº 11.178/2005, art. 65).

Em 2008, em manifestação inédita, o Supremo Tribunal Federal decidiu suspender os efeitos da MP 405/2007, devido à ausência dos pressupostos constitucionais que alicerçam a edição de medidas provisórias versando crédito extraordinário. A decisão foi o resultado da ADI 4048. Verifica-se uma clara sinalização de que o Poder Judiciário está atento aos abusos dos poderes legislativos do Executivo. Merece transcrição os excertos constantes dessa representação (fls. 18):

"9. O Ministro Celso de Melo, acompanhando o relator, apresentou o voto de desempate pelo deferimento da medida cautelar, consignando que "O chefe do poder Executivo da União

transformou-se em verdadeiro legislador solitário da República". Lembrou ainda que, na edição de medidas provisórias, o Presidente da República deve observar os requisitos constitucionais da urgência e da relevância.

10. Ressaltou "... de modo claro que a presente ação direta não discute os créditos em si mesmo considerados, mas sim o real enquadramento deles na categoria de créditos extraordinários que é a única permitida à medida provisória."

11. Asseverou que "Não podemos ignorar que a crescente apropriação institucional do poder de legislar por parte dos sucessivos Presidentes da República tem despertado gravíssimas preocupações de ordem jurídica em razão do fato de a utilização excessiva das medidas provisórias causar profundas distorções que se projetam no plano das relações políticas entre os poderes Executivo e Legislativo". Acrescentou: "Tem-se na prática, em razão do notório abuso de créditos ditos extraordinários, um verdadeiro orçamento paralelo".

1.3 - Recomendações

As considerações expendidas nessa representação é um exemplo da excelência e zelo dos trabalhos produzidos pela Corte de Contas. Com efeito, os créditos extraordinários têm grande potencial para se transformarem em um orçamento paralelo, caso não sejam respeitados os pressupostos constitucionais comentados. Com esse fundamento, o Acórdão proferido decidiu determinar à Secretaria de Orçamento Federal: *"que se abstenha de criar novos códigos e títulos para ações já existentes quando da abertura de créditos extraordinários, em respeito às disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias"* (fls. 02, item 9.2).

2 - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, cabe ressaltar que, sobre o Acórdão em análise, não há providências a serem adotadas por esta Comissão, pois a sua finalidade é dar ciência a este Colegiado acerca das providências adotadas sobre a representação da SEMAG, em referência aos abusos do Executivo na edição de medidas provisórias, versando sobre créditos extraordinários. Desse modo, o nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça da decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Senador Almeida Lima
Presidente



Senador João Vicente Claudino
Relator

*Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização***CONCLUSÃO**

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2009, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Senador JOSÉ NERY, relator *ad hoc* (Designado Relator anteriormente o Senador João Vicente Claudino), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso n.º 35/2008-SF**, que "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos artigos 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006".

Compareceram os Senhores Senadores Almeida Lima, Presidente, Jayme Campos, Segundo Vice-Presidente, Augusto Botelho, Efraim Moraes, Francisco Domelles, João Ribeiro, José Nery, Leomar Quintanilha, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi; e os Senhores Deputados, Bruno Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente, João Dado, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Assis do Couto, Claudio Cajado, Cleber Verde, Duarte Nogueira, Eudes Xavier, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Leão, José Ailton Cirilo, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Leo Alcântara, Magela, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Narcio Rodrigues, Otavio Leite, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Ricardo Barros, Rubens Otoni, Valtenir Pereira, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 28 de maio de 2009.



Senador ALMEIDA LIMA
Presidente



Senador JOSÉ NERY
Relator *ad hoc*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer vai à publicação.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT. RS) – Pois não, Deputado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – V. Exª já concluiu a leitura dos vetos?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Já.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Permita-me uma ponderação sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Penso que foram várias também, em cumprimento à Constituição, as indicações de Deputados e Senadores para a Comissão Mista que tem de examinar cada um dos vetos antes de fazer um relatório.

Nesses tempos que vivemos, se nós não tivéssemos já constatado a enorme evolução da ciência e da tecnologia – o mundo não é mais concreto, ele também é virtual –, eu diria que inventamos o campo da virtualidade, porque essas comissões, parece-me, são essencialmente virtuais, elas não se concretizam. Sr. Presidente, gostaria de saber se é possível obter informações sobre as reuniões havidas nessas comissões – esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: V. Exª recebeu alguma informação da Presidência do Congresso, do Senador Sarney, sobre a organização de pauta especificamente para o exame de vetos?

São essas as duas ponderações iniciais que gostaria de fazer. Trata-se de saber se as comissões são virtuais ou não, se elas se oficializam, se elas têm exercido seu papel constitucional, e, em segundo lugar, de saber sobre o exame dos vetos, que também tem acolhida no art. 166 da Constituição, tem respaldo, portanto, numa diretriz constitucional, para que sejam apreciados em 15 dias após sua chegada, ou melhor, 30 dias a partir de sua chegada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RJ) – Deputado Otavio Leite, todas as comissões que são criadas e constituídas pela Casa são criadas e constituídas com base no Regimento, com base na Constituição, com base na norma legal. A norma legal prevê, inclusive, quem deve ter a responsabilidade de convocar a primeira reunião, eleger o Relator e o Presidente e promover o debate, que é o Deputado ou Parlamentar mais antigo indicado para compor essas comissões.

Portanto, todas as comissões que são criadas nesta Casa produzem relatórios que são utilizados como referência para as votações executadas no plenário.

A Presidência, portanto, não é conhecedora de comissões virtuais. Elas existem, são nomeadas e, se não acontecem, é por livre e espontânea responsabilidade dos Srs. Parlamentares que têm a incumbência de fazer as reuniões, discutir os pareceres, fazer o relatório e aprovar os relatórios nessas comissões, até porque os vetos, quando vêm para votação, estão munidos dos respectivos relatórios produzidos pelas comissões.

Vou acatar o seu questionamento, vamos ver a viabilidade de propiciar um relatório para V. Exª sobre a existência dessas reuniões aqui na Casa, na Câmara ou no Senado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Gostaria apenas de sugerir a V. Exª que, quando da nomeação dessas comissões, identificado o Parlamentar mais idoso, seja mandado expediente a cada um de seus componentes para que, por sua vez...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RJ) – Isso é providenciado imediatamente, administrativamente. Todos os Parlamentares que compõem comissões são informados de que compõem essas comissões e sabem de sua responsabilidade. Isso é feito dessa forma.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Passe telegrama também, Sr. Presidente, se for o caso.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de saber se V. Exª vai iniciar as breves comunicações neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – A partir do momento em que terminar a leitura dos pareceres e dos encaminhamentos burocráticos em relação ao Congresso e antes de iniciar a Ordem do Dia com o *quorum* do Senado.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 3, DE 2009

Parecer nº 3, de 2009, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre a Mensagem nº 40, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do §2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta do superávit primário do primeiro quadrimestre de 2008, concluindo pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer vai à publicação, e a matéria vai, logo após, ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concluída esta parte, nós vamos abrir para as Breves Comunicações até que nós tenhamos *quorum* no Senado para dar início à Ordem do Dia da sessão do Congresso.

O primeiro a falar...

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só uma informação: o *quorum* da Câmara já está consolidado?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Já: 322 Parlamentares.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. GERSON PERES (PP – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, vou fazer duas breves comunicações. A primeira se refere... Eu não vou pedir aqui que sejam inseridos recursos ou que sejam suplementados recursos relativamente às nossas emendas, mas vou pedir aos Senadores, uma vez que esta sessão vai discutir e aprovar apenas os créditos suplementares, que, na próxima reunião da semana que vem, as emendas... Segundo informação prestada pelo Líder do Governo Gilmar Machado a mim... Então, eu vim fazer a comunicação nesta sessão de que estou postulando a inclusão da minha emenda ao Orçamento de 2009, aprovada no PPA, a fim de que ela prossiga gerando os efeitos da execução da obra que já está iniciada no Pará na Rodovia 308, também conhecida como Transamazônica, que liga Bragança, no Estado do Pará, à cidade de Viseu, também no Estado do Pará, e ao Estado do Maranhão, portanto ao Nordeste.

Espero que o Congresso respeite o princípio constitucional expresso pelo art. 167, que rege que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize a inclusão. Portanto, peço apoio para as ações do PPA – a inclusão poderá ocorrer por intermédio de leis de créditos especiais. Essa é uma comunicação.

A segunda, Sr. Presidente, é mais singela. Eu não me sentiria bem se não dissesse aqui o que penso acerca da declaração do Governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Ele deve estar equivocado ou muito emocionado para usar da arrogância do poder e dizer, sobre os Deputados, que estariam roubando o Rio de Janeiro.

Eu acho que essas palavras não condizem com a posição de Governador do Estado mais politizado do Brasil. A resposta poderia ser também a seguinte:

não estará o Governador Sérgio Cabral roubando os brasileiros e desrespeitando o art. 3º da Constituição, que preconiza que o Estado deve pautar-se pela redução das desigualdades sociais e pela redução das desigualdades regionais? O Brasil, Sr. Presidente, tem dois Brasis – isso não se pode negar –: o primeiro é formado pelas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e o segundo, pelas Regiões Sul e Sudeste. Há desigualdades ou não há? Há.

O Presidente Lula tem sido muito feliz ao proporcionar trabalho no sentido de reduzir as desigualdades e foi mais feliz ao preconizar a igualdade e a flexibilização dos *royalties* no pré-sal. O pré-sal é uma nova regra. Respeitem as normas dos *royalties* que constituem direito adquirido para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Respeitem esses princípios dos *royalties*, mas, daqui para a frente, o Presidente Lula abre um espaço muito grande para o cumprimento do art. 3º da Constituição, que é um dispositivo básico.

Portanto, Governador Sérgio Cabral, pelo respeito que lhe tributamos, digo que nós não merecemos de V. Exª um pronunciamento tão rigoroso, injusto e cruel contra os Deputados brasileiros, que têm o dever de reduzir as desigualdades regionais por meio de leis, por meio de emendas à Constituição.

Eram essas as breves comunicações que eu queria fazer, Sr. Presidente, registrando protesto respeitoso contra as palavras de um Governador novo, que vinha trabalhando bem, mas agora escorregou e cometeu um pecado mortal contra os Deputados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Gerson Peres, muito obrigado.

Já temos o *quorum* regimental: 41 Senadores...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – ...e 328 Deputados e Deputadas. Vamos passar à Ordem do Dia.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Sr. Presidente, peço que seja dado como lido, pelo menos, para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Já está dado como lido, pode passar aqui para...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Eu gostaria de fazer um registro antes de V. Exª começar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Um minuto só. Depois passaremos à Ordem do Dia.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar registrada nos Anais desta Casa a arbitrariedade que foi cometida contra a Associação dos Professores do Estado

de São Paulo, que foi condenada, através de processo movido pelo Ministério Público de São Paulo, a pagar uma indenização de R\$1,2 milhão por ter patrocinado uma assembleia de professores, com milhares de professores, na Avenida Paulista, em São Paulo, contra um projeto de lei complementar que ameaçava desempregar 120 mil docentes admitidos em caráter temporário.

A APEOESP é o Sindicato dos Professores do Estado e estava no seu dever constitucional de defender os interesses da educação pública e da categoria e de garantir que esses direitos sejam respeitados. Estamos assistindo a uma brutal criminalização do movimento social e neste momento, inclusive, estão arrestando bens do Sindicato dos Professores e do seu ex-presidente, Professor Carlos Ramiro, para o pagamento dessa indenização.

Há uma grande mobilização em todo Sindicato de São Paulo. É o repúdio que nós queremos deixar a esse tipo de criminalização do movimento popular social e sindical. Não é possível que uma entidade representativa, que vai defender os interesses dos professores, seja punida dessa maneira. Há milhares de manifestações que ocorrem na Av. Paulista. E esse processo resultou nesse desastre. Certamente, a mobilização deve levar a que outra instância da Justiça revogue esse processo; mas já estão sendo arrestandos os bens.

Por isso, nós queríamos deixar registrado nosso repúdio e solicitamos que nosso documento, em defesa da APEOESP e dos direitos dos professores, seja registrado na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia. PT – RS) – Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item 1:

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2009 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 38, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$597.937.321,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas duas emendas, dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado para proferir o parecer.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de propor a V. Exª que nós pudéssemos ouvir, do Líder do Governo, o acordo que existe para esta sessão do Congresso, para que nós pudéssemos estabelecer uma regra de procedimento para que o trabalho pudesse fluir de forma a obedecer ao acordo que firmamos ontem.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem nós tivemos uma reunião e estabelecemos o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Nós estaremos votando hoje os relatórios referentes aos créditos que dizem respeito a pagamento de pessoal, de pensões. Votaremos os créditos da Agricultura, votaremos o crédito da Educação. E, como teve um problema aqui em um crédito de pessoal, nós vamos substituir o Crédito nº 53 pelo Crédito nº 51. Deputado Humberto Souto concordou em retirar o dele hoje, o de nº 53, e substituir pelo Crédito de nº 51, cujos recursos são para o Comando da Aeronáutica.

Além disso, nós tínhamos o Crédito de nº 90, que é alteração da LDO. Mas não chegamos ainda a um entendimento, porque esse crédito diz respeito à alteração da LDO que vai possibilitar que nós possamos atender aos novos Deputados que chegaram a esta Casa e que não tinham emenda e que estão prejudicados. Para que nós possamos permitir que eles passem a ter emendas, nós temos que votar a alteração da LDO.

Então, há um compromisso da Oposição de que hoje à tarde, na Comissão Mista, nós coloquemos essa alteração da LDO para que, na próxima reunião do Congresso, possamos votar a mudança da LDO e também o Crédito de nº 95, que é exatamente o crédito que vai ter... Nós temos que alterar a LDO, para eu ter o financeiro para fazer o pagamento das emendas aos Parlamentares que chegaram agora à Casa. São entre 35 e 40 novos Parlamentares que estão nessa situação ou que estão substituindo, estão exercendo mandato por parlamentar que está no exercício de Secretaria ou Parlamentares que assumiram, agora, em lugar de algum outro Parlamentar, mas que não puderam apresentar emenda.

Então, foi esse o acordo que fizemos, atendendo não só aos pedidos da Oposição e aos da base, mas

também resolvendo, em parte, o problema dos Parlamentares novos que chegaram à Casa.

Esse é o acordo que nós fizemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Então, Deputado Gilmar Machado, ficariam os PLNs nºs 38, 52, 51....

Deputado Gilmar Machado, preste atenção aqui...

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – O 51 nós não acordamos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Ficariam o 38, o 52...

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Não fomos nem consultados a respeito do 51. O PSDB fez um acordo, e nós estamos aqui – o Líder acabou de sair do plenário. Eu vou consultar o Líder sobre o 51. O compromisso que nós temos é com o 38, o 52, o 60, o 67, o 79 e o 80. Esses foram acordados. O 51 não entrou na composição.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Se depois tiver o entendimento, entra esse próximo. Para nós, está correto.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Sr. Presidente, podemos deixar por último este, enquanto consulto o Líder, e vamos começar a votar pelo nº 38...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Eu consulto V. Ex^{as} se nós podemos votar como um acordo, se podemos votar sem a existência de oradores para falarem contra ou a favor ou discutir, porque nós temos um tempo aqui, até as duas horas da tarde...

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – Sr. Presidente, nós estamos tentando fazer isso. Ao falar a respeito do acordo feito, nós citaremos o que iremos votar, para dispensar que discutamos cada um dos itens da pauta. Portanto, em nome do PSDB, quero que V. Ex^a me permita dizer o que no acordo nós estamos dispostos a votar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Conforme disse o Deputado Gilmar Machado, fizemos uma reunião ontem, Sr. Presidente, tentando reinaugurar o diálogo com o Governo, que não vem cumprindo nenhum dos compromissos que tem feito com a Oposição. Então, que se entenda aqui – quero deixar isto muito claro – que esse gesto que estamos fazendo é na tentativa de restabelecer o diálogo.

O Governo firmou conosco compromissos que datam dos dias 30/11 e 8/12. Portanto, quero deixar claro que estamos fazendo um gesto de boa vontade. Vários Ministros têm nos ligado no sentido de que apro-

vemos esses PLNs. Temos toda boa vontade, mas a dificuldade de atendimento do Governo aos pleitos que a Oposição tem apresentado – são todos republicanos – é que tem impedido a votação dessas matérias.

Portanto, para hoje, o compromisso que fizemos é de votarmos os Itens 38, 60, 67, 52, 79 e 80 e aceitamos a proposta que nos foi trazida, de substituição do Item 53 pelo 51. Agora, em relação ao Item 90, eu disse ontem para o líder Gilmar, pela liderança do PSDB, que isso não é PLN, é um projeto de lei. A liderança do PSDB aceita discutir a inclusão na pauta desse Item na Comissão de Orçamento. Esse assunto tem de ser tratado lá primeiro para depois vir a plenário, já que se trata de um projeto de lei.

É preciso dizer que o líder está equivocado. O líder Gilmar, ao dizer que é preciso votar esse item para atender às emendas, está se equivocando. Na verdade, essa matéria trata da LDO de 2010, e o atendimento dos Deputados novos aqui é do Orçamento de 2009.

Portanto, não vamos confundir uma coisa com a outra. Vamos tratar da questão de 2010 lá na Comissão e depois trazer para o plenário. Essa é a questão.

Quero dizer, Sr. Presidente, que há boa vontade nossa. O gesto de deixar que esta sessão aconteça é uma manifestação do PSDB na direção de reabrir o diálogo com o Governo. Esperamos reciprocidade para dar continuidade na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não. Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Como foi relatado pelo Líder Narcio Rodrigues, nós fizemos um acordo de procedimentos. Se V. Ex^a olhar para o lado direito da Mesa que V. Ex^a preside, verá mais de cinquenta projetos que, infelizmente, não foram votados ainda, porque, infelizmente, o Governo não executou o Orçamento como deveria.

Esse princípio precisa ser estabelecido, porque a discussão de votarmos créditos praticamente ao término do ano envolve primeiro uma premissa de estarmos votando um novo Orçamento.

Se o Governo tivesse executado o Orçamento, enviado para o Congresso, discutido, aperfeiçoado, estabelecido o princípio da isonomia entre os Estados, a diferença da lei originária do Poder Executivo, que não levou em consideração as diferenças regionais, as diferenças entre os Estados mais ricos do País e os menos ricos, para que pudéssemos, num equilíbrio do federalismo, estabelecer os princípios pelos quais o Governo central teria que direcionar os recursos de custeio e investimento para a Nação como um todo, não estaríamos tendo, como estamos tendo, essas

discussões aqui agora. Portanto, nós precisamos ter cautela e ir avançando.

O Governo, para poder votar esses créditos, precisa ter em mente a execução orçamentária.

Por isso, Sr. Presidente, muitos deles não serão executados, porque não há tempo hábil. De outra forma, precisamos aqui estabelecer uma prioridade para irmos avançando, e, conseqüentemente, o Governo também.

Estabelecemos um princípio: dos créditos para os quais não houve emendas dos Parlamentares e dos créditos que envolvem repercussão na área de pessoal.

Daí por que acordamos votar o 38, o 60 e o 67, que dizem respeito à suplementação de pessoal, e o 52 e o 79, que são uma demanda do Partido Democratas em relação à agricultura, e o 80, que estabelece recursos para o Ministério da Educação. O Governo solicita que seja trocado o 53, que seria de pessoal, mas que a assessoria dos Democratas verificou que não era, pelo 51, que é da Aeronáutica. A princípio, o Partido não obsta, mas vamos fazer a análise técnica, já que se combinou também que não haveria nenhum crédito extra, para que, em cima da hora, sem análise, sem negociação, pudesse ser discutido e votado. Não vamos aceitar, em hipótese alguma, que, estabelecido o acordo, chegue-se com um pedido de última hora por quem quer que seja. As bases da negociação são estabelecidas entre os Líderes dos Partidos e os Líderes do Governo no Congresso, aqui representados pela Senadora Ideli Salvatti e pelo Líder Gilmar Machado.

Portanto, Sr. Presidente, essas premissas têm que ser pontuadas, porque teremos sessões do Congresso até o final do ano e, se não tivermos procedimento de respeito e de compromisso assumido e cumprido, teremos dificuldades no encaminhamento das futuras votações.

Portanto, dentro desse princípio que foi estabelecido, eu pediria que V. Ex^a colocasse em votação os seis créditos que estão pacificados. Da parte do Democratas, não há problema nenhum em que V. Ex^a não abra a discussão. Como são créditos que já foram do conhecimento de todos os Parlamentares, são créditos de pessoal, são créditos que não envolvem discussão, porque não houve emendas, são créditos que não precisam ser discutidos para aprovação. Portanto, se V. Ex^a deseja ganhar tempo, nós, aqui, aquiescemos também e vamos deixar para o final do último item a inclusão ou não do Projeto nº 51, que, a princípio, não terá grandes problemas, mas vamos deixar para o final.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG) – Pelo PPS, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O último Deputado é o Deputado Humberto Souto, pelo PPS, para iniciarmos a votação – discussão e votação.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para confirmar o acordo que fizemos com os Líderes do Governo, no sentido de votar esta pauta. Estamos concordando em que o 51 seja incluído no lugar do 53, que foi retirado da pauta. Para isso, os demais Líderes da oposição deverão concordar com essa modificação. Ao que me parece, eles concordaram que se faça isso como último item para ser discutido.

No que se refere ao PPS, o PPS está de acordo, Sr. Presidente, reafirmando as palavras do Deputado Inácio Rodrigues e do Deputado do DEM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Então para emitir o... Fizemos um acordo de que votaremos sem intervenções.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Queríamos ratificar. Na verdade, de nossa parte, tudo bem, para que a celeridade possa se dar...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu queria comunicar a V. Ex^a que, como Deputado, quero exercer o direito de discutir os projetos e para isso me inscrevi. O Regimento estabelece a discussão dos projetos...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Mesmo havendo um acordo, aqui, entre as Lideranças?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Eu não fiz acordo, Sr. Presidente. Quero discutir os projetos. É um direito regimental do mandato que o povo da Bahia me deu.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não. Vamos conceder esse direito ao Deputado Aleluia

Então, para proceder Parecer do PL nº 38/2209, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria pedir a V. Ex^a que desse um tempinho, um tempinho pequeno, porque estamos tentando estabelecer um acordo aqui com relação à questão que está pendente, para que a gente possa continuar...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vão votando os que já tem acordo.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Tudo bem, mas aí eu queria pedir um tempo, para que a gente possa fazer um acordo aqui.

V. Ex^a interrompe por três minutos, cinco minutos, nós resolvemos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vou passar a palavra ao Deputado Zonta, para fazer uso das palavra por cinco minutos, de acordo com inscrição previamente feita.

O SR. ZONTA (PP – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, colegas Senadores, membros do Congresso Nacional, eu gostaria de focar aqui, rapidamente, dois assuntos: o primeiro se refere à pauta que está sendo proposta; e quero fazer um apelo. Todos os projetos são muito importantes, mas, aqui, eu gostaria de destacar o 52 e o 79. O 52 vai possibilitar que o seguro agrícola seja feito pelos agricultores que estão plantando sua safra e/ou para os fruticultores que estão encaminhando também seus custeios. Se não tomarmos essa decisão, dessa forma urgente, vai passar o momento da safra, que é sazonal, e a produção agrícola vai ficar sem a cobertura do seguro. E aí vamos prestar um desserviço ao País. Então, um apelo em favor do 52 para o seguro agrícola.

O 79 é também não menos importante, porque estamos em pleno processo de comercialização, e produtos como o trigo, o milho e o café precisam desse suporte, Senador Gilberto Goellner, para que seja possível fazer os contratos de opção e garantir ao menos o preço mínimo ou de referência.

Esse é o primeiro enfoque que eu gostaria de colocar aqui, fazendo um apelo a todos os Líderes, para que não nos descuidemos e aproveitemos esta sessão do Congresso para votar todos aqueles que forem consensuados, mas principalmente o 52 e o 79, que são decisivos para a agricultura brasileira e a fruticultura brasileira.

Gostaríamos também aqui de aproveitar a sessão do Congresso para fazer um apelo, principalmente aos colegas Parlamentares da Câmara dos Deputados e para a Mesa da Câmara, para o encaminhamento do acordo para os aposentados, para colocar na pauta o 01/2007, de autoria do Senador Paulo Paim, e também vir para a pauta a questão do fator previdenciário. O aposentado do Brasil precisa disso, merece isso, e não podemos encerrar este período da sessão legislativa sem cumprir esse compromisso que o Senado já assumiu. Nós aqui não podemos passar este momento sem poder votar em favor dos aposentados.

Sabemos que as centrais sindicais, juntamente com a Cobap, editaram uma proposta mínima para o Governo, para que se possam votar os projetos dentro dessa proposta mínima, consensuada em todas as centrais sindicais; e com a Cobap, dessa vez, incluída.

É um apelo para que o Governo abra a oportunidade desse diálogo. E como as lideranças de Governo estão aqui bem como as lideranças de partido, talvez possamos ter um encaminhamento para votação, quem sabe, ainda hoje, o mais tardar na semana que vem, dentro do entendimento de beneficiar esses mais de 8,4 milhões de aposentados, que estão olhando para a Câmara como quem olha para o céu em tempo de estiagem, pedindo para que tenhamos a consciência de cumprir esse dever de justiça para equiparar o vencimento dos aposentados e pensionistas e derrubemos esse malfadado fator previdenciário, que rompe, unilateralmente, os contratos e retira daqueles que contribuem o direito de se aposentarem dentro das normas e da regra contratual de quando começam a contribuir.

Esse é o nosso depoimento, e um apelo especial renovado à votação dos Projetos 52 e 79, fundamentais para que nosso agricultor não seja ainda mais prejudicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Voltamos à Ordem do Dia.

Para proceder ao parecer ao PLN nº 38, de 2009, concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

PARECER Nº 80, DE 2009 – CN

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse crédito é extremamente importante. Trata de recurso para o Ministério da Previdência Social e Desenvolvimento Social para pagamento de benefício.

Então, o nosso parecer é pelo projeto original.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº DE 2009-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 38, de 2009-CN, que Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$597.937.321,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **José Airtton Cirilo**

Deputado **Gilmar Machado**, PT/MG

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 92, de 2009-CN (nº 611/2009, na origem), subme-

te à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 38, de 2009-CN, que Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$597.937.321,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A Exposição de motivos E.M. nº 166/2009/MP, de 28 de julho de 2009, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito pleiteado visa, no âmbito do Ministério da Previdência Social, adequar a dotação dos benefícios de legislação especial às novas projeções constantes do relatório de avaliação de receitas e despesas do segundo bimestre do corrente ano.

Adicionalmente, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a suplementação atenderá ao pagamento dos benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, bem como os da Renda mensal Vitalícia – RMV. O aumento da despesa ocorre em função da revisão do número de beneficiários estimados em relação ao previsto quando da elaboração do projeto de Lei Orçamentária de 2009, bem como do aumento do salário mínimo.

O crédito correrá à conta da anulação parcial de dotações, no valor de R\$23.624.484,00, e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, o valor de R\$574.312.837,00.

A propósito do que determina o art. 57, § 12, da Lei nº 11.768, de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009), é esclarecido na Exposição de Motivos que a suplementação não prejudicará o alcance da meta de superávit primário, tendo em vista que:

R\$23.624.484,00 referem-se ao remanejamento entre despesas primárias obrigatórias;

R\$574.312.837,00 referem-se à suplementação de despesas primárias obrigatórias consideradas no cálculo do referido superávit, apresentado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do segundo bimestre de 2009, de acordo com o § 4º do art. 71 da LDO-2009;

II – Emendas

Ao PLN nº 38, de 2009, foram apresentadas 2 (duas) emendas. A primeira, de autoria do Deputado Fábio Faria, tem por finalidade suplementar a ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – no Estado do Rio Grande do Norte, no valor de R\$10 milhões. A segunda, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, tem por finalidade suplementar a ação Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual

e suas Famílias – no Estado de Rondônia, no valor de R\$2 milhões. Ambas as emendas apresentam como fonte o cancelamento da dotação para pagamento da Renda Mensal Vitalícia Por Invalidez.

III – Voto do Relator

Do exame do projeto verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, inciso VI, que vedam a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, encontram-se atendidas as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que assim prescrevem:

“Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada.

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

(...)

III – os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei; e

Da mesma forma, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – LDO/2009 (Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008) e com as disposições do Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008), bem como com a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2009 – LOA/2009 (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008).

Com relação às emendas apresentadas, em que pese os nobres propósitos nelas consignados, propomos sua rejeição, tendo em vista que o acatamento dos pleitos ensejaria a redução das dotações contempladas pelo projeto de lei, com evidentes prejuízos para as programações.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL nº 38/2008-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2009. –Deputado **José Airtton Cirilo**, Relator – Deputado **Gilmar Machado** PT – MG.

O SR. ELIZEU AGUIAR (PTB – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar. Olha, está havendo uma conversa entre os Líderes, e não há um compromisso, por exemplo, de se votar o PLN nº 95, que atende aos novos Parlamentares da Casa. Por consequência, se não houver um compromisso por parte das Lideranças, vamos pedir verificação de voto e vamos derrubar a sessão. Ai, nem mel e nem cabaça, é para ninguém, porque, na realidade, há um acordo do Governo com a Oposição para se cumprir até o dia 30, mas não temos a garantia do PL nº 95 ser votado na Casa e estão querendo empurrar para a próxima semana. Então, que se vote tudo na próxima semana e, aí, vamos pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O Parecer nº 80, de 2009, do Congresso Nacional, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa)*

Para discutir o projeto, Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, esse projeto mostra que o Governo perdeu o controle das contas públicas, que o Governo já não se preocupa mais em estabelecer uma política de controle inflacionário que permita a redução dos juros e a pressão sobre a sociedade, que perdeu completamente o senso da administração e, o que é pior, mostra que o Governo tem dinheiro para tudo.

Aqui, inclusive, estão previstos recursos para pagamento de benefícios especiais. O que são benefícios especiais? É a chamada bolsa-ditadura, para as pessoas que não contribuíram para o INSS e recebem aposentadoria do Governo.

Esses são beneficiados. Agora, os aposentados, que trabalharam por 35 anos... eu estive, neste fim de semana passado, no interior e, no outro, estive em Paulo Afonso, na Bahia, em Senhor do Bonfim, em Campo Formoso, em Valença, e os aposentados só falam isto: há dinheiro para tudo, há dinheiro para todo mundo, há dinheiro para a aposentadoria de Lula, que não contribuiu por 35 anos para o INSS, só não há dinheiro para aumentar a aposentadoria dos que trabalharam e contribuíram por 35 anos.

Portanto, a minha posição é de intransigência. Eu não vou apoiar sem alertar as pessoas. Votarei a favor desse projeto, porque tem uma parte que beneficia os idosos – eu jamais votaria contra os idosos – e tem uma parte que beneficia os deficientes, as pessoas com deficiências. Mas eu quero aproveitar a oportunidade para alertar: este Governo só olha quem tem sindica-

to. Como os aposentados do Brasil não têm sindicato, estão sendo enganados, porque o Presidente deixou que o Senado aprovasse o aumento dos aposentados. Foi uma votação unânime. A emenda era de um Senador do PT, o Senador Paim, que diz que é a favor do aposentado, mas continua aliado ao PT de Lula, que é contra o aposentado aqui na Câmara. Como é que o homem e a mulher podem entender isso, no interior?

O Presidente autoriza que o Senado vote o aumento do aposentado e, aqui na Câmara, não permite que vote o aumento do aposentado e obstrui a pauta quando o Presidente coloca a questão na pauta.

Embora estejamos votando no Congresso, na Câmara, estamos em obstrução. Estamos votando no Congresso porque existem alguns projetos, como esse, que beneficiam, mais uma vez eu digo, deficientes e idosos. Contudo, o protesto vai ser mantido.

Esse Governo tem de passar a tratar aposentado com seriedade. Não trate o aposentado mal! Aposentado é velho, mas não é velhaco. Esta é uma frase que foi dita por Ulysses Guimarães. Quando alguém o chamou de velho, ele disse: “Velho, sim; velhaco, não”. Velhaco é quem vota contra o aposentado. Velhaco é quem engana o aposentado. Velhaco é quem permite aprovar uma emenda no Senado e manda a base obstruir. Colocou o Deputado João Bacelar em situação muito difícil, porque, na primeira terça-feira em que o projeto dos aposentados estava na pauta, ele foi orientado pelo Governo para viajar para fora de Brasília; e, na quarta-feira, foi orientado pelo Governo a pedir prazo. Isso é velhacaria. Isso não é velhice; é velhacaria.

Assim, em todos os projetos votados hoje eu estarei na tribuna, discutindo o projeto e lembrando: Lula, não traia os aposentados. Eles ajudaram você a ser Presidente da República e estão ajudando você a ter a popularidade que tem. Não ouça esses assessores, que só atendem a quem tem sindicato e jogam os aposentados para segundo plano.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Encerrada a discussão.

Passamos imediatamente à votação.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permanecer sentados. *(Pausa.)*

Votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2009-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 597.937.321,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 597.937.321,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 574.312.837,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e trinta e sete reais), sendo:

a) R\$ 570.484.290,00 (quinhentos e setenta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa reais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas; e

b) R\$ 3.828.547,00 (três milhões, oitocentos e vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e sete reais) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e

II - anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 23.624.484,00 (vinte e três milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	G R F D	M O D	I O U D	F I N E	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA								23.624.484
		OPERACOES ESPECIAIS						
05 241	1384 0561	RENDIA MENSAL VITALICIA POR IDADE						23.624.484
05 241	1384 0561 0001	RENDIA MENSAL VITALICIA POR IDADE - NACIONAL	S	3	1	90	0153	23.624.484
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								23.624.484
TOTAL - GERAL								23.624.484

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) –
 Item 2:

PROJETO DE LEI Nº 52, DE 2009 –CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 52, de 2009, do Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$90.000.000,00 milhões (noventa milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas 29 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, para proferir o parecer.

PARECER Nº 81, DE 2009 – CN

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse crédito de R\$90.000.000,00 milhões é para atender o Seguro Rural, do Ministério da Agricultura. Portanto, o meu voto é pela aprovação sem as emendas, porque as emendas criariam, automaticamente, dificuldades para que fosse atendido o objetivo do projeto.

Então, a favor do projeto, rejeitando as emendas, Sr. Presidente.

Pela aprovação.

É o seguinter o parecer, na íntegra:

PARECER Nº , DE 2009

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 52/2009-CN, que *“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 90.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”*.

Origem: Poder Executivo

Relator: Senador JOÃO RIBEIRO

1 RELATÓRIO

Com fundamento no art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 52/2009-CN, consoante a Mensagem nº 121, de 2009-CN (nº 694/2009, na origem), que *“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 90.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”*.

O Projeto de Lei abre crédito suplementar no Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme a seguir demonstrado:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	90.000.000	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Administração direta)	90.000.000	
Superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008		90.000.000
Total	90.000.000	90.000.000

Consoante o art. 2º do PL nº 52, de 2009-CN, os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de:

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008.

A Exposição de Motivos – EM nº 00187/2009/MP, de 18 de agosto de 2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha o Projeto de Lei em exame, informa que o crédito permitirá o pagamento de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, para que não haja interrupção das contratações pelos produtores rurais junto às seguradoras privadas, para a safra 2009/2010.

No prazo regimental foram apresentadas 29 emendas

2 VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei atende as normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade da proposta com a lei do plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A abertura do presente crédito viabilizar-se-á à conta de superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

De acordo com a Exposição de Motivos, as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, conforme disposto no § 2º do art. 1º desse Decreto.

Demonstra-se, ainda, em quadro anexo à Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no § 10 do art. 57 da LDO-2009, o superávit financeiro de Recursos Ordinários, utilizado no crédito.

As seguintes emendas são inadmitidas por contrariarem a Resolução nº 01/2006-CN: 00001, 00002, 00003, 00004, 00005, 00007, 00008, 00013, 00019 e 00020.

Entendemos que as demais emendas devem ser rejeitadas, pois o seu acolhimento implicaria a anulação dos objetivos expressos pelo Poder Executivo.

Em vista dos fatos relatados entendemos que o Projeto de Lei nº 52, de 2009-CN, encontra-se de acordo com a legislação em vigor, razão pela qual votamos por sua aprovação, nos exatos termos em que é proposto pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2009


Senador João Ribeiro
Relator

Anexo I
(Ao Parecer nº , de 2009)

PL nº 52/2009-CN

Emendas Inadmitidas

Nº Emenda	Nome do Parlamentar	Parecer
00001	Deputado Sívio Lopes	Funcional Programática contraria o art. 109, inciso I, da Resolução nº 01/2006-CN.
00002	Claudio Cajado	Descrição da Unidade Orçamentária contraria o art. 109, inciso I, da Resolução nº 01/2006-CN.
00003	Leandro Vilela	Contraria o art. 109, inciso III, alínea a, da Resolução nº 01/2006-CN.
00004	Deputado Afonso Hamm	Contraria o art. 109, inciso IV, da Resolução nº 01/2006-CN.
00005	Luis Carlos Heinze	Contraria o art. 109, inciso IV, da Resolução nº 01/2006-CN.
00007	Gorete Pereira	Contraria o art. 109, inciso III, alínea a, da Resolução nº 01/2006-CN.
00008	Gorete Pereira	Contraria o art. 109, inciso III, alínea a, da Resolução nº 01/2006-CN.
00013	Marcelo Teixeira	Contraria o art. 109, Inciso I, da Resolução nº 01/2006-CN (EMBRAPA).
00019	Deputado Moacir Micheletto	Contraria o art. 109, inciso III, alínea a, da Resolução nº 01/2006-CN.
00020	Acélio Casagrande	Contraria o art. 109, inciso IV, da Resolução nº 01/2006-CN.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO PLN Nº 52, DE 2008/CN

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009

Orçamento Fiscal e de Seguridade - Em R\$ 1,00

UO (Cod/UO)	Função/	Subtítulo	CNP RP	Mod. Aplic.	Uso	Fundo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Favorecido)	Pago	Valor do PLN
27101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	20.601.0365.088F.0001	CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEQUEIRO RURAL (LEI Nº 10.823, DE 2003) - NACIONAL	3 2	90	0	100	175.000.000	175.000.000	170.234.901	172.302.374	110.510.150	
27101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	20.601.0365.088F.0001	CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEQUEIRO RURAL (LEI Nº 10.823, DE 2003) - NACIONAL	3 2	90	0	300						90.000.000

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado ao Senador João Ribeiro.

O Parecer nº 81, de 2009, portanto, concluiu pela aprovação do projeto e pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 5, 7, 8, 13, 19 e 20 e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Para discutir o projeto, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Apreendi com meu pai que, quando queremos que as pessoas entendam alguma coisa, primeiro, temos de nos esforçar para falar com uma linguagem simples; depois, temos de fazer as coisas de maneira muito clara, repetitiva, porque, aí, todos entendem. Nós, aqui, estamos numa reunião do Congresso Nacional, discutindo uso do dinheiro público, como vai ser usado o dinheiro arrecadado pelo imposto. É aqui que se define para onde vai o dinheiro.

Evidentemente, o Governo do PT orienta o dinheiro para quem tem força para reclamar e atende quem luta por seu interesse. Não é por outro motivo que a despesa pública cresce de forma desenfreada – desenfreada! Há dinheiro para tudo, só não para o aposentado.

Aqui, agora, por exemplo, vamos aprovar um projeto importante. Vou, inclusive, votar a favor, mas é uma prova de que há dinheiro para tudo, só não para o aposentado. Vou repetir isto pelo tempo que me resta: há dinheiro para tudo, só não para o aposentado.

O aposentado não está na CUT, o aposentado não contribui para a CUT, o aposentado não tem bancada no Congresso Nacional. É impressionante: não tem bancada no Congresso Nacional e, por isso, não pode pressionar. E o Presidente Lula, que é um homem que tem, hoje, 70% de aprovação, está negligenciando o aposentado. Ele não está ouvindo o clamor dos seus parentes mais velhos, porque ele deve tê-los, que estão passando dificuldades.

Se o Presidente Lula fosse, por exemplo, a uma usina de energia, para ver a quantidade de aposentados que tem e como essas pessoas estão sofrendo, vendo seu salário, a cada ano, reduzido. Gente que se aposentou com seis salários mínimos já está recebendo dois salários mínimos. Do jeito que o PT está fazendo, está se mostrando inimigo do aposentado.

Nós estamos votando no Congresso Nacional. Esse crédito é para o seguro agrícola, é importante, mas não deixaremos de registrar que o que estão fazendo com os velhos é velhacaria. É uma forma velha! É uma forma desonesta!

Deputado Temístocles, V. Ex^a que é um dos mais idosos da Casa e está presente aqui, certamente, sabe que todos os seus amigos e contemporâneos da escola, da vida, estão vivendo da aposentadoria. V. Ex^a, graças a Deus, ainda exerce o mandato aqui nesta Casa. Mas seus parentes e amigos, os que foram companheiros na adolescência e na infância, todos eles se aposentaram, alguns com dois, três, cinco salários, e, agora, todos caminham para ganhar só um salário mínimo. Será que Lula não ouve isso? Será que Lula não percebe que está enganando os aposentados, quando manda o Senado aprovar, por unanimidade, o aumento dos aposentados e aqui, na Câmara, pede ao Deputado Michel Temer que não coloque a matéria na pauta? E quando o Deputado Michel Temer, de forma corajosa, coloca-a na pauta, ele bota sua base para obstruir.

Vamos votar esse crédito, não vamos prejudicar a agricultura, mas vamos continuar dizendo: há dinheiro para tudo, só não para o aposentado.

O SR. RAUL JUNGMAN (PPS – PE) – Sr. Presidente, nos termos do art. 6º do Regimento Comum, peço a palavra como Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, V. Ex^a tem a palavra.

V. Ex^a tem a comunicação do PPS por escrito?

O SR. RAUL JUNGMAN (PPS – PE) – Está nas mãos... Sou vice-Líder do Partido, o Líder não está presente. Eu exerço, portanto, Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Mas teria que haver uma correspondência do Líder para autorizar a utilização da palavra no lugar do Líder.

O SR. RAUL JUNGMAN (PPS – PE) – Só um instante, por favor, para esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não. Então, nós vamos...

O SR. RAUL JUNGMAN (PPS – PE) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO SUBTITULO PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	G R U P O	M O D O	I T E M	VALOR
0365 MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO							90.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS					
20.401	0365 099F	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA AO PREMIO DO SEGURO RURAL (LEI Nº 10.823, DE 2003)					90.000.000
20.601	0365 099F 0001	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA AO PREMIO DO SEGURO RURAL (LEI Nº 10.823, DE 2003) NACIONAL					90.000.000
			F	3	2	98	0 300
TOTAL - FISCAL							90.000.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							90.000.000

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE) – Art. 8º do Regimento Comum, leio *in verbis*: “Ausente ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas por Vice-Líder”. Cabe-me esse cargo. Então é automático, com base no Regimento Comum (art. 8º).

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nós vamos conceder a palavra a V. Exª. Mas é sempre bom, porque logo aqui na frente aparece o Líder e diz: “Eu quero falar como Líder porque eu sou o Líder”. E aí se diz: “Não, mas já falou o Vice-Líder”. E o Líder vai dizer: “Mas eu não autorizei nenhum Vice-Líder a falar em meu nome porque eu estou na Casa”.

Então, é sempre prudente, Deputado Raul Jungsmann, que, nesses casos, haja uma autorização por escrito. A Mesa sempre exige isto, para que não haja este tipo de constrangimento posteriormente. Mas nós vamos conceder a palavra a V. Exª de qualquer forma.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE) – Tenha V. Exª que eu faço o uso dessa prerrogativa, a Liderança do Partido, em perfeita consonância com o Líder Fernando Coruja.

O assunto que me traz aqui, Srs. Deputados e Srs. Deputadas...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – E ainda, aqui em nossa lista, não consta V. Exª como Vice-Líder. Tem mais isso.

V. Exª está com a palavra.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, então, Sr. Presidente. Oportunamente, ou seja, de imediato, proporei comprovar esta condição de Vice-Líder.

Sr. Presidente, eu quero, brevemente, relatar a viagem que fizemos à Colômbia, à Venezuela e ao Equador, onde, em nome do Presidente desta Casa, Michel Temer, fizemos um convite para realizar, no fim do próximo trimestre, em 2010, o 1º Encontro de Chefes e Chefas de Legislativo da América do Sul.

Sabem todos os senhores que a questão da integração sul-americana tem caminhado a passos largos, entretanto, exclusivamente nas mãos dos Chefes do Executivo da América do Sul.

Inclusive, a Unasul, Sr. Presidente, que está para ser votada aqui, determina a criação de mais um Parlamento – o Parlamento da Unasul. Temos o Parlatino, temos o Parlamento do Mercosul, temos o Parlamento Andino e também o da Região Amazônica. E, na verdade, existe hoje um déficit de participação dos Parlamientos, Deputado Cláudio Cajado, como dissemos

nessa missão – e V. Exª foi nosso extraordinário companheiro, uma vez mais –, existe um déficit de participação dos Legislativos no processo de integração. A verdade é que a integração caminha pelas mãos do Executivo, enquanto permanece paralisada no que diz respeito à participação soberana dos Legislativos que representam os nossos povos.

Pois bem, Sr. Presidente, esse convite do Presidente Michel Temer teve a concordância, eu diria, irrestrita de todos os Presidentes de Congressos com os quais nos encontramos. A par disso, estivemos com o Presidente da Colômbia, com o Presidente do Equador, com Chanceleres, com Ministros responsáveis pela Defesa, pelas Relações Exteriores e também pela Segurança, em particular a questão do combate às drogas e às armas, que é uma preocupação comum, mas que muito particularmente toca a nós, brasileiros.

Para concluir, Sr. Presidente, este breve relato, devo dizer que fui acompanhado dos ilustres Deputados Emiliano José, do PT, da Bahia, Cláudio Cajado, do Democratas, também da Bahia, e Ruy Pauletti, do PSDB, do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, encerro aqui com uma palavra dirigida ao Chanceler Celso Amorim. Quero indagar ao Chanceler se as palavras proferidas pelo Ruy Casaes, que representa o Brasil na Organização dos Estados Americanos, ao *site* Terra, ontem, representa uma posição oficial do Governo brasileiro. Isso porque o Sr. Ruy Casaes, Sr. Presidente, chamou o atual Presidente de Honduras de palhaço.

Eu jamais vi essa linguagem diplomática ser usada para se referir sequer a um cidadão quanto mais a um Presidente de outro país. Essa linguagem é absolutamente inadequada, e a inadequação por aí não terminou, Presidente Marco Maia. O mesmo Sr. Ruy Casaes, que representa o Brasil na OEA, referiu-se ao Peru como um país de centro-direita, como se a nós tocasse analisar ou nos relacionar com qualquer país a partir da sua orientação, seja ela de centro, de esquerda ou de direita. Isso representa uma intromissão nos assuntos internos do Peru, regra de ouro básica de qualquer diplomacia. E, por fim, reiterou o Sr. Ruy Casaes que a Colômbia era um país fortemente dependente dos Estados Unidos e que, a partir daí, portanto, teria que dar explicações no que diz respeito ao seu isolamento na Organização dos Estados Americanos.

Essas três referências proferidas por um alto funcionário indicado pelo Ministério das Relações Exteriores e acreditado junto à Organização dos Estados Americanos representa, Sr. Presidente, uma falta de respeito, um absoluto desconhecimento das regras

diplomáticas, e está a exigir uma resposta oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Vamos, agora, partir para uma política de desqualificação, de desrespeito com as autoridades e com os países irmãos ou vamos recuperar e resgatar, enquanto é tempo, a tradicional e histórica trajetória que tanto nos orgulha da diplomacia brasileira da Casa de Rio Branco?

Por isso, Sr. Presidente, vamos dirigir um requerimento por escrito ao Chanceler, que, tenho certeza, talvez não tenha conhecimento do que se passou, ao Sr. Secretário-Geral, para que esses fatos sejam esclarecidos, porque não é possível que se aceite um tipo de posicionamento desse como um posicionamento de um País, que deve ser mediador, que precisa ser mediador e que não pode se desqualificar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito bem.

Item 3:

PROJETO DE LEI Nº 60, DE 2009 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 60, de 2009 – CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor global de R\$2.698.867,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bruno Rodrigues para proferir o parecer.

PARECER Nº 82, DE 2009 – CN

O SR. BRUNO RODRIGUES (PSDB – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o PLN nº 60, de 2009, trata da abertura de crédito especial ao Orçamento da Seguridade Social da União, no valor de R\$2.698.867,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para os fins que especifica.

Sr. Presidente, o projeto não recebeu nenhuma emenda, e nós somos pela aprovação, na íntegra.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº , DE 2009-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 60, de 2009–CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do

Poder Executivo, crédito especial no valor global de R\$2.698.867,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Bruno Rodrigues**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, **b**, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 129, de 2009 – CN (nº 702/2009, na origem), o Projeto de Lei nº 60, de 2009–CN, que Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial, no valor global de R\$2.698.867,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

O Art. 2º do Projeto estabelece que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II, desta lei.

A Exposição de Motivos nº 223/2009/MP, datada de 28 de agosto de 2009, informa que a solicitação de abertura do crédito visa incluir categoria de programação específica na Lei Orçamentária vigente, destinado ao atendimento de despesas com exames médicos periódicos dos servidores e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de que trata o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009.

Esclarece também, a E.M., que de acordo com o art. 2º do citado Decreto, “A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente do trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.”

A E.M. ainda, ressalta que o cancelamento de dotação incluso no presente crédito, refere-se a programação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qual foram centralizados recursos para pagamentos decorrentes de provimentos e concessão de benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes, conforme está demonstrada no anexo II do crédito.

A E.M. salienta que, conforme dispõe o art. 57. § 12, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2009 (LDO/2009), as alterações decorrentes da abertura deste crédito nos valores indicados no art. 2º não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, uma vez que não modificam o montante das despesas obrigatórias consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo

X do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009 e que a anulação parcial de dotação orçamentária coaduna com o que dispõe o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V da Constituição.

Por último destaca a E.M., que em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (Plano Plurianual 2008-2011) consta em anexo à citada E.M., as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação “20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos,” que passa a incorporar-se ao Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011.

Lida na Sessão do Congresso Nacional 2 de setembro de 2009, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

É o Relatório.

II – Emendas

Ao Projeto de Lei nº 60/2009-CN não foi apresentada emenda no prazo regimental.

III – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir ação de caráter relevante, “20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – Nacional” em diversos órgãos do Poder Executivo. Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17-3-1964, Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), Lei nº 11.768, de 14-8-2008 (LDO-2009), e Lei nº 11.653, de 7-4-2008 (PPA 2008-2011).

Desse modo, por considerar que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 60, de 2009-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2009. –Deputado **Bruno Rodrigues**, Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS CHAMARIZ (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu falo aqui em nome dos novatos. Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – V. Exª tem que fazer isso no momento da votação, e V. Exª precisa ter 1/20 dos membros da respectiva Casa

ou Líderes que representem esse 1/20 de membros da Casa para fazer esse pedido.

Então, peço a V. Exª, Deputado, que, no momento adequado, faça-o amparado por esse quórum regimental para fazer o pedido.

O Parecer nº 82, de 2009 – CN, conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma reunião do Congresso Nacional, este é o momento em que se reúnem Deputados e Senadores. Para os que estão nos ouvindo, quero dizer que o Deputado está presidindo a sessão porque é Vice-Presidente da Câmara e, como tal, Vice-Presidente do Congresso Nacional. Estamos aqui em reunião do Congresso Nacional.

Acabei de conversar no plenário com o Senador Garibaldi Alves, que está presente à sessão e que é Senador do PMDB do Rio Grande do Norte. Quero, desta tribuna, dar os parabéns ao Senador, a todos os Senadores – Senador Agripino Maia, Senadora Rosalba e Senador Garibaldi –, até para poder não esquecer nenhum dos três do Rio Grande do Norte. Esses três Senadores votaram a favor do projeto do aumento do salário dos aposentados, que foi aprovado por unanimidade no Senado. Deputado Marco Maia, os Senadores tiveram esse privilégio. Este é um tratamento contra o qual a Câmara tem de se revoltar: como a maioria do Governo do PT é muito grande na Câmara, eles aprovam o projeto do aposentado no Senado e impedem que ele seja aprovado na Câmara. Aprovamos tudo. Há dinheiro para tudo, só não há dinheiro para o aposentado.

Deputado Themístocles, eu queria chamar a atenção de V. Exª, que para mim representa a figura do aposentado, embora esteja na ativa aqui. V. Exª é Deputado do PMDB do Piauí e assumiu o mandato em lugar do meu grande amigo, ex-Governador do Piauí, seu amigo também, o grande engenheiro Alberto Silva. V. Exª representa a figura do aposentado. Quando olho para V. Exª, lembro dos meus tios, lembro do meu pai, lembro das pessoas aposentadas com quem vivi.

Há dinheiro para tudo. Esse projeto que vai ser aprovado agora, sabem para que é? Para fazer exame periódico nos servidores públicos. Ora, há dinheiro para tudo, só não para o aposentado! E não há dinheiro também para a saúde. Só há dinheiro para a saúde dos empregados que estão na Central Única dos Trabalhadores (CUT), que são servidores públicos.

Ontem, recebi a ligação de um grande amigo meu, o Vereador Bertolino, de Valença, que relatava o problema de um amigo comum residente em Valença, na Bahia, que estava com fortes problemas na cabeça. Depois de muito malabarismo, conseguiram interná-lo.

Vou pedir para saírem da frente do Deputado Themístocles, por favor. Assessoria, saia da frente do Deputado, porque estou falando com ele! A senhora está impedindo que o Deputado veja meu discurso. A senhora é do Governo, mas não pode atrapalhar que eu fale diretamente com o Deputado Themístocles. A senhora é uma grande assessora.

Eu queria dizer que, ontem, eu estava conversando com o Vereador Bertolino, de Valença, e ele dizia que seu amigo, depois de muita luta, conseguiu ser internado no Hospital Roberto Santos, na Bahia. Foi feita uma tomografia, e se constatou um nódulo no cérebro. Sabe onde ele estava alojado, Deputado Themístocles? No corredor do hospital, porque não havia leito. O hospital não tinha resolutividade para operar, e era uma operação que deveria ser de urgência.

Há dinheiro para tudo, só não há para o aposentado. Mas vamos continuar alertando o Presidente Lula: Presidente Lula, Vossa Excelência foi eleito também

pelos aposentados e tem essa popularidade. Também há aposentados aprovando Vossa Excelência, mas, agora, Vossa Excelência, na Câmara dos Deputados, está mandando seus aliados os maltratarem. Esse projeto – deixe-me ver se há algum Senador aqui – está na Câmara há mais de oito meses. Há mais de oito meses, está na Câmara o projeto do aumento do salário dos aposentados, e não o votam porque o PT não deixa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos temos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 60, DE 2009-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor global de R\$ 2.698.867,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor global de R\$ 2.698.867,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E	S	P	G	M	O	I	F	VALOR
0641 INTELIGENCIA FEDERAL											19.583
		ATIVIDADES									
06.301	0641 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS									19.583
06.301	0641 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL									19.583
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 914	5	3	1	90	0	100			19.583
TOTAL - FISCAL											0
TOTAL - SEGURIDADE											19.583
TOTAL - GERAL											19.583

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C M P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								1.262
		ATIVIDADES						
14 381	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						1.262
14 381	0750 10CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						1.262
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 59	5	3	1	90	8	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.262
TOTAL - GERAL								1.262

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	M	P	M	O	D	F	T	E	VALOR
1173 - CONTROLE INTERNO, PREVENCAO E COMBATE A CORRUPCAO														39.657
		ATIVIDADES												
04 301	1173 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS												39.657
04 301	1173 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL												39.657
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1851	S	3	1	90	0	100						39.657
TOTAL - FISCAL														0
TOTAL - SEGURIDADE														39.657
TOTAL - GERAL														39.657

FUNC	PROGRAMA/TILA	PROGRAMA/MAÇAO/SUBTITULO/PROJETO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	D	P	O	U	T	
8758 APOIO ADMINISTRATIVO										1.688
		ATIVIDADES								
26 301	8750 INCLW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								1.688
26 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								1.688
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 79	S	3	1	90	0	100		1.688
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										1.688
TOTAL - GERAL										1.688

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	Q	M	I	F	VALOR
			S	N	O	N	T	
			FI	PI	DI	DI	E	
0797 PROSPECCAO E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS								0.238
		ATIVIDADES						
04 384	0797 28CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						0.238
04 384	0797 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						0.228
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 384	S	3	1	98	0	108
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								0.228
TOTAL - GERAL								0.228

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO-PRODUTO	E	S	P	G	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO																	50.000
		ATIVIDADES															
20 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS															50.000
20 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL															50.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 5945	S	3	1	90	0	100									50.000
TOTAL - FISCAL																	0
TOTAL - SEGURIDADE																	50.000
TOTAL - GERAL																	50.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	GR F	MO D	U N	F T E	VALOR
8150 APOIO ADMINISTRATIVO								49.444
		ATIVIDADES						
19.301	0730 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						49.444
09.301	0730 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						49.444
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 2387	S	3	1	90	8	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								49.444
TOTAL - GERAL								49.444

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	MO	UN	FE	VALOR
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES								15.080
		ATIVIDADES						
19 301	1113 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						15.080
19 301	1113 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						15.080
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 704	S	3	1	90	0,100	15.080
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								15.080
TOTAL - GERAL								15.080

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO 1		CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	G R U P O	N O D O	E L E M E N T O	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO							50.000
		ATIVIDADES					
04.301	0750-26CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					50.000
04.301	0750-20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					50.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 4929	S	3	1	90	0 100
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							50.000
TOTAL - GERAL							50.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25103 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N F	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
8770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADJACENTEIRA									50.000
		ATIVIDADES							
04 301	0770 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							50.000
04 301	0770 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							50.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 35219	5	3	3	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.000
TOTAL - GERAL									50.000

PUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									38.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							38.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							30.000
		SERVICOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 2016	5	3	1	98	8	100	30.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.000
TOTAL - GERAL									30.000

ORGAO : 16000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	C M F	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								4.178
		ATIVIDADES						
01 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						4.178
02 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						4.178
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 195	S	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								8
TOTAL - SEGURIDADE								4.178
TOTAL - GERAL								4.178

XORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E 3 F	C N D	G R P	M O D	U E	F T E	VALOR
8750 APOIO ADMINISTRATIVO									2.745
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							2.745
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							2.745
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 128	S	3	1	90	0	100	2.745
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.745
TOTAL - GERAL									2.745

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 16201 - COLÉGIO PEDRO II

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E	G	A	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0750		APOIO ADMINISTRATIVO							28.903
		ATIVIDADES							
02 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							28.903
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							28.903
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1349	S	3	1	90	0	100	28.903
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							28.903
		TOTAL - GERAL							28.903

ORGÃO : 26009 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26239 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	S U E	F T E	VALOR
0750 AP010 ADMINISTRATIVO									7.651
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							7.651
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							7.651
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 298	S	3	1	90	0	100	7.651
TOTAL - HSCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.651
TOTAL - GERAL									7.651

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F.	O R G. D.	A P.	M O D.	N U M.	E T E	VALOR
		9750 APOIO ADMINISTRATIVO							18.000
		ATIVIDADES							
12.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12.301	0750 20CW-0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 2301	5	3	1	98	0	700	18.000
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							10.000
		TOTAL - GERAL							10.000

FUNC	PROGRAMATECA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	P	M	J	F	VALOR
			S	P	D	R	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										12.000
		ATIVIDADES								
12 304	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (QUANTIDADE) 3123	S	3	1	90	0	100		20.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										10.000
TOTAL - GERAL										10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RA	MOD	U	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 28CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0750 30CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							18.000
		SERVICOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 3336	5	3	1	90	0	100	18.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.000
TOTAL - GERAL									10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FTE	VALOR
	0750	AP010-ADMINISTRATIVO						10.000
		ATIVIDADES						
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
11 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 2691	5	3	1	90	0 000	10.000
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						10.000
		TOTAL - GERAL						10.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESPECIFICACAO	GRUPO	MODALIDADE	UNIDADE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO							18.080
		ATIVIDADES					
12 304	0750 28CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					18.080
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					10.000
		SERVICOR BENEFICIADO (UNIDADE) 5634	5	3	1	98 0 100	18.000
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							10.000
TOTAL - GERAL							10.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

NUMC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CA/CA/SUBSTITUTO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			S	N	P	D	U	I	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 2260	5	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			EN	FD	ND	PO	OD	IE	TE	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										14.800
		ATIVIDADES								
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								10.000
12 302	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 966	S	3	I	90	0	100		10.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										10.000
TOTAL - GERAL										10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C M P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 1189	S	J	I	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	J	F	VALOR
			S	M	A	J	E	
	0750	APOIO ADMINISTRATIVO						10.000
		ATIVIDADES						
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 666	S	3	1	90	0	100
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						10.000
		TOTAL - GERAL						10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	M	I	F	VALOR
			S	P	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 545	S	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	GRUPO	MOD	ESPEC	FTE	VALOR
0156 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
13 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVICOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 1339	5	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

ORGAO : 16000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 20110 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ANEXO I

CUENTO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	MO	U	FE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 224	S	3	1	90	C 100	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 16261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA

ANEXO I

CRUEN TO ESPECIALLY**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	R S F	C M B	P M D	1 U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12.384	0750 18CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 329	5	3	1	00	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	P	P	O	L	T	
			F	D					
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									28.000
		ATIVIDADES							
12.301	0750.20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12.301	0750.20CW.0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 450	5	3	1	90	0	000	80.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVICOR BENEFICIADO (UNIDADE) 253	S	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	A	M	J	F	VALOR
			S	N	P	O	J	E	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
02.301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
02.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 413	S	3	1	90	0	700	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO/PRODUTO	RECURSOS	GRUPO	MODALIDADE	UNIDADE	FUNÇÃO	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 727	15	3	1	90	6	1000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I E	F T E	VALOR
0150 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12 301	0750 28CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						18.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						90.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1176	5	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	ST	GR	FO	MO	DI	FE	VALOR
0150 APOIO ADMINISTRATIVO										10.000
		ATIVIDADES								
12.304	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								10.000
12.301	0750 10CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 724	S	3	1	90	0	100		10.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										10.000
TOTAL - GERAL										10.000

PLUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO-PRODUTO	ES	GR	MO	DI	FE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.800
		ATIVIDADES						
12.301	0750.20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.301	0750.20CW.0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 753	5	3	1	00	0	300
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

ORCAO : 16000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26374 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANEXOI

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAOSUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12.301	0750.30CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.301	0750.20CW.0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1208	S	3	1	98	01 100	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

ORGAO : 26009- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26179- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ANEXO I**CREDITO ESPECIAL**

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FTE	VALOR
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1827	5	3	1	90	0 100	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO-PRODUTO	E	G	R	M	T	F	VALOR
			S	N	D	O	U	T	
0150 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
12 304	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0710 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1029	5	3	1	60	0	300	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	SN	PR	MO	DU	FE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							30.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1512	S	3	1	90	0	000	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.000
TOTAL - GERAL									30.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
			SP	ND	T	O	U	E		
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										16.000
		ATIVIDADES								
12.361	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								16.000
12.361	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								16.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 459	S	3	1	90	0	100		30.800
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										16.000
TOTAL - GERAL										16.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1449 ESTATISTICAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS								3.675
		ATIVIDADES						
12 301	1449 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						3.675
12 301	1449 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						3.675
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 172	S	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								3.675
TOTAL - GERAL								3.675

PLANC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	N	M	I	F	VALOR
			S	N	P	D	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									6.684
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							6.684
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							6.684
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 312	5	3	1	90	0	100	6.684
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.684
TOTAL - GERAL									6.684

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	E N F	G R U P O	M O D	I U	F T E	VALOR
0150 APOIO ADMINISTRATIVO									7.320
		ATIVIDADES							
12 301	0750 30CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							7.320
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							7.320
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 285	S	3	3	90	D	100	7.320
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.320
TOTAL - GERAL									7.320

ORGÃO : 2899 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 2632 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLNCD	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO							1.648
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							7.643
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							7.643
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 297	S	3	1	90	05	100	7.643
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							7.643
		TOTAL - GERAL							7.643

ORGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 24354 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALBERTO NUNES

ANEXO I

CREDIT SPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLAN	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	P	F	VALOR
			S	P	P	O	O	T	E	
0354 APOIO ADMINISTRATIVO										9.976
		ATIVIDADES								
12 381	0758 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								9.976
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								9.976
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 381	5	3	1	90	0	100		9.976
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										9.976
TOTAL - GERAL										9.976

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (QUANTIDADE) 507	S	3	1	90	0 100	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

ORGÃO : 16000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26363 - MATERNIDADE ASSIS CHATEAUBRIAN

ANEXOS

CONFIDENTIAL

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	M	O	I	F	VALOR
0150 APOIO ADMINISTRATIVO										1.000
		ATIVIDADES								
12.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								1.000
12.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								1.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 5	5	5	1	90	0	100		1.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										1.000
TOTAL - GERAL										1.000

ORGAO : 14400 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 24364 - HOSPITAL UNIVERSITARIO CASTANO ANTONIO MORAES

ANEXO II**CRASH TO SPECIAL****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FLANC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAOSUBSTITUTO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I N E	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 531	S	3	1	90	0 100	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	C R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
11.301	0750 2B CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.301	0750 2B CW 00M	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVICOR BENEFICIADO (UNIDADE) 976	S	3	1	90	0	100
TOTAL - RSCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	C	M	O	I	F	VALOR
			S	F	P	D	D	U	T	
0150 APOIO ADMINISTRATIVO										10.000
		ATIVIDADES								
12 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 0020	5	3	1	90	94	700		10.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										10.000
TOTAL - GERAL										10.000

UNIDADE: 1616H - HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO

CREDITO ESPECIAL**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S P	G R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								8.970
		ATIVIDADES						
12 364	0750 18CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						8.970
12 364	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						8.970
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 349	5	3	1	90	0 100	8.970
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								8.970
TOTAL - GERAL								8.970

UNIDADE : 16170 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO RETINA FERRO SOUZA

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO/PRODUTO	E	S	O	R	M	I	F	VALOR
			EN	FI	OP	OD	LU	TE		
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										1.935
		ATIVIDADES								
11 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								1.935
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								1.935
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 75	5	3	1	00	0	006		1.935
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL SEGURIDADE										1.935
TOTAL - GERAL										1.935

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO-SUBTITULO-PRODUTO	E	S	GR	M	U	F	VALOR
			S	P	P	O	T	E	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1092	5	3	1	20	6	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F O	G N P	M O D	I N T	P R O	VALOR
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO						10.000
		ATIVIDADES						
12.304	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
12.304	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVICOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 472	5	3	1	00	0 100	10.000
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						10.000
		TOTAL - GERAL						10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	E	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0750 ATEND ADMINISTRATIVO									18.000
		ATIVIDADES							
11.301	0750.20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							18.000
12.301	0750.20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							18.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 767	5	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.000
TOTAL - GERAL									18.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	FI	GR	PR	MOD	U	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										10.000
		ATIVIDADES								
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 391	S	3	1	50	0	100		10.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										10.000
TOTAL - GERAL										10.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO						6.850
		ATIVIDADES						
12.301	0750.20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						6.850
12.301	0750.20CW.0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						6.850
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 344	S	3	1	90	0 100	6.850
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						6.850
		TOTAL - GERAL						6.850

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	G R U P O	M O D O	I N D I C E	F Y E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.139
		ATIVIDADES						
12 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.139
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.139
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 3M	5	3	1	90	0 100	10.139
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.139
TOTAL - GERAL								10.139

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N F	M P D	M O D	I U	F E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 912	5	3	1	50	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAPOSUBTITULO-PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			T	R	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								7.290
		ATIVIDADES						
13 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						7.290
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						7.290
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 204	S	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								7.290
TOTAL - GERAL								7.290

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N F	G R F	M O D	I D	F U T	VALOR
0750 AFORO ADMINISTRATIVO									11.685
		ATIVIDADES							
12 304	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							11.685
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							11.685
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 455	S	3	1	90	0	100	RT 585
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.685
TOTAL - GERAL									11.685

FLUXO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8750 APOSENTO ADMINISTRATIVO									24.627
		ATIVIDADES							
12.301	8750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							24.627
12.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							24.627
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 955	S	3	I	90	0	100	24.627
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.627
TOTAL - GERAL									24.627

ORGAO : 14000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26009 - INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

CRÉDITO ESPECIAL**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAD/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R U P	M O D	I N I C	F I M	V A L O R
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								11.388
		ATIVIDADES						
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						11.388
T2 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						11.388
		SERVIDOR BENEFICIADO(UNIDADE) 443	S	3	1	90	0	400
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								11.388
TOTAL - GERAL								11.388

ORGÃO : 16000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 16410 - INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

CREDITO ESPECIAL**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EXERC	GRUPO	MOD	UNID	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								4.562
		ATIVIDADES						
11 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						4.562
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						4.562
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 177	5	3	1	90	0 100	4.562
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								4.562
TOTAL - GERAL								4.562

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GF	GR	MO	LU	FE	VALOR
8750 APOIO ADMINISTRATIVO									6.842
		ATIVIDADES							
12 301	8750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							6.842
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							6.842
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 266	5	3	1	90	0	100	6.842
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.842
TOTAL - GERAL									6.842

ORGAO : 16000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 16417 - INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO (SUPLEMENTACION)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO							12.558
		ATIVIDADES					
02.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					12.558
02.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					12.558
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 458	S	3	1	90 0 100	12.558
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							12.558
TOTAL - GERAL							12.558

ORCAO : 34880 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 1412 - INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

ANEXOS

CREDITED SPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GR	ND	MO	U	TE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									14.935
		ATIVIDADES							
42 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							16.935
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							16.935
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 639	5	2	1	90	9	100	14.935
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									16.935
TOTAL - GERAL									16.935

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								15.826
		ATIVIDADES						
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						15.826
12 301	0750 20CW-0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - RACIONAL						15.826
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 231	5	3	1	99	100	15.826
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								15.826
TOTAL - GERAL								15.826

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0150 APOIO ADMINISTRATIVO									5.432
		ATIVIDADES							
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							5.432
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							5.432
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 211	5	3	1	50	0	100	5.433
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.432
TOTAL - GERAL									5.432

ORGAO : 16000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 16001 - INSTITUTO FEDERAL DE RONDONIA

ANEXO 1

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO SUPLEMENTARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAD/SUBTITULO/PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	E G R O P O S I C O N A D O	M O D O	L I M I T E	F I T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								11.464
		ATIVIDADES						
04 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						11.464
04 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						11.464
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 61	S	3	2	90	0, 100	11.464
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								11.464
TOTAL - GERAL								11.464

ORGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 24021 - INSTITUTO FEDERAL CATARENSE

ANEXO C

CREDITO ESPECIAL**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	P	G	R	M	I	F	VALOR
			S	P	D	P	O	D	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO											5.014
		ATIVIDADES									
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS									5.810
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL									5.010
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 195	S	3	1	95	0	100			5.010
TOTAL - FISCAL											0
TOTAL - SEGURIDADE											5.810
TOTAL - GERAL											5.010

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C R P	M O D	I U	F E	VALOR
	0750 APOIO ADMINISTRATIVO							11.965
		ATIVIDADES						
12.381	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						11.965
12.381	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						11.965
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 278	5	3	1	90	0 100	11.965
	TOTAL - FISCAL							0
	TOTAL - SEGURIDADE							11.965
	TOTAL - GERAL							11.965

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 24025 - INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

ANEXO 1

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C M P	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0156 APOIO ADMINISTRATIVO									113
		ATIVIDADES							
17 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							113
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIUDICOS - NACIONAL							113
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 4	5	3	1	90	0	100	113
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									113
TOTAL - GERAL									113

ORGAO : 2400 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 2406 - INSTITUTO FEDERAL DO AMAPA

ANEXO 3

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,08

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO-SUBSTITULO-PRODUTO	F	S	G	R	M	I	F	VALOR
			F	S	G	R	M	I	F	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										1.000
		ATIVIDADES								
31.301	0750.20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								1.000
12.301	0750.20CW.0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								1.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 4	S	3	1	90	0	100		1.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										1.000
TOTAL - GERAL										1.000

10,000

ORCAO : 24009 - MINISTERIO DA EDUCACAO
CIDADE : 24025 - INSTITUTO FEDERAL DE GOIAS

ANEXOS

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMA/TECA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0150 APOSE ADMINISTRATIVO									11.522
		ATIVIDADES							
13 301	0750 18CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							11.522
12 301	0730 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							11.522
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 44B	S	3	1	90	0	100	11.522
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.522
TOTAL - GERAL									11.522

ORGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 24000 - INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO-PRODUTO	E	S	G	M	O	I	F	VALOR
			F	D	P	D	U	T	E	
8120 APOIO ADMINISTRATIVO										5,475
		ATIVIDADES								
12 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								5,475
12 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								5,475
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 213	5	3	1	00	0	100		5,475
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										5,475
TOTAL - GERAL										5,475

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GR	MOD	U	FE	VALOR
0100 APOIO ADMINISTRATIVO								13.054
		ATIVIDADES						
12.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						13.054
12.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						13.054
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 505	S	3	1	90	8	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SPCRUDE								13.054
TOTAL - GERAL								13.054

FLNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	B S S F	C N D	A P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									9.322
		ATIVIDADES							
22 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							9.322
22 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							9.322
		SERVIDOR BENEFICIARIO (INICIAL) 415	S	3	1	90	0	100	9.322
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.322
TOTAL - GERAL									9.322

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	L I N H A	N O M E	M O D O	I N T E	VALOR
0493 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROFISSIONAL INTELECTUAL								10.000
		ATIVIDADES						
21 301	0393 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
22 301	0393 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 662	5	3	1	90	0	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	GR P	M O D	L I M I T E	VALOR
0150 APDIO ADMINISTRATIVO							16.860
		ATIVIDADES					
14.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					16.860
14.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					16.860
		SERVICOR BENEFICIADO (UNIDADE) 767	5	3	1	90	0 305 16.860
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							16.860
TOTAL - GERAL							16.860

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRF	MOD	U	FE	VALOR
8750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
06 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
06 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 9848	5	3	1	90	05	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO-SUBTITULO-PRODUTO	ES	FI	GR	PR	MO	DI	TE	VALOR
0150 PROTECAO E PROMOCAO DOS POVOS INDIGENAS										10.000
		ATIVIDADES								
14 301	0150 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								10.000
14 301	0150 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 1719	5	3	1	90	0	100		10.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										10.000
TOTAL - GERAL										10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C M F	R P	M O	J U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									40.000
		ATIVIDADES							
25 301	0750 18CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
25 302	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 573	5	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

UNIDADE : 11101 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

CREDITO ESPECIAL**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L. 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C R F	M O D	I U	F T E	VALOR
	1115	GEOLOGIA DO BRASIL						10.000
		ATIVIDADES						
22 301	1115 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
22 301	1115 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 931	5	3	1	90	0 100	10.000
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						10.000
		TOTAL - GERAL						10.000

UNIDADE: 32163 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

CREDITO ESPECIAL**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0391 MINERACAO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL								10.000
		ATIVIDADES						
22 301	0391 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
22 301	0391 20CW 0004	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 200	5	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOSUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			S	R	O	U	T	
			M	F	D		E	
0172 QUALIDADE DO SERVICO DE ENERGIA ELCTRICA								9.140
		ATIVIDADES						
15.301	0272 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						9.140
25.301	0272 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						9.140
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 427	5	3	1	00	0	9.140
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								9.140
TOTAL - GERAL								9.140

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOSUBTITULO-PRODUTO	ESPECIFICACAO	MOD	U	FTE	VALOR
0750 AFOID ADMINISTRATIVO							10.880
		ATIVIDADES					
09 301	0750 28CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					10.880
09 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					10.880
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 508	S	3	1	90	0,100
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							10.880
TOTAL - GERAL							10.880

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAD/SUBSTITUTO/PRODUTO	REG FED	GRU PO	MOD	US	FTE	VALOR
0750 - AFICIO ADMINISTRATIVO								25.164
		ATIVIDADES						
07.301	0750.10LW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						25.164
07.304	0750.20CW.0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						25.164
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1174	5	3	1	90	8	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								25.164
TOTAL - GERAL								25.164

ORGÃO : 36004 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36100 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. - REDENTOR

ANEXO I

CREW SPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO-SUBTITULO-PRODUTO	E	G	M	A	I	F	VALOR
			S	P	D	D	D	E	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									19.320
		ATIVIDADES							
001	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							19.320
001	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - FATORIAL							19.320
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 902	5	3	1	90	0	100	19.320
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.320
TOTAL - GERAL									19.320

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36219 - HOSPITAL FEMINA S.A. - FEMINA

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO-SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6750 APOIO ADMINISTRATIVO								6.298
		ATIVIDADES						
00 304	6750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						6.298
10 305	0730 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						6.298
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 322	5	3	1	90	0 100	6.298
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								6.298
TOTAL - GERAL								6.298

FUNF	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I L	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
10 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
10 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 26756	S	3	2	98	8	18.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FLRNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO SUBTITULO PRODUTO	ES FD	GR NP	MO D	3 U	F T E	VALOR
1185 REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTAR								R.177
		ATIVIDADES						
10.301	1185 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						R.177
10.301	2185 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						R.177
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 382	5	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								R.177
TOTAL - GERAL								R.177

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	C M D	A P O D	I U E	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								15.899
		ATIVIDADES						
26.301	0750.20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						15.899
26.304	0750.20CWX 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						15.899
		SERVIDGR BENEFICIADO (UNIDADE) 742	S	J	I	90	O	N0
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								15.899
TOTAL - GERAL								15.899

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	C M P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
26 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
26 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1961	S	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									18.705
		ATIVIDADES							
24 301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							18.705
24 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							18.705
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 073	5	3	1	90	0	100	18.705
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.705
TOTAL - GERAL									18.705

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F O	G R P O	M O D	I N I C I A L	F I N A N C I A R I O	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								1.906
		ATIVIDADES						
13.301	0750 10CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						1.906
13.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						1.906
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 89	5	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.906
TOTAL - GERAL								1.906

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			S	D	P	O	D	U	E	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										5.038
		ATIVIDADES								
13.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								5.038
13.301	0750 20CW 008E	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								5.038
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 235	5	3	1	90	0	100		5.038
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										5.038
TOTAL - GERAL										5.038

ORGÃO : 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE : 42104 - AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	MO	DE	VALOR
	0169	BRASIL, SOM E IMAGEM					2.690
		ATIVIDADES					
13 301	0169 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					2.690
13 304	0169 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					2.690
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 126	5	3	1	90	0,000
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							2.690
TOTAL - GERAL							2.690

ORGÃO : 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE : 42241 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO/PRODUTO	E S F O R C O	G R P O	M O D	I N D I C E	F U N D A M E N T A M E N T A L	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								13.627
		ATIVIDADES						
13 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						13.627
13 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIURCOS - NACIONAL						13.627
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 636	S	3	4	90	0	100
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								13.627
TOTAL - GERAL								13.627

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								17.724
		ATIVIDADES						
04.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						27.724
04.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						27.724
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1294	S	3	1	98	04	100
								27.724
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								27.724
TOTAL - GERAL								27.724

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E M P	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.000
		ATIVIDADES							
04 301	0750 26CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
04 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 3140	S	3	1	99	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

UNIDADE : 47205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	L	T	
ITEM INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOCIENTIFICAS									10.000
		ATIVIDADES							
04 301	0796 20 CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							10.000
04 301	0796 70 CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 6559	S	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

PUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/IAÇAO/SUBTITULO-PRODUTO	E	S	G	R	M	J	F	VALOR
			S	D	D	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										3.135
		ATIVIDADES								
27.304	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								3.135
27.301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								3.133
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 146	5	3	1	90	0	100		3.133
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										3.133
TOTAL - GERAL										3.133

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
			S	F	D	P	O	U	E	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										10.000
		ATIVIDADES								
05 301	0750 10C'W	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS								18.000
05 302	0750 20C'W 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL								10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 5005	S	3	1	90	0	100		10.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										18.000
TOTAL - GERAL										10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G R P	N O D	I E M	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
05 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
05 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1409	S	3	1	90	8	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S T	G R P	M O D	I T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO							300
		ATIVIDADES					
05 301	0750 30CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					300
05 301	0750 20CW 0801	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					300
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE): 25	5	3	1	90 0 100	300
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							300
TOTAL - GERAL							300

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	G R U P O	M O D O	E N T R E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO							7.031
		ATIVIDADES					
04 301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS					7.034
04 301	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL					7.031
		SERVIDOR BENEFICIARIO (UNIDADE) 328	5	3	1	90	7.031
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							7.031
TOTAL - GERAL							7.031

ELBO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	UO	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								4.681
		ATIVIDADES						
04 301	0750 30CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						4.681
04 301	0750 30CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						4.681
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 215	S	3	1	90	B 100	4.681
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								4.681
TOTAL - GERAL								4.681

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	TE	SE	GR	MO	OUTE	VALOR
8750 APOIO ADMINISTRATIVO								10.000
		ATIVIDADES						
04 301	8750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						10.000
04 381	0750 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 1212	5	3	1	90	0 100	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								10.000
TOTAL - GERAL								10.000

ORGÃO : 54009 - MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE : 54101 - MINISTÉRIO DO TURISMO

ANEXO 1		CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	MOD	U	E	VALOR
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSAO								4.839
		ATIVIDADES						
23 301	1166 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						4.839
23 301	1166 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						4.839
	-	SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 226	5	3	1	90	0 000	4.839
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								4.839
TOTAL - GERAL								4.839

ORGAO : 54990 - MINISTERIO DO TURISMO
UNIDADE : 54301 - EMBATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

ANEXO I				CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO	SUBTITULO-PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	G R U P O	M O D O	F U N D A M E N T A L	VALOR	
1163 BRASIL: DESTINO TURISTICO INTERNACIONAL								1.783	
		ATIVIDADES							
23 301	1163 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						1.783	
23 301	1163 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						1.783	
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 63			S	3	1	90 0 100	1.783
TOTAL - FISCAL								0	
TOTAL - SEGURIDADE								1.783	
TOTAL - GERAL								1.783	

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55001 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANSWER

CREDITO ESPECIAL**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	M	I	F	VALOR
			5	D	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									9.177
		ATIVIDADES							
08.301	0750.20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS							9.177
08.301	0750.20CW.0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL							9.177
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 428	S	3	1	90	0	100	9.177
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.177
TOTAL - GERAL									9.177

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56001 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANERO I

QUERIDO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	ES	GR	MO	LU	FE	VALOR
0358 APOIO ADMINISTRATIVO								6.555
		ATIVIDADES						
15 301	0758 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						6.555
15 301	0758 20CW 0001	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL						6.555
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 305	S	3	1	90	0 100	6.555
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								6.555
TOTAL - GERAL								6.555

ORGÃO : 54000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

UNIDADE : 54301 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ES	GR	MO	DI	FE	VALOR
		1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						16.858
		ATIVIDADES						
15.301	1295 20CW	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS						16.858
15.301	1295 20CW 0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS - NACIONAL						16.858
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 781	5	3	1	90	8	180
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						16.858
		TOTAL - GERAL						16.858

ORGÃO : 54000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56201 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ES	GR	MO	DI	FE	VALOR
		1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						10.000
		ATIVIDADES						
15.301	1295 20CW	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS						10.000
15.301	1295 20CW 0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS - NACIONAL						10.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 2321	5	3	1	90	8	180
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						10.000
		TOTAL - GERAL						10.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	F U	F T E	VALOR
0758 APOIO ADMINISTRATIVO								30.000
		ATIVIDADES						
04.301	0750 20CW	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS						30.000
04.301	0750 20CW 0011	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NO ESTADO DE RONDONIA - SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 3684	S	3	1	90	0	10.000
04.301	0750 20CW 0014	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NO ESTADO DE RORAIMA - SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 4104	S	3	1	90	0	10.000
04.301	0750 20CW 0016	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NO ESTADO DO AMAPA - SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 4701	S	3	1	90	0	10.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								30.000
TOTAL - GERAL								30.000

ORGAO : 4700 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOSUBSTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	U	P T E	VALOR
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO								2.698.867
		OPERACOES ESPECIAIS						
01 046	1054 0623	PAGAMENTO DECORRENTE DE PROVIMENTOS E CONCESSAO DE BENEFICIOS AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						2.698.867
01 046	1054 0623 0001	PAGAMENTO DECORRENTE DE PROVIMENTOS E CONCESSAO DE BENEFICIOS AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	F	3	1	99	0 100	2.698.867
TOTAL - FISCAL								2.698.867
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.698.867

Piano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos*
Objetivo Setorial *reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista*

Programa 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo *Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral*
Público-Alvo *Povos indígenas*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
				2008	2009	2010	2011
20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Serviço Prestado (unidades)	MJ	Nacional	-	10.000	389.456	340.402
			Meta	-	1.719	1.891	2.089

Piano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade*
Objetivo Setorial *estimular a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços de natureza cultural*

Programa 0169 Brasil, Som e Imagem Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo *Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual*
Público-Alvo *Sociedade brasileira*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
				2008	2009	2010	2011
20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Serviço Prestado (unidades)	MinC	Nacional	-	2.690	22.894	24.854
			Meta	-	126	128	132

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

Objetivo Geral Identificar, preservar e valorizar os patrimônios culturais brasileiros assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade

Programa 0172 Cultura Afro-Brasileira **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro

Público-alvo Sociedade em geral, com prioridade para os(as) afro-brasileiros(as)

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL**Atividade**

Cód. Título	Produto (unidades de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
20CW	Auxílio Médica aos Servidores e Empregados - Crédito Perdições	MinC	Nacional	2008	2009	2010	2011
				.	1.000	3.967	4.363
				.	22	24	27

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo Implementar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional

Objetivo Geral Promover a adequação à demanda de derivados de petróleo e outros combustíveis líquidos

Programa 0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

Público-alvo Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agências da indústria de petróleo

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL**Atividade**

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
20CW	Avaliação Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	MME	Nacional	2008	2009	2010	2011
				.	10.000	93.564	102.920
				.	320	372	629

Plano Plurianual 2009-2011

Ato do III - Programas do Governo - Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica*
 Objetivo Setorial *Prover confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, através da metrologia e avaliação da conformidade*

Programa 0390 Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade Órgão Responsável 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Objetivo *Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo*

Público-alvo *Sector produtivo; sociedade*

AÇÃO DA ESPERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Fiduciário		
				2008	2009	2010
30CW	Atendimento Médico aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	MDIC	Nacional	-	18.000	118.070
			Meta	-	642	728
						110.977
						809

Plano Plurianual 2009-2011

Ato do III - Programas do Governo - Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional*
 Objetivo Setorial *Estimular as atividades de pesquisa científica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento tecnológico*

Programa 0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo *Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da atividade mineral*
 Público-alvo *Pequena e média mineração, cooperativas extrativistas minerais e de participação e comunidades e aglomerações populacionais de baixa renda que sobrevivem do aproveitamento econômico dos recursos minerais*

AÇÃO DA ESPERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Fiduciário		
				2008	2009	2010
30CW	Atendimento Médico aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	MME	Nacional	-	10.000	124.000
			Meta	-	769	778
						128.400
						247

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos*

Objetivo Setorial *Promover e expandir a cidadania e fortalecer a democracia*

Programa	0580 Defesa Jurídica da União	Órgão Responsável	2014 Advocacia-Geral da União (AGU)
----------	-------------------------------	-------------------	-------------------------------------

Objetivo *Representar a União Judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo*

Público-alvo *União***AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL**

Atividade

Cod.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico	2008	2009	2010	2011
20CIV	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidades)	AGU	Nacional	R\$ Meta	-	40.000	997.794	1.097.573
						-	5.543	6.097	6.707

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Implementar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*

Objetivo Setorial *Apoiar o Governo nas ações relacionadas ao desenvolvimento do país*

Programa	0630 Desenvolvimento da Aviação Civil	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
----------	---------------------------------------	-------------------	---------------------------------

Objetivo *Promover o desenvolvimento da Aviação civil brasileira a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos à sociedade*

Público-alvo *Unidades e pessoas especializadas da aviação civil***AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL**

Atividade

Cod.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico	2008	2009	2010	2011
20CIV	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidades)	MD	Nacional	R\$ Meta	-	14.495	140.235	164.262
						-	779	857	943

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos*
Objetivo Setorial *Coordenar as atividades de inteligência*

Programa	0641 Inteligência Federal	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
----------	---------------------------	-------------------	---

Objetivo *Desenvolver Atividades de Inteligência e de segurança da informação no interesse do Estado e da sociedade*

Público-alvo *Presidência da República*

AÇÃO DA ESPERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	2008	2009	2010	2011
31CIV	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	ABIN	Nacional	-	19.585	164.542	180.996
					-	914	1.066	1.166

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalistas

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos*
Objetivo Setorial *Promover justiça social à ordem econômica e às relações de consumo*

Programa	0695 Defesa Econômica e da Concorrência	Órgão Responsável	30004 Ministério da Justiça (MJ)
----------	---	-------------------	----------------------------------

Objetivo *Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência*

Público-alvo *Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências reguladoras*

AÇÃO DA ESPERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	2008	2009	2010	2011
31CIV	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	MJ	Nacional	-	379	3.199	3.463
					-	18	19	21

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Programa		0750 Apoio Administrativo	Órgão Responsável 92000 Atividades Padronizadas (Atividades Padronizadas)				
Objetivo Público-Setor							
Atividade							
Cod. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	2008	2009	2010	2011
28CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Serviços Especializado (unidade)	PR	Nacional	-	14.831	118.579	130.436
				-	639	725	797
		SEDH	Nacional	-	1.363	10.604	11.668
				-	39	65	71
		SEPM	Nacional	-	1.000	4.038	4.435
				-	22	25	27
		SEPIR	Nacional	-	1.000	3.175	3.604
				-	18	20	22
		SEP	Nacional	-	1.688	14.182	15.606
				-	79	87	95
		MAPA	Nacional	-	180.000	2.558.837	2.811.080
				-	14.197	15.617	17.179
		MCT	Nacional	-	99.919	907.520	958.272
				-	2.820	2.160	3.612
		MF	Nacional	-	80.000	887.159	975.874
				-	4.929	5.422	5.864
MME		MEC	Nacional	-	1.315.675	20.361.837	22.397.801
				-	112.129	124.427	136.873
		MDIC	Nacional	-	15.097	126.811	139.493
				-	705	773	852
		MJ	Nacional	-	41.780	3.186.036	3.504.640
				-	17.700	19.479	21.617
				-	13.808	135.649	140.554
				-	750	823	898

MPS	Nacional	R\$ Meta	20.880 27.472	-	-	4.976.910 30.219	5.474.634 33.741
MRE	Nacional	R\$ Meta	25.164 1.174	-	-	211.378 1.292	232.516 1.421
MS	Nacional	R\$ Meta	99.314 73.890	-	-	13.300.200 81.279	14.630.220 89.407
MTE	Nacional	R\$ Meta	10.000 4.690	-	-	844.280 5.159	928.620 5.873
MT	Nacional	R\$ Meta	50.840 3.867	-	-	695.998 4.213	765.897 4.679
MC	Nacional	R\$ Meta	27.060 1.263	-	-	217.394 1.389	250.034 1.528
MinC	Nacional	R\$ Meta	46.996 2.193	-	-	394.766 2.412	434.243 2.654
MMA	Nacional	R\$ Meta	53.616 4.344	-	-	871.926 5.318	959.119 5.861
MP	Nacional	R\$ Meta	10.000 3.140	-	-	865.218 3.434	631.740 3.800
MDA	Nacional	R\$ Meta	13.391 4.915	-	-	884.781 5.487	973.259 5.948
ME	Nacional	R\$ Meta	3.135 148	-	-	26.314 161	28.967 177
MD	Nacional	R\$ Meta	84.863 19.777	-	-	3.659.814 21.715	3.915.818 23.930
MI	Nacional	R\$ Meta	47.152 3.015	-	-	842.763 3.317	897.039 3.649
MDS	Nacional	R\$ Meta	9.177 428	-	-	77.090 471	84.799 518
MCidades	Nacional	R\$ Meta	6.555 306	-	-	53.062 316	60.568 370
MPA	Nacional	R\$ Meta	1.000 104	-	-	18.648 114	20.513 125
Transf BDFM	Norte	R\$ Meta	30.000 11.489	-	-	2.067.873 12.638	2.274.661 13.902

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos*

Objetivo Setorial *Propiciar a transparência nas ações do governo*

Programa	0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica	Órgão Responsável	2010(1) Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
----------	--	-------------------	---

Objetivo *Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República*

Público-alvo *Sociedade*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	2008	2009	2010	2011
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	PR	Nacional	-	5.617	47.135	51.904
				Mato	-	262	218	312

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda*

Objetivo Setorial *Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas*

Programa	0770 Administração Tributária e Aduaneira	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (VF)
----------	---	-------------------	----------------------------------

Objetivo *Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação*

Público-alvo *Governo Federal*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	2008	2009	2010	2011
28CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	MF	Nacional	-	50.000	2.759.485	3.013.346
				Mato	-	15.219	16.741	18.413

Plano Plurianual 2008-2011

Âmbito III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda*
Objetivo Setorial *Contribuir para o ajuste estrutural das contas externas*

Programa 0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda (ME)

Objetivo *Asssegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional*

Público-alvo *Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários do sistema financeiro nacional*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Fiscal			
				2008	2009	2010	2011
20CV Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Serviços beneficiado (unidade)	MF	Nacional	.	73.864	626.484	482.499
			Meta	.	3.447	3.797	4.177

Plano Plurianual 2008-2011

Âmbito III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda*
Objetivo Setorial *Assegurar a estabilidade da política econômica*

Programa 0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda (ME)

Objetivo *Asssegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários*
Público-alvo *Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Fiscal			
				2008	2009	2010	2011
20CV Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Serviços beneficiado (unidade)	MF	Nacional	.	6.240	32.416	57.655
			Meta	.	297	336	352

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda*
 Objetivo Setorial *Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas*

Programa 0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo *Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral*

Público-alvo *Consumidores e agências dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
					2009	2010	2011
20CIV	Auditoria Médica aos Serviços e Empregados - Exames Periódicos	Serviços beneficiados (unidade)	MF	Nacional	-	42.837	49.121
					-	238	288

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo Setorial *Reparar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade demográfica e social no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades e ao exercício da cidadania*

Programa 0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas Órgão Responsável 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Objetivo *Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país*

Público-alvo *Governo e sociedade*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
					2009	2010	2011
20CIV	Auditoria Médica aos Serviços e Empregados - Exames Periódicos	Serviços beneficiados (unidade)	MP	Nacional	-	1.180.707	1.398.778
					-	6.559	7.215

Plano Plurianual 2004-2011

Anexo III - Programas do Governo - Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Programa	0797 Prospeção e Avaliação de Políticas Públicas	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)				
Objetivo	Contribuir para a qualificação dos processos decisórios de governo, mediante a prestação de suporte técnico à prospeção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos						
Público-alvo	Governo e sociedade						
AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL							
Atividade							
Cod.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
18CV	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	PR	Nacional	2008	2009	
			RS			2010	
			Meta			2011	
					2008	2009	
						2010	
						2011	
						76.025	
						485	

Plano Plurianual 2004-2011

Anexo III - Programas do Governo - Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo Setorial *Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas*

Programa	0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	Órgão Responsável	47040 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das instituições		
Público-alvo	Servidores da Administração Pública		
AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL			
Atividade			
Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização
18CV - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	- MP	Nacional
		RS	- Meta
		2008	2009
			2010
			2011
			21.851
			134
			34.036
			147

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos*

Objetivo Setorial *Promover os serviços arquivísticos governamentais*

Programa 1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental Órgão Responsável 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo *Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural*

Público-alvo *Governo e sociedade*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
				2008	2009	2010
20CW Exames Periféricos	Serviços beneficiados (unidade)	PR	Nacional	-	7.591	63.642
			Méa	-	354	389
						70.050
						428

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos*

Objetivo Setorial *Estabelecer uma interação comunicativa com a sociedade*

Programa 1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural Órgão Responsável 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo *Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania*

Público-alvo *Sociedade*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
				2008	2009	2010
20CW Exames Periféricos	Serviços beneficiados (unidade)	PR	Nacional	-	11.540	184.464
			Méa	-	1.023	1.127
						302.910
						1.260

Plano Plurianual 2003-2011
Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica*
Objetivo Setorial *Promover o uso e a difusão da certificação digital*

Programa 1109 Massificação da Certificação Digital (ICP-Brasil) Órgão Responsável 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo *Garantir as transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais IC-Brasil*
Público-alvo *Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios, pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade	Ord. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
10CW	Audiência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	PR	Nacional	NS	1.000	2.346	1.880
					NS	13	14	16

Plano Plurianual 2003-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica*
Objetivo Setorial *Incentivar a pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas*

Programa 1113 Nacional de Atividades Nucleares Órgão Responsável 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo *Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correções para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia*
Público-alvo *Instalações nucleares e radiativas; comunidades científicas; setor produtivo industrial, agricultura e meio ambiente; instituições médicas; empresas de geração nuclear-elétrica; instituições de ensino*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade	Ord. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
10CW	Audiência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	MCT	Nacional	NS	44.851	544.749	599.224
					NS	3.826	3.329	3.682

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*Objetivo Setorial *Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento geológico*

Programa	1115 Geologia do Brasil	Órgão Responsável	33000 Ministério de Minas e Energia (MME)
----------	-------------------------	-------------------	---

Objetivo *Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral*Público-alvo *Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título

20CIV Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Produto (unidade de medida)

Servidor beneficiado (unidade)

Órgão Executor

MME

Regionalização

Nacional

R\$

Mês

Financeiro/Fuqco

2008

2009

2010

2011

19.080

931

167.493

164.243

1.024

1.126

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda*Objetivo Setorial *Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro no mercado internacional e atrair divisas para o país*

Programa	1163 Brasil: Destino Turístico Internacional	Órgão Responsável	54000 Ministério do Turismo (MTur)
----------	--	-------------------	------------------------------------

Objetivo *Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país*Público-alvo *Turistas estrangeiros - atual e potencial, trade turístico e a mídia*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód. Título

20CIV Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Produto (unidade de medida)

Servidor beneficiado (unidade)

Órgão Executor

MTur

Regionalização

Nacional

R\$

Mês

Financeiro/Ofício

2008

2009

2010

2011

1.743

83

14.981

16.479

91

101

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programa de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover a inclusão social e redução das desigualdades*
Objetivo Setorial *Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros*

Programa 1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Órgão Responsável 54000 Ministério do Turismo (MTur)

Objetivo *Aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda*

Público-alvo *Turistas domésticos e trade turístico*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade	Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
					2008	2009	2010
30CW Exames Periódicos	Atendimento Médico aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Serviços beneficiários (unidade)	MTur	Nacional	R\$	4.839	40.448
					Meta	216	248
							2011
							41.709
							273

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programa de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos*
Objetivo Setorial *Desenvolver as atividades no sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública*

Programa 1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção Órgão Responsável 20125 Controladoria Geral da União (CGU)

Objetivo *Desenvolver as atividades no sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública*

Público-alvo *Governo*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade	Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
					2008	2009	2010
24CW Exames Periódicos	Atendimento Médico aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Serviços beneficiários (unidade)	CGU	Nacional	R\$	19.687	333.121
					Meta	1.237	2.438
							2011
							346.434
							2.239

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos*

Objetivo Social *Reforçar a democratização das relações de trabalho*

Programa **1184 Segurança e Saúde no Trabalho** Órgão Responsável **38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Objetivo *Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde do trabalho*

Público-alvo *Trabalhadores formais e informais*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade	Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
20CV Exames Periódicos	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	MTE	Nacional	R\$	4.576	38.435	43.278
					Meta	214	235	258

Plano Plurianual ANS-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover o acesso com qualidade à seguridade social, sob a perspectiva da universalidade e de equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização*

Objetivo Social *Ampliar o acesso da população aos serviços de que necessita e promover a qualidade e a humanização na atenção à saúde*

Programa **1185 Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar** Órgão Responsável **36000 Ministério da Saúde (MS)**

Objetivo *Contribuir, através do exercício da sua função de regulação para uma política de qualificação da qual resulte a construção de um setor de saúde suplementar, cujo principal interesse seja a produção da saúde, um setor com operadoras sólidas e auto-suficientes, que seja centrado no beneficiário, que realize ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, que observe os princípios de qualidade, integralidade e resolutividade, que tenha uma concepção incluyente de todos os profissionais de saúde, que resvalte o controle social e que esteja adequadamente articulada com o sistema único de saúde*

Público-alvo *Beneficiários de planos de saúde, operadores de planos de saúde, prestadores de serviços de saúde e gestores públicos de saúde*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade	Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
20CV Exames Periódicos	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Servidor beneficiado (unidade)	MS	Nacional	R\$	8.177	48.449	75.558
					Meta	382	420	462

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana*

Objetivo Setorial *Dar maior conhecimento ao público em geral sobre as atividades diplomáticas brasileira e sobre temas de política internacional*

Programa	1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira	Órgão Responsável	35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)
----------	---	-------------------	--

Objetivo *Contribuir para a formação de opinião sobre as principais questões e temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da preservação da história diplomática do Brasil*

Público-alvo *Sociedade e meio acadêmico e diplomático*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	2008	2009	2010	2011
10CW	Assistência Multies em Serviços e Em projetos - Bauxita Peridóicos	Serviços beneficiado (unidade)	MRE	Nacional	-	1.000	6.310	6.953
				Meta	-	37	19	43

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Promover a inclusão social e a redução das desigualdades*

Objetivo Setorial *Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração e perfil do sistema Nacional de Trânsito*

Programa	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Órgão Responsável	56000 Ministério das Cidades (MCI)
----------	--	-------------------	------------------------------------

Objetivo *Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais*

Público-alvo *População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maracá, João Pessoa e Natal*

AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	2008	2009	2010	2011
10CW	Assistência Multies em Serviços e Em projetos - Exames Periódicos	Serviços beneficiado (unidade)	MCI	Nacional	-	26.869	259.295	618.334
				Meta	-	3.197	3.418	3.760

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Programa		1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	Órgão Responsável	26000 Ministério da Educação (MEC)
Objeto				
<i>Produzir informações caras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional</i>				
Público-alvo				
<i>Governo e Comunidade Acadêmica</i>				
AÇÃO DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL				
Atividade				
Cód. Teto	Produto (unidade de medida)	Órgão Emissor	Regionalização	Financeiro/Físico
				2008 2009 2010 2011
28CW	Auxiliaria Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	MEC	Nacional	- 3.475 30.370 33.957
			Neta	- 172 119 208

O SR. ELIZEU AGUIAR (PTB – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar o momento para chamar todos os novos Deputados, os 42 Deputados que chegaram este ano na Casa, a virem aqui. É importante que S. Ex^{as} compareçam ao plenário. Faço essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Elizeu Aguiar.

Item 4:

PROJETO DE LEI Nº 67, DE 2009 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 67, de 2009, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$38.168.091,00 (trinta e oito milhões, cento e sessenta e oito mil, noventa e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao Projeto de Lei não foram apresentadas emendas. Está dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Vital do Rego, para proferir o parecer.

PARECER Nº 83, DE 2009 – CN

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB – PB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marco Maia, esse Projeto tem o sentido de minorar posições angustiantes da Justiça, principalmente da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho. Esse crédito de aproximadamente R\$38 milhões visa a suprir o reforço nas dotações orçamentárias para o auxílio alimentação e para o auxílio transporte dos servidores e empregados que, desde agosto de 2009, estão sem receber essas dotações.

Por isso, não havendo emendas a tratar, somos pela aprovação *in totum* da matéria, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 83, DE 2009 – CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 67, de 2009 - CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.168.091,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

AUTOR : Poder Executivo

RELATOR : DEPUTADO VITAL DO RÊGO FILHO

I. RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 150, de 2009-CN (nº 811/2009, na origem), o Projeto de Lei nº 67, de 2009 - CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.168.091,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O quadro a seguir discrimina os órgãos e as unidades orçamentárias beneficiárias do crédito e a origem dos respectivos recursos.

Discriminação	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Justiça Eleitoral	5.703.011	5.703.011
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	4.068.377	204.865
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	135.602	135.602
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados		1.014.440
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	1.499.032	4.348.104
Justiça do Trabalho	26.619.080	549.284
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	1.263.409	168.962
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	81.280	54.066
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	25.274.391	326.256
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.346.000	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	399.000	
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.001.000	
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	946.000	

Ministério da Fazenda	3.500.000	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	3.500.000	
Ministério da Educação		3.487.370
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		3.487.370
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		28.428.426
Pagamento Decorrente de Provimentos e Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		28.428.426
Total	38.168.091	38.168.091

Segundo a Exposição de Motivos nº 00241/2009/MP, de 24 de setembro de 2009, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotações orçamentárias para o atendimento de despesas com os benefícios auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos servidores e empregados, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados e assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes em razão de ajustes na programação em face da execução orçamentária verificada até o mês de agosto de 2009.

O crédito será viabilizado à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A exposição de motivos esclarece também que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 12.098.295,00 (doze milhões, noventa e oito mil, duzentos e noventa e cinco reais) são relativos a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, no âmbito das Justicas Eleitoral e do Trabalho e do Poder Executivo, para priorização da programação suplementada, sendo:

- Justiça Eleitoral - R\$ 5.703.011,00;
- Justiça do Trabalho - R\$ 549.284,00; e
- Poder Executivo - R\$ 5.846.000,00; e

b) R\$ 26.069.796,00 (vinte e seis milhões, sessenta e nove mil, setecentos e noventa e seis reais), decorrentes de remanejamento de despesas obrigatórias do Poder Executivo em favor da Justiça do Trabalho, para atendimento de despesas com o auxílio-alimentação aos servidores e com a assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, cujo montante está em conformidade com o acréscimo previsto para as despesas obrigatórias desse órgão, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas de que trata o § 4º do art. 71 da LDO-2009, referente ao quarto bimestre de 2009, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 769, de 18 de setembro de 2009.

A presente proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, tendo sido aprovadas, no caso dos órgãos do Poder Judiciário, pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Parecer de Mérito nº 2009.10.00.005086-4, de 29 de setembro de 2009.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II. VOTO DO RELATOR

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.897, de 30/12/2008) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 57 da Lei nº 11.768 de 14/08/2008 (LDO/2009).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN N.º 67, de 2009-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2009.



DEPUTADO VITAL DO RÊGO FILHO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Vital do Rêgo.

O Parecer nº 83, de 2009 – CN, portanto, concluiu pela aprovação do Projeto.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia.

Repito: trata-se do Parecer nº 83, de 2009, que concluiu pela aprovação do Projeto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, falar às pessoas que estão em casa assistindo a esta sessão do Congresso Nacional. Este é o momento em que a Câmara e o Senado fazem uma reunião conjunta. Como os senhores devem ter observado, o Presidente Marco Maia faz a votação, primeiro, na Câmara e, depois, faz a votação no Senado. Quem preside o Congresso Nacional, normalmente, é o Presidente do Senado, o Senador Sarney. Mas o Senador Sarney confia muito no Deputado Marco Maia, que é o Vice-Presidente da Câmara e que, por isso, acumula o papel de Vice-Presidente da Congresso Nacional e conduz a sessão com muita correção, como todo mundo está observando. O que estamos fazendo aqui é alterar o Orçamento da União, ou seja, dizer como o dinheiro deve ser gasto.

O Presidente da República manda uma mensagem, dizendo onde deve ser colocado o dinheiro. Como os senhores podem ter observado, sobretudo os aposentados, há dinheiro para tudo, só não há dinheiro para os aposentados. Os Senadores não vêm muito à sessão do Congresso, mas, evidentemente, concordam com o que está sendo decidido aqui. Hoje, os Senadores estão numa posição muito confortável, porque aprovaram um projeto de um Deputado do PT e foram enganados, é claro. Os Senadores aprovaram, Deputado Themístocles, no Senado, por unanimidade, o aumento do aposentado. Aquela é a Casa de bondade, e esta é a Casa de terror. Não vou participar de tortura a aposentados! Não vou fazer isso! Não participo de tortura! As sessões da Câmara estão virando sessões de tortura aos aposentados.

Na semana retrasada, este plenário ficou cheio de aposentados, e temi até pela saúde deles, porque eles foram desrespeitados pela base do Governo, foram desconsiderados. O Presidente Michel Temer, tenho de reconhecer, embora seja da base do Governo, colocou o assunto na pauta; deveria colocá-lo de novo na pauta na semana que vem. Portanto, S. Exª está bem, mas não está tão bem assim na fita. Mas S. Exª está bem e, agora, está querendo dar prioridade ao petróleo.

Há dinheiro para tudo, só não há dinheiro para o aposentado. Aqui mesmo, neste projeto, está se colocando dinheiro para os Tribunais. Tribunal Eleitoral? Há dinheiro para o Tribunal Eleitoral. Tribunal de Justi-

ça? Há dinheiro para o Tribunal de Justiça. Só não há dinheiro para o aposentado.

Vou gastar minha voz, Deputado Themístocles. Aqui, V. Exª está tendo a paciência de me ouvir e de ouvir os outros. As taquígrafas já estão olhando: “O senhor está repetindo muito”. Vou continuar repetindo. As senhoras não se esqueçam de colocar nas notas taquigráficas a seguinte frase: “No Governo do PT, há dinheiro para tudo, só não há dinheiro para o aposentado”. Para a saúde, também não há dinheiro, não. Acabei de contar a história, e quem me relatou a história foi o Vereador Bertolino, da cidade de Valença, do nosso amigo comum, conterrâneo de Valença. Aliás, o Deputado Sérgio Carneiro é votado em Valença. Deputado, o Governo do PT, do Governador Jaques Wagner, está atendendo o cidadão de Valença no corredor do Hospital Roberto Santos.

Na Bahia, as coisas não estão bem. Aliás, na minha próxima fala, vou trazer para aqui a polícia política da Bahia. O PMDB da Bahia está sendo objeto de uma grande investigação, e não sei se o Deputado Sérgio Carneiro sabe disso. Fizeram uma devassa na vida dos aliados do Deputado Geddel. Grampearam Deus e o mundo! Chegaram até ao absurdo de colocar na gravação a expressão “o gordo”. Há uma nota da polícia política do Governador Wagner, que diz o seguinte: “O gordo deve ser o irmão do Deputado Geddel”. Como pode? Que absurdo! Espero que não seja, mas é um absurdo que a polícia tenha escrito “o gordo da gravação deve ser o irmão do Deputado Geddel”. Quer dizer, acusaram o indivíduo só por que é gordo. Graças a Deus, sou magro, como também V. Exª, Deputado Sérgio Carneiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, na próxima fala, vou falar da questão de que há dinheiro para tudo, só não há dinheiro para o aposentado. E vou falar também dessa devassa no PMDB da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o Projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI
Nº 67, DE 2009-CN
(MENSAGEM Nº 150, DE 2009-CN)
(nº 811/2009, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.168.091,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.168.091,00 (trinta e oito milhões, cento e sessenta e oito mil, noventa e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ALCAOSUBFUNCAODPRODUTO	ESF	EMP	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									46.051
		ATIVIDADES							
02.301	0570.2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							46.051
02.301	0570.2004.0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							46.051
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									46.051
TOTAL - GERAL									46.051

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E M P	GR P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									217.021
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							161.181
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							161.181
			S	3	1	90	0	100	161.181
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							55.840
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							55.840
			F	3	1	90	0	100	55.840
TOTAL - FISCAL									55.840
TOTAL - SEGURIDADE									161.181
TOTAL - GERAL									217.021

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	T U	F I C	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL									136.637
		ATIVIDADES							
02.301	0570-2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							83.101
02.301	0570-2004-0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	1	90	0	100	83.101
02.305	0570-2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							53.536
02.305	0570-2012-0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	5	90	0	100	13.536
TOTAL - FISCAL									53.536
TOTAL - SEGURIDADE									83.101
TOTAL - GERAL									136.637

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

ANEXO I

CREDIT SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAHO SUPLEMENTACADO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	L	E	VALOR
			B	C	P	P	O	O	T	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										187.663
		ATIVIDADES								
02.301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES								111.412
02.302	0570 2004-0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	1	90	0	100		111.412
02.306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS								76.251
02.306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100		76.251
TOTAL - FISCAL										76.251
TOTAL - SEGURIDADE										111.412
TOTAL - GERAL										187.663

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 50112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

CREDIT SUPPLEMENT A

PROGRAMA DE TRABAJO (SUFPLEMENTACI3N)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAUSA/TITULO/PRODUTO	E S F	C R D	R P	M O D	J O	P T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									108.312
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2000	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							28.899
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							28.899
			S	3	1	90	0	100	28.899
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							79.413
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							79.413
			F	3	1	90	0	100	79.413
TOTAL - FISCAL									79.413
TOTAL - SEGURIDADE									28.899
TOTAL - GERAL									108.312

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	L I Q	F I E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									432.010
02 301	0570 2004	ATIVIDADES							
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							325.187
		ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							325.187
			S	3	1	90	0	100	325.187
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							106.823
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							106.823
			F	3	1	90	0	100	106.823
TOTAL - FISCAL									106.823
TOTAL - SEGURIDADE									325.187
TOTAL - GERAL									432.010

ORGAO : 14090 - JUSTICA ELEITORAL.
UNIDADE : 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									907.588
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							566.930
02 301	0570 2004 0000	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	1	90	0	100	566.930
02 306	0570 2012	AUXÍLIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							340.650
02 306	0570 2012 0001	AUXÍLIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	340.650
TOTAL - FISCAL									340.650
TOTAL - SEGURIDADE									566.930
TOTAL - GERAL									907.588

UNIDADE : 14114- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GF	GR	MOD	U	FT	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									488.165
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							175.016
02 304	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	1	90	0	100	175.016
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							313.149
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	313.149
TOTAL - FISCAL									313.149
TOTAL - SEGURIDADE									175.016
TOTAL - GERAL									488.165

UNIRADE: 14117- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE FERNAMBUCO

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECLUSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	FUN FID	GRU P	MOD	ITE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							145.154
		ATIVIDADES					
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES					145.154
02 304	0570 2004 0901	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL					145.154
			S	3	90	100	145.154
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							145.154
TOTAL - GERAL							145.154

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 34122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

CREDIT SUPPLEMENTAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
#070 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								106.426
		ATIVIDADES						
02-391	0570-2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						85.521
02-391	0570-2004-0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	J	I	90	O 300	85.521
02-306	0570-2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						20.905
02-306	0570-2012-0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	J	I	90	O 100	20.905
TOTAL - FISCAL								20.905
TOTAL - SEGURIDADE								85.521
TOTAL - GERAL								106.426

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

CREDITO SUPPLEMENTAR

***CURSOS DE TODAS AS FENTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	C M D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									181.298
		ATIVIDADES							
02 304	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							97.787
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							97.787
			S	3	1	90	0	900	97.787
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							13.511
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							13.511
			F	3	1	90	0	100	13.511
TOTAL - FISCAL									13.511
TOTAL - SEGURIDADE									97.787
TOTAL - GERAL									181.298

UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

CREDITO SUPPLEMENTAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									338.989
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							144.492
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	1	90	0	100	144.492
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							79.631
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	79.631
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							114.866
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	114.866
TOTAL - FISCAL									194.497
TOTAL - SEGURIDADE									144.492
TOTAL - GERAL									338.989

UNIDADE: 14018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L DO

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	ORF	MOD	U	PTE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									9.641
		ATIVIDADES							
02.306	0570.2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							9.641
02.306	0570.2012.0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	9.641
TOTAL - FISCAL									9.641
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.641

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	G R P	M O D	U C	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									2.390.000
		ATIVIDADES							
02 365	0571 2000	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							350.000
02 365	0571 2010 9001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	4	90	0	100	350.000
02 331	0571 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVTDORES E EMPREGADOS							40.000
02 331	0571 2041 9001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	40.000
02 306	0571 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							2.000.000
02 306	0571 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.390.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.390.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	MOD	U	FTE	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								21.000
		ATIVIDADES						
02.304	0571.2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						21.000
02.306	0571.2012.0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						21.000
			F	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								21.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								21.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAD/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								1.900.000
		ATIVIDADES						
02.365	0571 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						200.000
02.365	0571 2010-0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100
								200.000
02.306	0571 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						1.700.000
02.306	0571 2012-0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100
								1.700.000
TOTAL - FISCAL								1.900.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.900.000

FINC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	GR D	GR P	M O D	U	F T E	VALOR
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA									1.356.000
		ATIVIDADES							
02 365	0571 2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							70.000
02 365	0571 2010 0001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	70.000
02 306	0571 2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.286.000
02 306	0571 2012 0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	1.286.000
TOTAL - FISCAL									1.356.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.356.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S F	GR P	M O D	L I M	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								516.000
		ATIVIDADES						
02 365	0571 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						60.000
02 365	0571 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100
								60.000
02 306	0571 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						456.000
02 306	0571 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100
								456.000
TOTAL - FISCAL								516.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								516.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N P	G R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									138.000
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							138.000
02 306	0571 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	8	100	138.000
TOTAL FISCAL									138.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									138.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P O	G R U P O	M O D O	I N I C I A L	V A L O R
#571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA							356.936
		ATIVIDADES					
02-365	0571-2018	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS					34.501
02-365	0571-2018-0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	34.501
02-306	0571-2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					322.435
02-306	0571-2012-0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	322.435
TOTAL - FISCAL							356.936
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							356.936

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL - FISCALISTA									378.844
		ATIVIDADES							
02 365	0571 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							46.000
02 365	0571 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	46.000
02 306	0571 2012	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							332.844
02 306	0571 2012 0001	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	332.844
TOTAL - FISCAL									378.844
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									378.844

UNIDADE : 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO - MATO GROSSO

CREDIT SUPPLEMENT

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	UO	FE	VALOR
RS11 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								506.800
		ATIVIDADES						
02 365	RS71 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						51.000
02 365	RS71 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	51.000
02 366	RS71 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						455.800
02 366	RS71 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	455.800
TOTAL - FISCAL								906.800
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								906.800

UNIDADE : 15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14.ª REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	NP	MO	IT	FE	VALOR
4571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								446.624
		ATIVIDADES						
02 306	0571 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						446.624
02 306	0571 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						446.624
			F	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								446.624
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								446.624

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANTIOX II

CREDIT TO SUPPLEMENTAR:

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								514.284
		ATIVIDADES						
02.365	0571.2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						168.962
02.365	0571.2010.0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	168.962
02.331	0571.2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						29.066
02.331	0571.2011.0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	29.066
02.306	0571.2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						326.256
02.306	0571.2012.0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	326.256
TOTAL - FISCAL								524.284
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								524.284

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO - SANTA CATARINA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELANMENTO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	E N O	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									25.000
		ATIVIDADES							
02 331	0571 2011	AUXILIO-TRANSPORTE A OS SERVIDORES E EMPREGADOS							25.000
02 331	0571 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE A OS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	25.000
TOTAL - FISCAL									25.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								3.487.370
		ATIVIDADES						
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						3.487.370
12 301	0750 2004 0033	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						3.487.370
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								3.487.370
TOTAL - GERAL								3.487.370

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FINC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO								28.428.426
		OPERACOES ESPECIAIS						
04 046	1054 0623	PAGAMENTO DE CORRENTE DE PROVIMENTOS E CONCESSAO DE BENEFICIOS AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						28.428.426
04 046	1054 0623 0001	PAGAMENTO DE CORRENTE DE PROVIMENTOS E CONCESSAO DE BENEFICIOS AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	28.428.426
TOTAL - FISCAL								28.428.426
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								28.428.426

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) –
Item 5:

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2009 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 79, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$482.710.706,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dez mil, setecentos e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao Projeto de Lei, foram apresentadas 27 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patriota, para proferir parecer.

PARECER Nº 84, DE 2009 – CN

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o parecer é relativo ao Projeto de Lei nº 79. Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 162, de 2009, nos termos da Exposição de Motivos nº 269, de 2009, de 8 de outubro, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, a abertura desse crédito suplementar, que tem por objetivo reforçar os programas de trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de acordo com a seguinte demonstração: os recursos necessários à abertura desse crédito são provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do órgão – são 74 mil operações oficiais de crédito no valor de R\$470 milhões – e da programação de trabalho do MDA, de R\$12 milhões. Além disso, são utilizados R\$710.706,00 do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008.

Em 11 de novembro de 2009, com fulcro no que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 185, de 2009 (nº 917, de 2009), proposta de modificação do Projeto de Lei nº 79, de 2009, de acordo com a Exposição de Motivos nº 296, de 2009, de 22 de outubro, que acompanha a referida mensagem. A modificação decorre da necessidade

de ampliação de R\$300 milhões na suplementação da Ação nº 2.130 – “Formação de Estoques Públicos – PGPM” e do cancelamento, no mesmo valor, da Ação nº 0300 – “Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários” (Lei nº 8.427, de 1992), no âmbito do MAPA e das Operações Oficiais de Crédito do Orçamento da União, respectivamente, passando a operação oficial de crédito para R\$782.710.706,00.

O Projeto recebeu 27 emendas. Todas propõem acréscimo a subtítulos relacionados com as Ações:

- 8611: apoio a pequeno e médio produtor agropecuário;
- 7H17: apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário;
- 8991: apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais;
- 4260: fomento à assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar.

Voto do Relator, Sr. Presidente:

Em primeiro lugar, observamos que, dos substitutivos suplementares ao Projeto de Lei, apenas o relativo à formação dos estoques públicos apresenta sinais de esgotamento nos créditos autorizados para o corrente exercício financeiro. Cerca de 85% já se encontravam empenhados até o dia 20 de outubro de 2009. Nas demais rubricas, a execução orçamentária é baixíssima. Ou seja, os valores autorizados no início do exercício ainda permanecem praticamente sem movimentação até a data acima referida. Essas observações seriam, devidamente, uma indicação de não necessidade de créditos suplementares. Entretanto, os relatórios de execução orçamentária, quando cotejados com as finalidades da suplementação ressaltadas na referida exposição de motivos, mostram que os créditos adicionais são realmente necessários.

Ação 2B01: remuneração ao agente financeiro pela operacionalização do Fundo de Terras Nacional conta com, apenas, R\$500 mil em créditos disponíveis.

Ação 8991: apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais (nacional) teve, no exercício de 2008, mais de R\$73 milhões de créditos liquidados, quantia essa superior ao valor autorizado para o corrente exercício.

O valor da suplementação proposta para a ação 7H17: apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário nacional corresponde a apenas 7% dos créditos autorizados e pode ser considerado irrelevante aos objetivos dessas ações.

Rejeitamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, outrossim, as emendas apresentadas por considerar-

mos que os segmentos apresentados nas exposições de motivos que acompanham o presente projeto de crédito e sua proposta de modificação justificam as suplementações apresentadas na proposta original.

Assim, diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 79, de 2009, na forma do Substitutivo que apresentamos.

Substitutivo que abre crédito ao Orçamento Fiscal da União.

Ficam abertos no Orçamento Fiscal da União os recursos necessários à abertura de crédito que trata o art. 1º.

I – Superávit financeiro de recursos ordinários no Balanço Patrimonial no valor de R\$782.000.000,00.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER nº , de 2009 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 79, de 2009–CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 482.710.706,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 162, de 2009-CN (nº 842/2009, na origem), o Projeto de Lei nº 79, de 2009-CN, que autoriza ~~o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da~~ União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor global de R\$ 482.710.706,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dez mil e setecentos e seis reais).

Nos termos da Exposição de Motivos nº 00269/2009/MP, de 08 de outubro de 2009, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, a abertura deste crédito suplementar tem por objetivo reforçar os programas de trabalho do MAPA e do MDA, de acordo com a seguinte demonstração:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	470.575.626	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Administração direta)	575.626	0
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	470.000.000	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	12.135.080	12.000.000
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Administração direta)	12.135.080	12.000.000
Operações Oficiais de Crédito	0	470.000.000
Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	0	400.000.000
Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funccafé - MAPA	0	70.000.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários	0	710.706
Total	482.710.706	482.710.706

O crédito em favor da Administração Direta do MAPA viabilizará o apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário e, no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, possibilitará a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do café, milho e arroz.

Além dos objetivos clássicos da PGPM, a referida Exposição de Motivos ressalta a expectativa de os contratos de opção de venda de produtos com vencimento em 2009 serem exercidos, uma vez que os preços dos produtos acima mencionados estão muito baixos.

No tocante ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o crédito visa, no âmbito da Administração direta, dar continuidade à operacionalização do Programa Nacional de Crédito Fundiário, mediante o pagamento da remuneração aos agentes financeiros encarregados das transferências aos beneficiários, bem como viabilizar o apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais.

Os recursos necessários à abertura desse crédito são provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito (R\$ 470.000.000,00), e da programação de trabalho do MDA (R\$ 12.000.000,00). Além disso, são utilizados R\$ 710.706,00 do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008.

Em 11 de novembro de 2009, com fulcro no que dispõe o §5º do art. 166 da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 185, de 2009-CN (nº 917/2009, na origem), proposta de modificação do Projeto de Lei nº 79, de 2009-CN.

De acordo com a EM nº 00296/2009/MP, de 22/10/2009, que acompanha a referida Mensagem, a modificação decorre da necessidade de ampliação em R\$ 300.000.000,00 na suplementação da Ação 2130 – "Formação de Estoques Públicos – PGPM" e do cancelamento, no mesmo valor, na Ação 0300 – "Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)", no âmbito do MAPA e das Operações Oficiais de Crédito – OOC, respectivamente, passando o valor global do referido Projeto de Lei para R\$ 782.710.706,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dez mil e setecentos e seis reais).

O projeto recebeu 27 emendas. Todas propõem acréscimos a subtítulos relacionados com as ações 8611 – "Apoio a pequeno e médio produtor agropecuário", 7H17 – "Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário", 8991 – "Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais", ou 4260 "Fomento à assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares". (Ver Tabela a seguir).

EMENDAS APRESENTADAS AO PLN 79, DE 2009

R\$ 1,00

Nº EMENDA	AUTOR	LUO	FUNC-PROG-SUPL	AÇÃO-SUBTÍTULO	VALOR
001	Pedro Novais	22101	20.605.6003.8611.0021	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - No Estado do Maranhão	10.000.000
002	Pedro Novais	22101	20.605.6003.7H17.0021	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Maranhão	10.000.000
003	Cleber Verde	22101	20.605.6003.7H17.0864	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Trizidela do Vale - MA	150.000
004	Leandro Vilela	22101	20.605.6003.7H17.0052	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado de Goiás	300.000
005	Wilson Picler	22101	20.605.6003.7H17.0128	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - No Estado do Paraná	200.000
006	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.0802	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - São José do Egito - PE	1.500.000
007	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.0824	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Salgueiro - PE	1.500.000
008	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.0820	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Camaíba - PE	1.500.000
009	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.0804	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Sertânia - PE	1.500.000
010	Claudio Cajado	22101	20.605.6003.7H17.0029	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado da Bahia	10.000.000
011	Alexandre Silveira	22101	20.605.6003.7H17.0031	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado de Minas Gerais	4.000.000
012	Jerônimo Reis	22101	20.605.6003.7H17.0834	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Pirambu - SE	300.000
013	Jerônimo Reis	49101	21.127.1334.8991.0020	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Na Região Nordeste	100.000
014	Paes Landim	49101	21.127.1334.8991.0022	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Piauí	5.000.000
015	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.xxxx	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - ???	1.500.000
016	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.xxxx	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - ???	1.500.000
017	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.xxxx	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - ???	1.500.000
018	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.xxxx	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - ???	1.500.000
019	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.xxxx	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - ???	1.500.000
020	Gonzaga Patriota	22101	20.605.6003.7H17.xxxx	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - ???	1.500.000
021	Amon Bezerra	22101	20.605.6003.7H17.0023	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Ceará	400.000
022	Dagoberto	22101	20.605.6003.7H17.0454	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Mato Grosso do Sul	100.000
023	Alex Canziani	22101	21.127.1334.8991.0041	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Estado do Paraná	2.000.000
024	Narcio Rodrigues	22101	20.605.6003.7H17.1008	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Equipamentos Agrícolas - No Estado de Minas Gerais	8.000.000

025	Sandro Mabel	22101	26.605.6003.7H17.0398	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado de Goiás	10.000.000
026	Gorete Pereira	49101	21.606.1427.4260.0023	Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares - No Estado do Ceará	100.000
027	Gorete Pereira	22101	20.605.6003.7H17.0023	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Ceará	500.000

É o Relatório

II – VOTO DO RELATOR

Em primeiro lugar observamos que dos subtítulos suplementados no Projeto de Lei, apenas o relativo à Formação dos Estoques Públicos apresenta sinais de esgotamento dos créditos autorizados para o corrente exercício financeiro - cerca de 85% já se encontravam empenhados até o dia 20 de outubro de 2009.

Nas demais rubricas, a execução orçamentária é baixíssima, ou seja, os valores autorizados no início do exercício ainda permanecem praticamente sem movimentação até a data acima referida.

Essa observação seria, evidentemente, uma indicação da não necessidade de créditos suplementares. Entretanto, os relatórios de execução orçamentária, quando cotejados com as finalidades da suplementação ressaltadas na referida Exposição de Motivos, mostram que os créditos adicionais são realmente necessários. A Ação 2B01 – “Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Fundo de Terras – Nacional” conta com apenas R\$ 500 mil em créditos disponíveis. A Ação 8991 – “Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em territórios Rurais – Nacional” teve, no exercício de 2008, mais de R\$ 73 milhões de créditos liquidados – quantia esta superior ao valor autorizado para o corrente exercício. O valor da suplementação proposta para a Ação 7H17 – “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Nacional”, corresponde a apenas 7% dos créditos autorizados e pode ser considerado irrelevante aos objetivos desta análise.

Assim, a abertura de crédito suplementar torna-se necessária para que as correspondentes e meritórias ações possam ser realizadas.

No que se refere aos recursos oferecidos para a abertura do crédito, verificamos que os saldos disponíveis nas rubricas oferecidas para cancelamento, constantes do Orçamento Fiscal da União para o corrente exercício, são suficientes para viabilizá-los.

A utilização desses recursos, bem como do superávit financeiro de recursos ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União, encontram-se em perfeita conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 1964, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

A Tabela a seguir, mostra, em atendimento ao disposto no § 10 do art. 57 da Lei nº 11.768, de 2008 (LDO-2009), que o valor utilizado neste projeto foi devidamente considerado na atualização do saldo do superávit financeiro dos Recursos Ordinários do Balanço Patrimonial da União de 2008.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)

Fonte 00: Recursos Ordinários		R\$ 1,00
(A)	Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	29.511.253.000
(B)	Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	2.356.866.241
(C)	Créditos Extraordinários	1.416.927.730
	Abertos	1.416.927.730
	Em tramitação	0
	Valor deste crédito	0
(D)	Créditos Suplementares e Especiais	17.394.518.603
	Abertos	9.136.753.292
	Em tramitação	8.257.054.605
	Valor deste crédito	710.706
(E)	Outras modificações orçamentárias efetivadas	4.158.072.175
(F)	Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	4.184.868.251

(A) Portaria STN nº 191, de 1º de abril de 2009, publicada no Diário Oficial de 2 de abril de 2009.

Quanto ao atendimento do disposto no § 12 do art. 57 da LDO-2009, observa-se que as suplementações em despesas primárias (R\$ 12.710.706,00) são bem inferiores aos cancelamentos em despesa primária (R\$ 712.000.000,00). Dessa forma, as alterações decorrentes da abertura do presente crédito não terão o efeito de reduzir a meta de resultado primário estabelecida na referida Lei para o corrente exercício.

A mencionada Exposição de Motivos ressalta, também, que os órgãos envolvidos informaram que suas respectivas programações não sofrerão prejuízo na sua execução.

Em resumo, as informações prestadas, bem como as análises que empreendemos, indicam que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais nem a legislação orçamentária em vigor, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 - LDO/2009 (Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008), com as disposições do Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008), bem como com a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2009 - LOA/2009 (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008).

A tabela a seguir contém as emendas que indicamos como inadmitidas, nos termos dos Arts. 109, § 1º, e 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ao Senhor Presidente desta Comissão.

EMENDAS INDICADAS COMO INADMITIDAS - PLN 79, DE 2009

R\$ 1,00

Nº EMENDA	AUTOR	ANÁLISE	REFERÊNCIAS
001	Pedro Novais	Propõe acréscimo em despesa primária com cancelamento em despesa financeira.	Art. 2º, Lei nº 11.768, de 2008 (LDO 2009)
002	Pedro Novais	Propõe acréscimo em despesa primária com cancelamento em despesa financeira.	Art. 2º, Lei nº 11.768, de 2008 (LDO 2009)
011	Alexandre Silveira	Propõe acréscimo em despesa primária com cancelamento em despesa financeira.	Art. 2º, Lei nº 11.768, de 2008 (LDO 2009)
015	Gonzaga Patriota	Subtítulo suplementado não consta da LOA 2009.	Art. 109, III, a, Res. Nº 1, de 2006-CN
016	Gonzaga Patriota	Subtítulo suplementado não consta da LOA 2009.	Art. 109, III, a, Res. Nº 1, de 2006-CN
017	Gonzaga Patriota	Subtítulo suplementado não consta da LOA 2009.	Art. 109, III, a, Res. Nº 1, de 2006-CN
018	Gonzaga Patriota	Subtítulo suplementado não consta da LOA 2009.	Art. 109, III, a, Res. Nº 1, de 2006-CN
019	Gonzaga Patriota	Subtítulo suplementado não consta da LOA 2009.	Art. 109, III, a, Res. Nº 1, de 2006-CN
020	Gonzaga Patriota	Subtítulo suplementado não consta da LOA 2009.	Art. 109, III, a, Res. Nº 1, de 2006-CN

023	Alex Canziani	Não indica elementos (UO, MA, GND, FONTE) que permitam identificar a dotação suplementada.	Art. 147, Res. Nº 1, de 2006-CN
026	Gorete Pereira	Não constam da emenda os elementos exigidos para a transferência de recursos para entidades privadas.	Art. 50, II, c, Res. Nº 1, de 2006-CN

Rejeitamos, outrossim, as emendas 0003 a 0010, 0012 a 0014, 0021 a 0022, 0024 a 0025 e 0027 por considerarmos que os argumentos apresentados nas Exposições de Motivos que acompanham o presente projeto de crédito e sua proposta de modificação justificam as suplementações apresentadas na proposta original.

Assim, diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 79, de 2009-CN, na forma do Substitutivo que apresentamos.

Sala das Sessões, em de de 2009


Deputado GONZAGA PATRIOTA

Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 79/2009-CN
(MSGs Nº 162/2009-CN E Nº 842/2009, NA ORIGEM e Nº 296/2009-CN E
917/2009 NA ORIGEM)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 782.710.706,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 782.710.706,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dez mil, setecentos e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

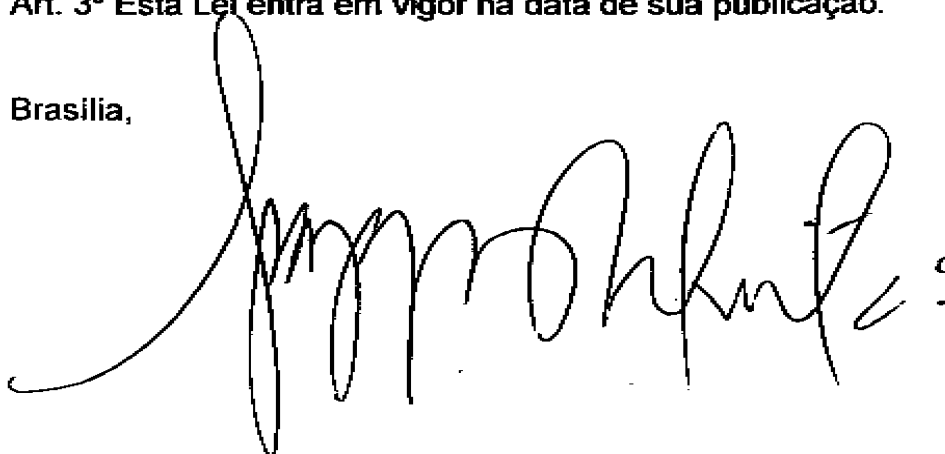
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 710.706,00 (setecentos e dez mil, setecentos e seis reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 782.000.000,00 (setecentos e oitenta e dois milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	F	M	I	F	VALOR
			S	D	O	O	B	E	
1116 Crédito Fundiário									12.000.000
ATIVIDADES									
21122	1116 2801	Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Fundo de Terras							12.000.000
21122	1116 2801 0001	Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Fundo de Terras - Nacional							12.000.000
			F	3	2	90	0	180	12.000.000
1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais									135.080
ATIVIDADES									
21127	1334 8991	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais							135.080
21127	1334 8991 0001	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Nacional							135.080
			F	4	2	90	0	300	135.080
TOTAL - GERAL									12.135.080
TOTAL - FISCAL									12.135.080

9000 Ministério do Desenvolvimento Agrário
90101 Ministério do Desenvolvimento Agrário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E P	G D	R E	O B	I N	T R	V L
									VALOR
	0351	Agricultura Familiar - PROCAF							3.000.000
		ATIVIDADES							
21.601	0351 2854	Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel							2.000.000
21.601	0351 2854 0001	Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel - Nacional							2.000.000
			P	3	2	90	0	100	2.000.000
21.127	0351 2883	Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA							1.000.000
21.127	0351 2883 0001	Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional							1.000.000
			P	3	2	90	0	100	1.000.000
1116 Crédito Fundiário									2.000.000
		PROJETOS							
21.631	1116 1545	Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural							2.000.000
21.631	1116 1545 0001	Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural - Nacional							2.000.000
			P	3	2	90	0	100	2.000.000
1334 Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais									7.000.000
		ATIVIDADES							
21.127	1334 8991	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais							7.000.000
21.127	1334 8991 0020	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Na Região Nordeste							7.000.000
			P	4	2	40	0	100	7.000.000
TOTAL - GERAL									12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000

74000 Operações Oficiais de Crédito

74101 Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR						RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	R	X	I	F	VALOR	
		S	B	P	D	U	T		
		F	D				E		
0352	Abastecimento Agroalimentar							700.000.000	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 605	0352 0300	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei n° 8.427, de 1992)						700.000.000	
20 605	0352 0300 0001	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei n° 8.427, de 1992) - Nacional						700.000.000	
		F	3	1	90	0	360	700.000.000	
	TOTAL - GERAL							700.000.000	
	TOTAL - FISCAL							700.000.000	

74000 Operações Oficiais de Crédito

74901 Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funccafé - MAPA

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR						RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	R	X	I	F	VALOR	
		S	B	P	D	U	T		
		F	D				E		
0350	Desenvolvimento da Economia Cafeeira							70.000.000	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 601	0350 0012	Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café						70.000.000	
20 601	0350 0012 0001	Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café - Nacional						70.000.000	
		F	5	0	90	0	360	70.000.000	
	TOTAL - GERAL							70.000.000	
	TOTAL - FISCAL							70.000.000	

O SR. ZONTA (PP – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma solicitação.

Que se vote o projeto para disponibilizar a palavra aos que estão inscritos, senão nós vamos ter um problema de tempo. Aí, vamos ter um prejuízo violento à nossa agricultura, na execução da política de preço mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Como ele apresentou um substitutivo, aqui nós precisamos votar o substitutivo, e não o projeto.

Então, em discussão o projeto.

O Parecer nº 84, de 2009, do Congresso Nacional, concluiu pela aprovação do projeto com apresentação do substitutivo, nos termos do substitutivo.

Em discussão o projeto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – É, substitutivo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Só para esclarecer, Sr. Presidente. A única coisa que o substitutivo faz é acrescentar R\$300 milhões a mais para o preço mínimo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Tirou de onde?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Da questão do café. Foi retirado o que não foi utilizado. Foram retirados, então, R\$300 milhões para serem utilizados no preço mínimo.

Essa é a única alteração: é acrescentando – de R\$400 milhões para R\$700 milhões.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Eu só quero saber de onde veio o dinheiro.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Do Funcafé.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – E o resto?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – O resto já estava lá.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Mas de onde?

O SR. GONZAGA PATRIOTA – Na suplementação de Ação 2130, Deputado Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Entendido?

Então, para discutir a matéria, tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia. Aliás, antes do Deputado José Carlos Aleluia... Pode ser? Porque o Deputado Carlos Melles havia pedido também a palavra e tinha

informado que iria falar na sua frente, Deputado José Carlos Aleluia. (Pausa.)

Com a palavra, então, o Deputado Carlos Melles.

O SR. CARLOS MELLES (DEM – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, talvez seja prudente eu fazer uso antes do grande Deputado José Carlos Aleluia para justificar esses créditos ou esse voto do R\$780 milhões, para que não se tenha nenhum equívoco. Primeiro, pela sua finalidade. É extremamente importante porque é para preço mínimo de garantias, para cumprir políticas de Governo – do café do milho e do arroz, produtos que vêm gerando emprego, prejuízo aos produtores, e a política do Governo, agora, vem clareando esse pecado que havia no processo agrícola. Segundo que, desse valor de R\$780 milhões, R\$400 milhões são do Funcafé, dinheiro que não é do Tesouro; é do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira, e essa complementação dos R\$380 milhões é do superávit.

Dessa forma, tanto quanto o nosso projeto anterior, o 52, que foi defendido e aprovado aqui, é fundamental para que o País possa minimamente cumprir uma política agrícola decente e justa com os produtores, e em muito especial o café, que vem ao longo de mais de seis anos, tendo os prejuízos e alimentando emprego e renda para o País, não para o produtor.

Esse é o meu voto.

Agradeço às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedemos a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado pela sua generosidade. Foi bom o Deputado Carlos Melles ter falado antes de mim. O Deputado Carlos Melles, se não é o maior especialista do Congresso na área do café, é o maior especialista que eu conheço. Deve haver outros, mas é o que eu conheço. Ele faz o trabalho dele com muita correção; defende a lavoura do café. Mas o Deputado Carlos Melles é do Democratas de Minas Gerais e também defende a correção do salário dos aposentados. De modo que quero parabenizar o Deputado Carlos Melles duplamente, pois ele está na luta do café, mas está também na luta dos aposentados.

Eu vou votar a favor do projeto do café, mas tenho de fazer um registro. Estava conversando há

pouco com o Deputado Zonta, que tem lutado muito pela questão dos aposentados. O problema na administração de dinheiro, seja numa família, seja numa empresa, seja numa prefeitura, seja na Câmara de Vereadores, seja num país, como é o Brasil, é questão de política pública: você escolhe onde vai gastar o dinheiro. Quando recebe o salário, quem recebe muito pouco não pode escolher; tem de ir direto para a sobrevivência. É o caso dos aposentados, que vão direto comprar os gêneros de primeira necessidade: comprar a alimentação – às vezes sobra dinheiro para o remédio e às vezes não sobra –, pagar a moradia... E sobra muito pouco para as outras coisas. Até para a cultura – a Senadora Ideli Salvatti passou aqui nesse instante –, nós aprovamos – e nessa reunião de Senadores também vou falar – aqui o projeto do Governo. Mandou criar o vale-cultura e esqueceu os aposentados. Só para empresas grandes, as empresas de automóveis, essas grandes empresas... As empresas de lucro presumido, que são a maioria, ele não aprovou, e nós perdemos a votação. Mas nós ganhamos a votação para criar o vale-cultura para o aposentado: R\$30,00 por mês. Fiquei surpreso e decepcionado hoje. A Senadora Ideli Salvatti fez um relatório contra a decisão da Câmara. Ela vai ser derrotada no plenário do Senado. O Senador Flexa Ribeiro é o Relator. Liguei para ele hoje, ainda não falei com ele, mas tenho a impressão de que ele vai dar parecer favorável ao vale-cultura do aposentado.

Mas isso não impede que eu continue dizendo: tem dinheiro para tudo, tem dinheiro para bacana, tem dinheiro para os bacanas, tem dinheiro para quem ganha R\$20 mil, e este Governo não economizou em sa-

lário de quem ganha muito, R\$20 mil, R\$25 mil, R\$30 mil por mês, agora o aposentado...

O Deputado Themístocles me contava ali no cochicho – é o meu representante hoje dos aposentados aqui – que ele é aposentado. O Deputado Themístocles contribuiu como advogado. Começou contribuindo com 20 salários mínimos, depois baixou para dez, há uns 20 anos baixou para dez. Sabe quanto ele ganha hoje? Não ganha três salários, não é, Deputado Themístocles? Não ganha três salários. É esta a política do PT: a pessoa se aposenta com dez salários, está ganhando menos de três. Isso é uma perversidade, isso é velhacaria. Não é velhice não, é velhacaria. É desonestidade com o aposentado.

Esta sessão deveria ser inteiramente dedicada a discutir a questão do aposentado, e eu vou subir à tribuna em todos os projetos que forem votados, para dizer: tem dinheiro para bacana, tem dinheiro para tudo, só não tem para o aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Então, está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação do substitutivo, nos termos do parecer, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 79/2009-CN
(MSGs Nº 162/2009-CN E Nº 842/2009, NA ORIGEM e Nº 296/2009-CN E
917/2009 NA ORIGEM)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 782.710.706,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 782.710.706,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dez mil, setecentos e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

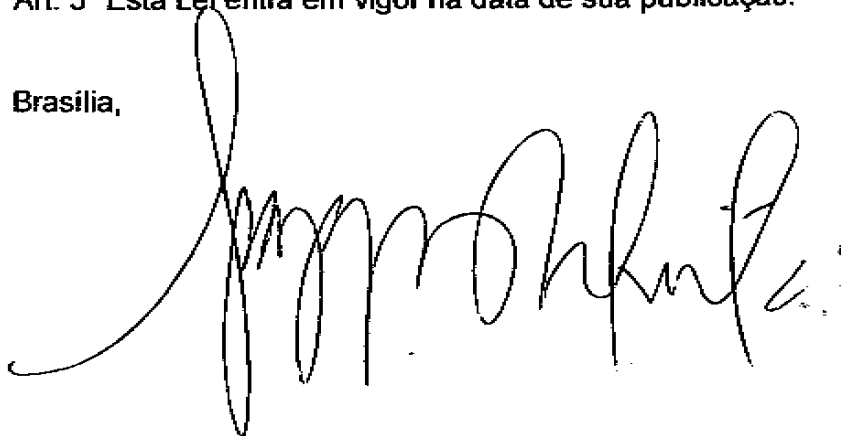
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 710.706,00 (setecentos e dez mil, setecentos e seis reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 782.000.000,00 (setecentos e oitenta e dois milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S T	C R D	E P T	R O D	I D D	F T E	VALOR
6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário							575.626
	PROJETOS							
20.605	6003 7817 Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário							575.626
20.605	6003 7817 0001 Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Nacional	F	4	2	90	0	300	575.626
	TOTAL - GERAL							575.626
	TOTAL - FISCAL							575.626

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S T	C R D	E P T	R O D	I D D	F T E	VALOR
0352	Abastecimento Agroalimentar							770.000.000
	ATIVIDADES							
20.605	0352 2130 Formação de Estoques Públicos - PGM							770.000.000
20.605	0352 2130 0001 Formação de Estoques Públicos - PGM - Nacional	F	5	0	90	0	360	770.000.000
	TOTAL - GERAL							770.000.000
	TOTAL - FISCAL							770.000.000

ÓRGÃO: 43000 Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 43101 Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S T	C R D	E P T	R O D	I D D	F T E	VALOR
1116	Crédito Fundiário							12.000.000
	ATIVIDADES							
21.122	1116 2801 Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Fundo de Terras							12.000.000
21.122	1116 2801 0001 Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Fundo de Terras - Nacional	F	3	2	90	0	100	12.000.000
1334	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais							135.000
	ATIVIDADES							
21.127	1334 8991 Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais							135.000
21.127	1334 8991 8001 Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Nacional	F	4	2	90	0	300	135.000
	TOTAL - GERAL							12.135.000
	TOTAL - FISCAL							12.135.000

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR						RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	Z	S	P	D	R	K	S	P
		P	D	D	D	D	D	D	T
									VALOR
0350	Desenvolvimento da Economia Cafeseira								70.000.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
20 601	0350 0012 Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café								70.000.000
20 601	0350 0012 0001 Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café - Nacional								70.000.000
		P	5	0	90	0	360		70.000.000
	TOTAL - GERAL								70.000.000
	TOTAL - FISCAL								70.000.000

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Antes de continuar a votação, queria comunicar às Srs e aos Srs. Deputados que, em acordo com o Presidente Michel Temer, em razão da realização da sessão do Congresso Nacional neste momento, a sessão ordinária da Câmara dos Deputados está cancelada e convocada sessão extraordinária para hoje, quarta-feira, 25 de novembro, após o final desta sessão conjunta do Congresso Nacional, com a pauta prevista para a sessão ordinária.

Então, está cancelada a sessão ordinária que estava prevista para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item 6:

PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2009 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 80, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da

Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$82.397.711,00 (oitenta e dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e onze reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas noventa emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado para proferir o parecer.

PARECER Nº 85, DE 2009 – CN

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso parecer é favorável, de acordo com o que foi apresentado no texto original. Portanto, pela rejeição das emendas.

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 85 , DE 2009 - CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 80, de 2009 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 82.397.711,00, e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Eudes Xavier

Deputado Gilmar Machado PT/MG

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 163, de 2009-CN (nº 843/2009, na origem), o Projeto de Lei nº 80, de 2009 - CN, que Abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor dos Ministérios da Educação, Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 82.397.711,00 (oitenta e dois milhões, trezentos e noventa e sete mil e setecentos e onze reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

O Art. 2º do Projeto estabelece que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de: a) superávit financeiro de recursos ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 28.230.000,00 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta mil reais); e b) anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 54.167.711,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil e setecentos e onze reais), conforme está indicado no anexo II desta Lei.

A Exposição de Motivos - E.M. nº 00270/2009/MP, de 8 de outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a abertura do crédito visa incluir novas categorias de programação no orçamento vigente dos Ministérios da Educação, Cultura e do Esporte, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$1,00		
Órgão	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	50.554.200	50.554.200
Instituto Nac. de Estudos e Pesq. Educacionais	35.000.000	35.000.000
Anísio Teixeira		
Fundação Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	15.554.200	15.554.200
Ministério da Cultura	1.913.511	1.913.511

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional		500.000
Instituto Brasileiro de Museus	500.000	
Fundo Nacional de Cultura	1.413.511	1.413.511
Ministério do Esporte	29.930.000	1.700.000
Ministério do Esporte (adm. Direta)	29.930.000	1.700.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2008 (Rec. Ordinários)		28.230.000
Total	82.397.711	82.397.711

No âmbito do Ministério da Educação o crédito permitirá a aquisição e adequação do prédio sede do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, de forma a comportar o aumento das atividades desempenhadas e de sua força de trabalho, e o fomento a estudos e pesquisas para o desenvolvimento da educação básica pela CAPES para a valorização da carreira de docente deste nível de ensino.

Para o Ministério da Cultura, o crédito possibilitará a elaboração do projeto arquitetônico, por meio de concurso público, para a construção de um setor de museus na cidade de Brasília, no Distrito Federal. Os recursos, também visam adequar emenda constante do orçamento por solicitação parlamentar, relativa ao Projeto Amapá em Cantos, o que viabilizará a realização de eventos musicais, contando com treze artista do Amapá e convidados, em cinco cidades do Estado de São Paulo, incluindo a capital.

Já os recursos que serão destinados ao Ministério do Esporte, estes atenderão as ações voltadas para a implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para segurança do torcedor. Viabilizarão, ainda, a adequação de emendas por solicitação parlamentar, visando ao atendimento de despesas com a promoção de eventos esportivos nacionais de alto rendimento, bem como, na área de esporte recreativo e de lazer, ao funcionamento de núcleos, à implantação e modernização de infraestrutura, além da promoção de eventos interdisciplinares.

Esclarece, ainda, a E.M., que, nos termos do art. 57, § 12, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 - LDO 2009), as alterações decorrentes da abertura do presente crédito não afetam a obtenção da meta do resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, conforme disposto no § 2º do art. 1º desse Decreto.

Destaca a EM., que integra o presente projeto de lei, em obediência ao art. 15, § 5º, da Lei 11.653, de 7 de abril de 2008 (PPA 2008-2011), o anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação "126V – Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor", que passa a se incorporar ao referido plano plurianual – PPA. Ressalta, ainda, que as demais programações contempladas neste crédito não implicam alteração do Plano em referência, vez que se trata de

inclusão de subtítulos de ações constantes do mesmo, e a execução das ações "128I – Elaboração do Projeto Arquitônico para Construção de um Setor de Museus em Brasília-DF e 128A – Aquisição e Adequação do Prédio – sede do INEP", restringe-se ao presente exercício.

Lida na Sessão do Congresso Nacional em 19 de outubro de 2009, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

É o Relatório.

II – EMENDAS

Ao Projeto de Lei nº 80/2009-CN foram apresentadas 90 (noventa) emendas no prazo regimental.

III - VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, **crédito especial**, uma vez que objetiva incluir novas categorias de programações no âmbito das unidades orçamentárias dos órgãos 26000 - Ministério da Educação, 42000- Ministério da Cultura e 51000 – Ministério do Esporte constantes na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008).

Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17.3.64, Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), Lei nº 11.768, de 14.8.2008(LDO-2009), e Lei nº 11.653, de 7.4.2008 (PPA 2008-2011).

Quanto às emendas de nºs 00007 a 00025, 00027 a 00038, 00040 a 00056, 00058 a 00068, 00070 a 00072, 00074 a 00086 e 00088 apresentadas ao Projeto de Lei nº 80, de 2009-CN, em que pese o nobre propósito de suas iniciativas, assim decido rejeitá-las no mérito, por considerar que o acatamento dos pleitos ensejaria redução significativa do projeto, com evidentes prejuízos às ações contidas nos programas de trabalhos do anexo do projeto, consubstanciado nos argumentos apresentados na Exposição de Motivos nº 00270/2009/MP, datada de 8 de outubro de 2009 que acompanha a proposição.

Indico as emendas de nºs 00001 a 00006, 00026, 00039, 00057, 00069, 00073, 00087, 00089 e 00090 ao Presidente da Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para serem declaradas inadmitidas, conforme demonstrativo anexo, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Desse modo, considerando que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 80, de 2009-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2009.


Deputado Eudes Xavier
Relator

DEP GILMAR MACHADO
PT/MG

Demonstrativo a que se refere o art. 146, §1º da Resolução nº 1/2006-CN

**Emendas a serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO
(art. 15, XI da Resolução nº 1/2006-CN)**

Nº	Emenda	Dotação		Motivo
		Acrescida	Cancelada	
00001	Dep. Roberto Cavalcanti	27.812.1250.2667.xxxx	27.812.1250.2667.0053	art.109, II, a, Res.1/06-CN
00002	Dep. Pedro Novais	27.812.1250.5450.0236	27.811.0181.126V.0001	art.109, III, b, Res.1/06-CN
00003	Dep. Pedro Novais	27.812.1250.5450.0234	27.811.0181.126V.0001	art.109, III, b, Res.1/06-CN
00004	Dep. Cleber Verde	12.363.1062.6380.xxxx	12.128.1448.6333.0001	art.109, I, Res.1/06-CN
00005	Dep. Cleber Verde	12.363.1062.6380.xxxx	12.128.1448.6333.0001	art.109, I, Res.1/06-CN
00006	Dep. Cleber Verde	12.364.1073.0048.xxxx	12.128.1448.6333.0001	art.109, I, Res.1/06-CN
00026	Dep. José C. Machado	27.812.1250.5450.xxxx	27.811.0181.126V.0001	art.109, III, b, Res.1/06-CN
00039	Senador Valtier Pereira	xx.xxxx.xxxx.xxxx.xxxx	27.811.0181.126V.0001	art.109, I, Res.1/06-CN
00057	Jerônimo Reis	13.392.1142.4796.0715	13.392.1142.4796.0340	art.109, II, a, Res.1/06-CN
00069	Dep. Nárcio Rodrigues	27.812.1250.5450.xxxx	27.811.0181.126V.0001	art.109, III, b, Res.1/06-CN
00073	Colbet Martins	13.391.0167.4793.xxxx	12.128.1448.6333.0001	art.109, II, a, Res.1/06-CN
00087	Alex Canziani	13.392.1142.4796.xxxx	13.392.1142.4796.0715	art.109, II, a, Res.1/06-CN
00089	Dr. Nechar	27.812.1250.5450.xxxx	27.811.0181.126V.0001	art.109, III, b, Res.1/06-CN
00090	Dep. Nelson Marquezelli	12.128.1061.0A30.xxxx	12.128.1448.6333.0001	art.109, I, Res.1/06-CN

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

O Parecer de nº 85, proferido pelo Deputado Gilmar Machado, concluiu pela aprovação do projeto, pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 6, 26, 39, 57, 69, 73, 87, 89 e 90 e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto.

Passo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia para discutir a matéria. *(Pausa.)*

O Deputado José Carlos Aleluia não quer falar. Então, vou encerrar a discussão.

Esta Presidência, hoje, está democrática, Deputado José Carlos Aleluia.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – V. Exª não está democrata, V. Exª é democrata. Só não é do Democratas. Mas é democrata.

Sr. Presidente, eu não vou votar a favor deste projeto, porque tem adoçante nele. Não sei se lembram a palavra “adoçante”. Adoçante é uma forma de agradar os membros da Comissão de Orçamento. Fizeram uma mercadoria, botaram verba para tudo. Imaginem o Congresso, eu não vou pedir verificação porque não tenho

poderes para isso, individualmente não tenho; senão pediria. Pediria, se estivesse na Liderança pediria, porque tem dinheiro para festa. Ora, não tem dinheiro para aposentado e tem dinheiro para festa? Vamos aproveitar e aprovar dinheiro para festa? Tem dinheiro para tudo: projetos especiais para Municípios... Como é que se pode botar dinheiro para um Município num crédito complementar no meio do Orçamento? Isso é irritante! É irritante! Eu estava falando calmo, mas agora estou irritado. Eu quero dizer ao meu Líder que eu divirjo dele por votar isto. Isto é uma afronta aos Deputados que não são da Comissão de Orçamento. É uma agressão, é uma agressão votar projeto para agradar quem está na Comissão para poder ajudar a aprovar. Isso é uma ofensa aos Deputados, é uma ofensa aos Senadores. E não posso concordar com isso. A Resolução nº 1 não estabelece isso, Sr. Presidente. Peço a V. Exª que tire, de ofício, este projeto, porque ele atenta contra a transparência. Nós estamos fazendo uma reunião do Congresso Nacional e não pode ser aprovar emenda de Município; os Deputados já têm verba para isso, cada um. Eu que fui o Relator da Resolução nº 1, estabeleci que cada Deputado tinha, no começo, R\$6 mil. E agora cada Deputado tem R\$12 milhões para fazer emenda de Município. Não pode o Congresso

Nacional se reunir aqui para aprovar emenda de Município. Isso é irritante! Isso é uma agressão ao meu mandato! Isso é motivo para se fazer uma investigação. Vou pedir uma investigação sobre isso. Está errado, é absurdo, não é possível que nós estejamos reunidos para aprovar isso. Peço ao Líder do PSDB que leia isto. Porque quem não pedir verificação está assumindo a corresponsabilidade por este projeto.

Vamos tirá-lo de pauta. Vamos tirá-lo de pauta. Nós não podemos aprovar essa coisa. Isto é uma coisa. Quem vai para a Comissão de Orçamento vai representando os companheiros, não vai representando a si. A Resolução nº 1, inclusive, estabelece rodízio para isto.

Enquanto não há dinheiro para o aposentado, está se aprovando dinheiro para festa. Festa! Festa! Dinheiro para obra municipal pequena. Isso é para agradar a Comissão e a Comissão aprovar tudo que o Governo queira. Eu vou para dentro da Comissão. Eu não vou aceitar isso. Vou gritar aqui. Vou gastar a minha voz. Vou me irritar. Vou exercer o meu mandato. Vou representar o povo da Bahia, não vou aceitar que se viole, que se viole o Orçamento como se violentou.

Depois vão ter que investigar o que está acontecendo. Deputado usando o poder de ser da Comissão de Orçamento para angariar votos e tomar dos outros. Isso é inaceitável! Isso é uma agressão ao mandato dos que não são membros, Deputado Gilmar Machado. Eu sei que V. Exª não tem culpa. V. Exª tem que ceder como representante do Governo, mas isso cai mal também para o Governo. O Governo não pode ceder a isso. Foi por isso que deu problema no passado aqui. O Governo vai cedendo, cedendo e acontece isso. Esse projeto atenta contra a transparência das coisas na Comissão de Orçamento e no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O Relator quer fazer uso da palavra?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecimentos.

O Relator não aceitou nenhuma emenda, Deputado José Carlos Aleluia. Isso aqui não foi votado na Comissão, porque venceu o prazo e ele veio direto para o plenário.

Segunda questão, Deputado José Carlos Aleluia, aqui está muito claro. Isso já veio do Poder Executivo, do Ministério do Esporte para atender... Isso porque tem parlamentar que apresenta, às vezes, uma emenda de R\$300 mil de um parlamentar e que consta do Orçamento e ela não poderia ser executada. Então o Ministério pediu uma transformação. Isso é do Ministério. Não é de nenhum parlamentar individualmente. Então isso aqui acontece não só nesse caso, mas em

vários casos. Então está aqui: promoção de eventos esportivos nacionais de alto rendimento. Tirou-se da emenda desse parlamentar e passou por esse processo. Então não tem festa, não tem nada fora daquilo que consta do Orçamento.

Então, estamos muito tranquilos, porque isso faz parte do esporte de alto rendimento no Brasil. Não há coisa alguma aqui fora da normalidade ou da realidade.

Deputado José Carlos Aleluia, cuidado com algumas informações que os assessores lhe passam! Infelizmente, alguns assessores, precipitadamente, deram informação equivocada a V. Exª, o que, obviamente, fez com que V. Exª cometesse um equívoco aqui, dizendo que houve festa ou que estamos acolhendo alguma emenda. Não há emenda. Isto é da parte orçamentária, veio do próprio Ministério do Esporte. Ela faz parte da parte orçamentária. Apenas se faz uma adaptação da emenda de um parlamentar, como já fizemos aqui em outros casos, como vamos fazer aqui na semana que vem, no caso do Tocantins e de outros Estados, como sempre ocorreu.

Então, eu queria deixar todos tranquilos, para podermos votar esse projeto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, está cancelando emenda no Município de Gandu, que represento. Por que está cancelando emenda de Gandu? Represento Gandu, na Bahia. Está tirando dinheiro do Município de Gandu com a autorização de quem? Foi a Prefeita que pediu isso?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Se V. Exª permite, Deputado José Carlos Aleluia, há outros oradores inscritos para discutir a matéria, entre eles o Deputado Claudio Cajado, que já está na posse da palavra.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, espero que os colegas, inclusive do Partido, possam estudar os assuntos que chegam a plenário, para não falarem bobagem. Como membro dos Democratas e coordenador na Comissão de Orçamento, não aceito que um companheiro faça jogo de palavra, colocando todos no mesmo ralo! Falo por mim, não falo pelos demais membros, mas tenho certeza de que todos estão indignados.

Essa emenda, se é que é emenda... Não houve emenda, Sr. Deputado Aleluia! Houve um projeto vindo do próprio Poder Executivo, que não foi emendado. V. Exª deveria apresentar uma emenda ao projeto de lei para poder discutir esse assunto paroquial neste plenário da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional. V. Exª teve oportunidade de apresentar uma emenda,

repondo a emenda individual que veio do Executivo. Se V. Ex^a não o fez, perdeu o prazo, mas não venha aqui macular a imagem de quem quer que seja! Não aceito suas palavras, eu as repudio publicamente! V. Ex^a não foi leal com seu companheiro, nem com nenhum de nós neste plenário! Não houve emenda alguma, para que se pudesse dizer que esse projeto não pudesse ser aprovado! Quem o pautou fui eu, junto com os demais Líderes da Oposição, Deputado Narcio Rodrigues e Deputado Humberto Souto. Não aceito de V. Ex^a, nem de ninguém, que assaque contra minha honra! V. Ex^a deve se retratar, porque senão, a partir de agora, não dirigirei mais a palavra a V. Ex^a!

Muito obrigado.

O encaminhamento que faço é pela aprovação do Projeto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado Otavio Leite tem a palavra para...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou alimentar polêmica. Quero apenas dizer que não me vou retratar. Não fiz referência ao Deputado Claudio Cajado. Se o Deputado se sentiu ofendido, esse é problema dele. Fiz referência ao projeto. Represento o Município de Gandu, na Bahia, e não aceito a forma como estão acontecendo as coisas na Comissão de Orçamento. Não é um protesto contra o Deputado Cajado, é um protesto contra a forma como a Comissão de Orçamento está tratando os Deputados que não são seus membros. Mantenho tudo o que disse.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, exijo que o Deputado Aleluia diga o nome do Deputado que coloca sob suspeição na Comissão de Orçamento.

V. Ex^a, Deputado Aleluia, não pode colocar todos no mesmo nível. Se V. Ex^a não me acusou, diga quem acusou, porque não quero carapuça, mas não aceito denúncias aleatórias. Não as aceito!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Claudio Cajado e Deputado José Carlos Aleluia, não vamos permitir, aqui, que haja bate-boca no plenário sobre esse tema, desrespeitando as inscrições dos Srs. Parlamentares.

Está inscrito aqui o Deputado Otavio Leite, que tem a palavra.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Deputados, eu gostaria de trazer alguns elementos sobre essa matéria que me parecem importantes e que devem ser examinados e refletidos por todos nós.

Eu pediria a atenção dos colegas.

Esta sessão se presta a examinar seis matérias, entre as 57 matérias que estão pendentes de apreciação, que são créditos que perfazem o total de R\$34 bilhões. Estamos no limiar da conclusão do exercício fiscal, e tudo indica que, sendo aprovadas essas matérias, o Governo terá, no próximo ano, a dotação de R\$34 bilhões livre de amarras.

Há créditos que se justificam por que atendem a demandas emergenciais, e nós, com a responsabilidade de examinar a matéria independentemente de sermos oposição, avaliaremos quais merecem ou não ser tratadas no plenário com urgência.

Lembro que existem 57 matérias, e foram colocadas apenas seis matérias. Quanto a essa matéria em especial, fiz questão de me inscrever para, em primeiro lugar, trazer ao conhecimento uma preocupação e compartilhá-la com os colegas, já que me parece muito relevante, independentemente desse aspecto que foi suscitado em relação à eventual emenda, que acho que já foi absolutamente esclarecido. Não há emenda oblíqua ou jogada por uma mecânica qualquer para tentar ludibriar Deputados ou colocar algum tipo de jabuti ou coisa diferente na matéria.

Esses R\$300 mil já foram esclarecidos pelo Deputado Gilmar Mendes, que exerce a Liderança do Governo na Casa. O relevante nessa matéria é, sim, a dotação prevista de R\$29 milhões para implantação e controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol, que não se cinge tão-somente aos R\$29 milhões. Há uma previsão de também se incorporar ao PPA outros R\$51 milhões para 2010, que também haverão de ser gastos com essa finalidade.

Não faz muito tempo, a imprensa noticiou um programa do Ministério dos Esportes que pretende implantar a carteirinha do torcedor ou algo similar para tentar conter a violência. Ora, evidentemente, todos somos a favor de iniciativas que contenham a violência nos estádios, mas a disciplina sobre a proposta em si não foi sequer sugerida. Aqui, está por se tratar de uma proposta de autorização de gasto, sem se saber concretamente onde eles serão gastos. Estarão apresentados de forma muito subjetiva, muito genérica.

Com toda sinceridade, eminente Deputado Gilmar Machado, essa matéria fez parte de um acordo, sim, mas penso que há razões suficientes para ponderar a V. Ex^a que retiremos essa matéria da pauta, porque ela requer um exame melhor, requer que o Ministério dos Esportes esclareça melhor essa questão. Vão ser gastos R\$80 milhões no Brasil para organizar as tor-

cidas, para que cada um tenha uma carteira. Qual é a mecânica, qual é o *modus faciendi* concreto que isso pode ter como perspectiva de êxito? Sabemos que é uma questão complexa. Quem sabe possam ser gastos esses R\$80 milhões em equipamentos nos estádios para monitorá-los, etc! Mas o assunto da carteirinha de torcedor é um tema que já foi debatido e que, pelo que parece, não obteve a concordância e a anuência das torcidas como um todo. Faz-se necessário debatê-lo melhor.

Então, eu queria trazer essa ponderação, porque considero que essa dotação é muito elevada. Além dela, há uma previsão para o PPA, e não há esclarecimentos. Pode até ser que venhamos a ser convencidos da utilidade, da urgência, da necessidade dessa matéria, mas, como ela está, aleatoriamente, de forma absolutamente superficial, não acho adequado aprová-la.

Queremos, desde já, registrar nosso voto contrário, mas queremos fazer, sim, um apelo ao entendimento, ao bom senso, à sensatez, para que possamos, sim, ao longo desta semana, ouvir o Ministério dos Esportes e para que, quem sabe, votemos essa matéria depois, se esclarecidas as questões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Otavio Leite.

Está inscrito o Deputado Silvio Torres. Depois, falará o Deputado Jilmar Tatto, e vamos à votação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Otavio Leite chamou a atenção para aquilo que é importante nessa questão, nessa emenda. Não se trata das emendas, sejam elas acordadas ou não, que representam muito pouco, mas são R\$29 milhões, praticamente em duas linhas, destinados a ações voltadas para controle de acesso de torcedores aos estádios. O que há por trás disso? Um cadastramento dos torcedores brasileiros que queiram frequentar os estádios.

Diante da inoperância e da incapacidade das autoridades, sejam esportivas, sejam policiais, de evitar os problemas que vêm ocorrendo com os torcedores no Brasil – pessoas morrem ou saem feridas dos estádios, e há o fato de que os torcedores estão fugindo dos estádios por absoluta falta de segurança –, o Governo resolveu inventar, e inventou, por meio do projeto de lei que remeteu para esta Casa, o Cadastro Nacional do Torcedor. Essa invenção foi tão esdrúxula que mereceu o repúdio geral da sociedade, dos meios de comunicação, do Congresso Nacional, a ponto de o Governo retirar do seu projeto a ideia de cadastrar os torcedores. E parecia que o assunto estava resolvido quando se incluiu, numa votação de suplementação,

uma ação de gasto de R\$30 milhões para esse fim e, mais do que isso, outros R\$51 milhões para o ano que vem. É um verdadeiro absurdo! Não há acordo que possa sustentar uma decisão dessa natureza.

Quero falar tanto para os membros do meu Partido quanto para os de outros partidos que não temos o direito de autorizar R\$80 milhões para alguma coisa que não é sequer explicada como será feita e, o que é pior, para alguma coisa que já está, de antemão, rejeitada pela sociedade brasileira, especialmente por quem frequenta estádios de futebol. O absurdo, Sr. Presidente, dessa proposta é que qualquer torcedor que queira assistir ao jogo do seu time, mas que não tenha tido o cuidado ou a obrigação de se cadastrar em qualquer lugar – não sei onde o Governo pensa em cadastrar torcedores – não poderá ir ao estádio.

Se ele resolver, de uma hora para outra, assistir a um jogo de futebol, não poderá ir, porque esqueceu o cadastro ou porque não tem o cadastro. E, assim como ele, isso ocorrerá com sua família ou com um turista que venha de qualquer lugar.

Então, é um projeto sem nenhum cabimento e que me parece que está sendo costurado através de um acordo. Eu não sei ainda qual será a decisão sobre ele.

Eu quero pedir a meu Líder, ao Líder de nosso Partido, ao Líder da Oposição aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, que não prospere essa votação; que faça o que for preciso, inclusive quebrar um acordo que não se justifica. Não há acordo que, eticamente, justifique ações que contrariem a normalidade, que contrariem a lógica e – pior – contrariem a vontade do povo brasileiro.

Por isso, Deputado Otávio Leite, eu quero pedir, em nome de nosso Partido, o PSDB, e em meu nome, como alguém que acompanha as questões do esporte neste País, que não aceite a votação desse projeto. Poderemos fazer, como V. Ex^a propõe, um acordo para que haja uma discussão mais tarde, para que fique clara a intenção do Governo, porque isso não está claro. E, talvez, em uma futura votação, nós encaminharemos para alguma solução. Hoje, Deputado Otávio Leite, não há condições de sustentar esse tipo de acordo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Está encerrada a discussão.

Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Vamos votar, Sr. Presidente. O que está acontecendo aqui é um acordo. Vamos cumpri-lo. A Liderança do PT participou do acordo, vamos cumpri-lo e votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS)

– Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que são favoráveis à matéria queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2009-CN (MENSAGEM Nº 163, DE 2009-CN) (nº 843/2009, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 82.397.711,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global R\$ 82.397.711,00 (oitenta e dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e onze reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 28.230.000,00 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta mil reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 54.167.711,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e onze reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar a alteração constante do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1448 QUALIDADE NA ESCOLA								05.554.200
		ATIVIDADES						
12 128	1448 6333	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA						15.554.200
12 128	1448 6333 0001	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL						15.554.200
			F	3	2	90	0	112
TOTAL - FISCAL								15.554.200
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								15.554.200

ORÇAO : 42008 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42287 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0171 MUSEU MEMORIA E CIDADANIA									500.000
		PROJETOS							
13.391	0171.1281	ELABORACAO DE PROJETO ARQUITETONICO PARA CONSTRUCAO DE UM SETOR DE MUSEUS EM BRASILIA (DF)							500.000
13.391	0171.1281.0001	ELABORACAO DE PROJETO ARQUITETONICO PARA CONSTRUCAO DE UM SETOR DE MUSEUS EM BRASILIA (DF) - NACIONAL							500.000
		PROJETO ELABORADO (UNIDADE) 500000	F	3	2	90	0	250	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ORÇAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
1142 ENGENHO DAS ARTES									1.413.511
		ATIVIDADES							
13.392	1142.4796	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA							1.413.511
13.392	1142.4796.0715	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE, SERVICOS E REALIZACAO DE EVENTOS							1.413.511
			F	3	2	30	0	100	1.214.058
			F	4	2	30	0	100	199.453
TOTAL - FISCAL									1.413.511
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.413.511

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I N D	F I C	V L E	VALOR
0184 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CANFEADO									26.530.800
		PROJETOS							
27 810	0184 126V	IMPLANTACAO DE CONTROLE DE ACESSO E MONITORAMENTO NOS ESTADIOS DE FUTEBOL PARA SEGURANCA DO TORCEDOR.							26.136.800
27 811	0184 126V-0001	IMPLANTACAO DE CONTROLE DE ACESSO E MONITORAMENTO NOS ESTADIOS DE FUTEBOL PARA SEGURANCA DO TORCEDOR - NACIONAL							26.730.800
		INSTALACAO ESPORTIVA COM CONTROLE E MONITORAMENTO (UNIDADE) 7	F	3	2	90	0	380	10.270.000
			F	4	2	90	0	380	17.960.800
		ATIVIDADES							
27 811	0184 2508	PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS NACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO							300.000
27 811	0184 2500 0015	PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS NACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO - NO ESTADO DE SAO PAULO							300.000
			F	3	2	50	0	100	300.000
0258 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									1.488.800
		ATIVIDADES							
27 812	0258 2667	FUNCONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							550.800
27 812	0258 2667 0053	FUNCONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO DISTRITO FEDERAL							400.800
			F	3	1	50	0	100	400.800
27 812	0258 2667 0231	FUNCONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTASIA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							200.800
			F	3	2	50	0	180	190.800
			F	4	2	50	0	180	88.880
27 812	0258 2667 0233	FUNCONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - CENTRO DE EDUCACAO POPULAR DE SAO SEBASTIAO - NO DISTRITO FEDERAL							150.800
			F	3	2	50	0	180	150.000
27 812	0258 2667 0241	FUNCONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE APUCARANA - PR							100.000
			F	3	2	50	0	800	180.000
		PROJETOS							
27 812	0258 5430	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							751.800
27 812	0258 5430 5793	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO MUNICIPIO DE NOVA IRIA - BA							150.000
			F	4	2	40	0	700	150.000
27 812	0258 5430 5795	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - EM MUNICIPIOS - NO ESTADO DE GOIAS							600.000
			F	4	2	40	0	800	600.000
		ATIVIDADES							
27 812	0258 8473	PROMOCAO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER							300.000
27 812	0258 8473 0052	PROMOCAO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER - NO ESTADO DE GOIAS							100.000
			F	3	2	50	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									29.930.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.930.800

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESN	GR	MOD	U	FTE	VALOR
		1142 ENGENHO DAS ARTES						1.413.511
		ATIVIDADES						
13 392	1142 4796	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA						1.413.511
13 392	1142 4796 0310	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE E SERVICOS - NO ESTADO DO AMAPA	F	3	2	30	0	100
			F	4	2	30	0	100
		TOTAL - FISCAL						1.413.511
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						1.413.511

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	GR P	M O D	I U	F T E	VALOR
0250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE								1.700.000
		ATIVIDADES						
27 812	1250 2667	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER						1.488.000
27 812	1250 2667 0035	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	3	2	50	0 100	300.000
27 812	1250 2667 0042	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	3	2	40	0 100	200.000
27 812	1250 2667 0052	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO ESTADO DE GOIAS	F	4	2	40	0 100	600.000
27 812	1250 2667 0168	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - APAE CAMPO MOURAO - PR	F	4	2	50	0 100	180.000
27 812	1250 2667 0198	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - PROJETOS DO GRUPO DE APOIO CIVICO SOCIAL DESBRAVADORES DE BRASILIA - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	2	50	0 100	100.000
		PROJETOS						
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER						300.000
27 812	1250 5450 1036	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - CENTRO DE EDUCACAO POPULAR DE SAO SEBASTIAO - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	2	30	0 100	150.000
27 812	1250 5450 1216	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - GANDU - BA	F	4	2	30	0 100	150.000
TOTAL - FISCAL								1.700.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.700.000

Plano Plurianual 2003-2011

Atos do Poder Executivo – Finais

Objetivo de Governo

Objetivo Setorial

Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

Fortalecer o esporte de alto rendimento, elevando o nível esportivo do país

Valores em R\$ 1,00

Programa	0181 Brasil ao Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	Órgão Responsável	Ministério do Esporte (ME)
Objetivo	Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de alto rendimento brasileiro		
Público-Alvo	Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento		

AÇÃO DA ESFERA FISCAL

Projeto	Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico
							2008200920102011
128V	Implantação do Torneio	Inclusão oportuna com controle e monitoramento (Unidade)	09/200912/2010	ME	86.000,000	Nacional	20.130.00051.770.000
							28

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, quero registrar o nosso voto contrário a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, está registrado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu vou pedir que o Líder Gilmar Machado, que foi Relator dessa matéria, apresente à Mesa, a V. Ex^a, e dê conhecimento ao Plenário que esse projeto foi de autoria do Executivo, através de ofício dos Parlamentares que solicitaram, em suas emendas Individuais, a mudança incluída no texto do projeto original do Poder Executivo. Peço isso para que não pare dúvida de que tenha havido modificação aqui no Congresso Nacional e que isso poderia beneficiar ou beneficiária, como ficou em tese, algum membro da Comissão de Orçamento ou alguém que fez a emenda, que nem emenda houve.

Portanto, eu exijo que V. Ex^a, Deputado Gilmar Machado, apresente à Mesa e dê conhecimento à Casa disso que eu acabei de relatar.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Senador Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Só quero deixar registrado que nós vamos entregar não só a V. Ex^a, mas a todos os Líderes aqui, porque isso é autorizado pelo Ministério do Planejamento, mas nenhum Ministério – do Esporte, da Cultura, como tem aqui – aceita modificação de nenhum Parlamentar do Município para o outro ou de um programa para outro que não tenha o ofício do Parla-

mentar. Então nós vamos entregar a V. Ex^a os ofícios do Município da Bahia, do Município de São Paulo e do Distrito Federal que foram alterados por solicitação dos Parlamentares.

Então, com ofício dele dirigido ao Ministério, que foi ao Ministério do Planejamento e, portanto, entrou no crédito. Não teve alteração aqui na Casa, nenhuma emenda foi aceita. Tudo isso já veio, como é comum em todos os casos. Todas as emendas que o Ministério faz cancelamento é com autorização expressa do Parlamentar e é feita em cima de emendas individuais.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item 7:

PROJETO DE LEI Nº 51, DE 2009 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 51, de 2009 – CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$10.000.000, 00 (dez milhões de reais) para os fins que especifica e dá outras providências.*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado para proferir o parecer.

PARECER Nº 86, DE 2009 – CN

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao texto original sem emendas.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº , DE 2009

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 51, de 2009-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências*”.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I. RELATÓRIO**1.1 HISTÓRICO**

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 120, de 2009-CN (nº 693/2009, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 51, de 2009-CN (PLN 51/2009), que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências*”, conforme a seguir discriminado:

PLN 51/2009		Valores em R\$ 100
DISCRIMINAÇÃO	APLICAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	10.000.000	
- Comando da Aeronáutica	10.000.000	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários		10.000.000
TOTAL	10.000.000	10.000.000

O crédito tem por objetivo consignar dotação na Lei Orçamentária de 2009 (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008) para nova programação considerada prioritária para execução no corrente exercício pelo Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, incluída no Programa 0627 – Tecnologia de Uso Aeroespacial, relacionada ao desenvolvimento da seguinte programação:

“05 572 0627 125G 0001 – Desenvolvimento do Turboélice TH 1000 – Nacional”

O valor do crédito – R\$ 10.000.000,00 – corresponde aos recursos necessários à execução da primeira fase do projeto de concepção, desenvolvimento, fabricação e certificação do Turbogenerador TH 1000, conforme informa, em detalhe, a Exposição de Motivos nº 00185/2009/MP, de 17 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão que acompanha o PLN em exame.

Informa a referida EM nº 00185/2009/MP que o crédito visa a atender solicitação formalizada pelo Ministério da Defesa e viabilizar-se-á à conta de superávit financeiro de Recursos Ordinários, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, para o que apresenta demonstrativo com detalhamento da origem dos recursos.

Em atenção ao disposto no art. 57, § 12, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 – LDO/2009), esclarece a EM nº 00185/2009/MP as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de superávit primário fixada para o corrente exercício, uma vez que “...as respectivas despesas serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009”.

Destaca, por último, a EM nº 00185/2009/MP que, em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008-2011, integra o Projeto de Lei anexo específico com as informações sobre a projeção plurianual para o período 2009-2011 e os atributos da Ação “125G – Desenvolvimento do Turboélice TH 1000”, que se incorporam ao PPA 2008-2011.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLN nº 51/2009.

1.2 ANÁLISE

O Projeto de Lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, que explicita serem os créditos especiais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica (art. 41, II).

Mostra-se também adequado ao disposto no art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320/1964, que considera como passíveis de serem utilizados para a abertura de créditos especiais os recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Da mesma forma, se verifica a conformidade da Proposição em exame em relação aos parâmetros e critérios estabelecidos no art. 57 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 (Lei nº 11.768/2008), assim como as diretrizes constantes do Plano Plurianual 2008-2011, especificamente ao disposto no art. 15, § 5º.

Cabe ressaltar que o Projeto de Lei atende a solicitação formulada pelo Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, com o objetivo de implementar projeto que visa à capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, consistente na concepção, desenvolvimento, fabricação e certificação do Turboreator TH 1000. Os turboreatores são motores turbopropulsores de largo espectro de aplicação, utilizados tanto em aviões, como motores turboélice, quanto na geração de energia elétrica e em outras atividades. No presente caso, a utilização para a geração de energia elétrica desponta como o objetivo preponderante e mais imediato, tendo em vista o atendimento das necessidades de organizações militares situadas em regiões distantes, a exemplo da Amazônia.

Destarte, forçoso é concluir-se pelo caráter meritório do PLN 51/2009, vez que ele visa adequar o orçamento do Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, possibilitando condições para o regular desenvolvimento de projeto da mais alta relevância, não só para o Ministério da Defesa, mas para a indústria brasileira.

2. VOTO

Em razão de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 51, de 2009-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Senador **CÍCERO LUCENA**

Relator

BEV CILMAR MACHADO
PT/MG

Senador **ALMEIDA LIMA**

Presidente

É o seguinte o projeto aprovado:

ANEXO I				CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000.000,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO	SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR	
				S	R	O	N	D		
0427 TECNOLOGIA DE USO AEROSPAIAL									18.086.000	
		PROJETOS								
05 572	0427 125G	DESENVOLVIMENTO DO TURBOELICE TH 1000							18.086.000	
05 572	0427 125G 0001	DESENVOLVIMENTO DO TURBOELICE TH 1000 - NACIONAL							10.000.000	
		TURBOELICE DESENVOLVIDO (% DE EXECUCAO FISICA)		F	4	2	00	0	300	
		9							10.000.000	
TOTAL - FISCAL									10.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									10.000.000	

Plano Plurianual 2009-2011

Ação II – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana

Objetivo Setorial

Contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico para a defesa nacional

Programa		0637 Tecnologia de Uso Aeroespacial		Órgão Responsável		Ministério da Defesa (MD)	
Objetivo		Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Brasileira					
Público-Alvo		Nação Brasileira					
AÇÃO DA ESFERA FISCAL							
Projeto							
Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financiamento/Ano
135C	Desenvolvimento de Turbodiesel TH 1000	Turbodiesel Desenvolvido (M de execução física)	09/2009 07/2013	MD	117.100.000 150	RJ São Paulo Mto	2008 2009 2010 2011
							31.230.000 46.000.000 18.400.000 9 26 34

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Antes de encerrar esta sessão do Congresso Nacional, quero avisar às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares da Câmara dos Deputados que daremos início à sessão extraordinária da Câmara dos Deputados às 14 horas e 45 minutos.

Então, repetindo: teremos uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados com a pauta que estava prevista para a sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Está encerrada esta sessão do Congresso Nacional.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 28 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

(Sessão Conjunta)

ATA DA 24ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2009

(Publicada no Diário do Congresso Nacional nº 22, de 22 de outubro de 2009)

RETIFICAÇÃO

No final da página 03359, por omissão gráfica, inserir a página 5 do original encaminhado para publicação, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2009:

fundações municipais relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 31 de janeiro de 2009, após a aplicação do art. 103-A, em:

I – 120 (cento e vinte) até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas, se relativos às contribuições sociais de que trata a alínea a do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redução de 100% (cem por cento) das multas moratórias e as de ofício, e, também, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora; e/ou

II – 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, se relativos às contribuições sociais de que trata a alínea c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às passíveis de retenção na fonte, de desconto de terceiros ou de sub-rogação, com redução de 100% (cem por cen-

to) das multas moratórias e as de ofício, e, também, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora.

§ 1º. Os débitos referidos no caput são aqueles originários de contribuições sociais e correspondentes obrigações acessórias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que, em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de

CONGRESSO NACIONAL

(Sessão Conjunta)

ATA DA 26ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2009

(Publicada no Diário do Congresso Nacional nº 24, de 30 de outubro de 2009)

RETIFICAÇÃO

Às páginas 04207 a 04210, republique-se na íntegra, por parcial omissão gráfica, o Parecer nº 52, de 2009-CN:

PARECER Nº 52, DE 2009-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 37/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 415, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado na Secretaria do Tesouro Nacional e em outros órgãos e entidades com o objetivo de apurar o montante e a composição da dívida pública federal, bem como o fluxo de incorporação de ativos e passivos no demonstrativo da dívida consolidada do Relatório de Gestão Fiscal, entre o segundo e terceiro quadrimestre de 2005, (TC 018.988/2005-0)”.

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

I – Relatório

I.1 – Introdução

Vem a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Aviso nº 37/2007-CN (Aviso nº 330-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC nº 018.988/2005-0, examinado pelo Plenário do TCU na

Sessão Ordinária de 21-3-2007, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram a deliberação.

I.2 – Análise da Matéria

Cuidam os autos (Processo nº TC 018.988/2005-0) de autoria realizada na Secretaria do Tesouro Nacional e em outros órgãos e entidades com o objetivo de apurar o montante e a composição da dívida pública federal, bem como o fluxo de incorporação de ativos e passivos no demonstrativo da dívida consolidada do Relatório de Gestão Fiscal, entre o segundo e terceiro quadrimestre de 2005.

Os trabalhos de auditoria envolvem a realização de pesquisas no Ministério da Fazenda, da Educação, da Integração Nacional, do Trabalho e Emprego, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Previdência Social, do Banco do Nordeste do Brasil e do BNDES. Foram examinadas as documentações relacionadas ao assunto, tais como prestações de contas, relatórios de administração e balanços dos órgãos envolvidos e relatórios conjuntos sobre a dívida pública da Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, acordam em:

“9.1. determinar ao Ministro da Fazenda que, a partir da publicação do presente Acórdão e, em atendimento ao inciso V, do art. 52 e ao § 1º do art. 60 da Constituição Federal que estabelece rito de autorização de matéria de competência privativa do Senado Federal,

não assine contrato de remissão total ou parcial de crédito da União sem dispor de autorização específica do Senado Federal;

9.2 determinar ao Ministério da Integração Nacional que, em 60 dias a partir da publicação do presente Acórdão, em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1994, aos incisos I, III e § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2009, ao art. 11, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001, faça a correção dos registros dos Fundos de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste no Sistema Integrado de Administração Financeira, cotejando-os com os valores públicos no quadro demonstrativo da dívida líquida;

9.3. determinar ao Ministério da Educação que, em 60 dias a partir da publicação do presente Acórdão, em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1994, aos incisos I, III, § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2009, ao art. 11, da Lei nº 11.180, de 6 de fevereiro de 2001, à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001, faça a correção dos registros do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, no Sistema Integrado de Administração Financeira, cotejando-os com os valores publicados no quadro demonstrativo da dívida líquida;

9.4 determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego que, em 60 dias a partir da publicação do presente Acórdão, em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1994, aos incisos I, III, § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2009, ao art. 11, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001, faça as correções nos registros do Siafi, relativas aos ativos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, em cotejo com os valores do relatório de gestão fiscal e dos relatórios de administração que acompanham o balanço dos bancos operadores do FAT;

9.5. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional/MF que, em 60 dias a partir da publicação do presente Acórdão.

9.5.1. em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

aos incisos I, III e § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ao art. 11, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001, faça a correção das diferenças apontadas no relatório e seus anexos para os passivos e ativos do quadro demonstrativo da dívida consolidada, cotejando-os com os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira;

9.5.2. em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, aos incisos I, III e § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ao art. 11, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001, registre o passivo referente à Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e o ativo relacionado à equalização da dívida agrícola, decorrente da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 e Resolução Bacen nº 2.238 de 31 de janeiro de 2006;

9.5.3. em decorrência dos princípios contábeis da prudência e da oportunidade nos termos da Resolução C FC nº 750/1993, e de recomendação 9.1.4.4.2.4, exarada no Acórdão 1800/2003 – Plenário de “contabilizar provisões relativas a créditos de difícil recebimento”, faça provisão para créditos de liquidação duvidosa compatível com o valor dos ativos que administra e segregue a provisão por item do ativo;

9.6. determinar às setoriais contábeis das unidades responsáveis pela dívida contratual externa, constantes do Apêndice III ao processo, que façam a atualização dos valores em 60 dias a partir da publicação do presente Acórdão, em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, aos incisos I, III e § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ao art. 11, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001;

9.7. determinar ao INSS que, em 30 dias, proceda ao lançamento contábil da dívida com a rede bancária no Siafi, em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, aos incisos I, III e § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ao art. 11, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de

2001, à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001;

9.8. encaminhar o Acórdão, bem como o relatório e voto que o fundamentam, aos Ministérios da Fazenda, da Educação, da Integração Nacional, da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, assim como à Secretaria do Tesouro Nacional e às demais setoriais de contabilidade envolvidas com o registro e controle dos passivos e ativos do RGF, descritas no Apêndice IV do processo, para conhecimento das determinações, e à Secretaria Federal de Controle Interno para acompanhamento do cumprimento das determinações e respectivo envio de informações, no prazo de 90 dias a partir da publicação do Acórdão, ao Tribunal de Contas da União.

9.9. encaminhar o Acórdão, bem como o relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para conhecimento.”

II – Voto do Relator

As informações foram enviadas ao Congresso Nacional para conhecimento e não demandam, em princípio, nenhuma providência desta Casa.

Em face do exposto, concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria e o processado seja enviado ao Arquivo.

Sala da Comissão, de de 2009. – Senador **Sérgio Guerra**, Relator – Senador **Almeida Lima**, Presidente.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2009, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **OTAVIO LEITE**, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador **Sérgio Guerra**), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso nº 37/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 415, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado na Secretaria do Tesouro Nacional e em outros órgãos e entidades com o objetivo de apurar o montante e a composição da dívida pública federal, bem como o fluxo de incorporação de ativos e passivos no demonstrativo da dívida consolidada do Relatório de Gestão Fiscal, entre o segundo e terceiro quadrimestre de 2005. (TC 018.988/2005-0)”.

Compareceram os Senhores Senadores **Almeida Lima**, Presidente, **Jayme Campos**, Segundo Vice-Presidente, **Augusto Botelho**, **Cícero Lucena**, **Efraim Morais**, **Francisco Dornelles**, **João Ribeiro**, **João Vicente Claudino**, **José Nery**, **Leomar Quintanilha**, **Roberto Cavalcanti**, **Romero Jucá** e **Sérgio Zambiasi**; e os Senhores Deputados **Bruno Rodrigues**, Primeiro Vice-Presidente, **João Dado**, Terceiro Vice-Presidente, **Antônio Andrade**, **Assis do Couto**, **Carlos Melles**, **Claudio Cajado**, **Cleber Verde**, **Darcísio Perondi**, **Dr. Nechar**, **Duarte Nogueira**, **Edson Aparecido**, **Eduardo Valverde**, **Eudes Xavier**, **Eunício Oliveira**, **Francisco Rodrigues**, **Geraldo Resende**, **Gonzaga Patriota**, **Gorete Pereira**, **Humberto Souto**, **Jerônimo Reis**, **Jilmar Tatto**, **João Carlos Bacelar**, **João Leão**, **João Magalhães**, **José Aírton Cirilo**, **José Chaves**, **José Fernando Aparecido de Oliveira**, **Laurez Moreira**, **Leandro Vilela**, **Magela**, **Marcelo Teixeira**, **Márcio França**, **Márcio Reinaldo Moreira**, **Miguel Corrêa**, **Narcio Rodrigues**, **Nelson Meurer**, **Osmar Júnior**, **Otávio Leite**, **Paulo Rubem Santiago**, **Pedro Eugênio**, **Pedro Novais**, **Ratinho Junior**, **Ricardo Barros**, **Rodrigo de Castro**, **Rose de Freitas**, **Rubens Otoni**, **Vattenir Pereira**, **Vital do Rêgo Filho**, **Vitor Penido**, **Walter Ihoshi**, **Wellington Roberto** e **Zé Gerardo**.

Sala de Reuniões, em 14 de julho de 2009.


Senador ALMEIDA LIMA
Presidente


Deputado OTAVIO LEITE
Relator *ad hoc*

À página 04283, republique-se, por ilegitimidade no texto, a Retificação referente à Ata da 24ª Sessão Conjunta, realizada em 21 de outubro de 2009:

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquzelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) ²
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

³ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PS/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55)

61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme Ofício nº 034/2009-GAB10-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



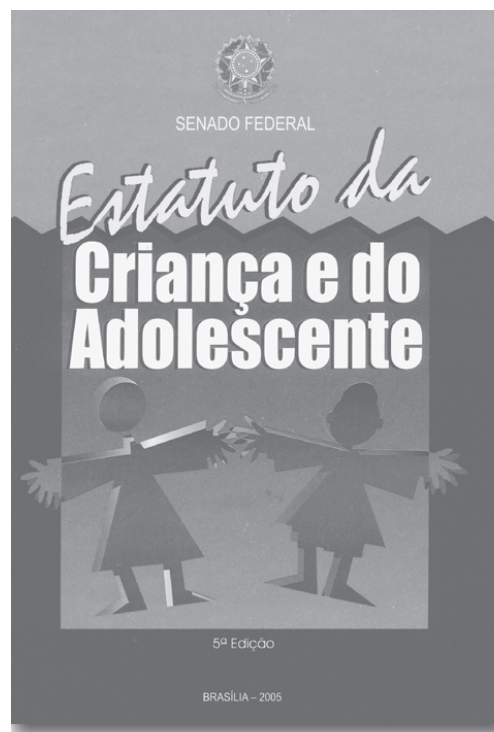
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



Edição de hoje: 394 páginas

OS: 2009/19029